



ACADEMIA MILITAR

A Tipologia das Unidades Mobilizadas pela Arma de Cavalaria durante a Guerra de África (1961-1974)

Autor:

Aspirante de Cavalaria Pedro Nuno Guilhermino Marçal Lopes

Orientador:

Tenente-Coronel de Artilharia Pedro Alexandre Marcelino Marquês de Sousa

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, julho de 2014



ACADEMIA MILITAR

A Tipologia das Unidades Mobilizadas pela Arma de Cavalaria durante a Guerra de África (1961-1974)

Autor:

Aspirante de Cavalaria Pedro Nuno Guilhermino Marçal Lopes

Orientador:

Tenente-Coronel de Artilharia Pedro Alexandre Marcelino Marquês de Sousa

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, julho de 2014

Dedicatória

À namorada e à família por todo
o apoio e compreensão.

Agradecimentos

Este Trabalho de Investigação Aplicada é resultado de um conjunto de sinergias entre várias pessoas e entidades, às quais manifesto o meu agradecimento pelo seu contributo, nas linhas que se seguem.

Começo por agradecer ao Tenente-Coronel de Artilharia Pedro Alexandre Marcelino Marquês de Sousa, meu Orientador, por toda a disponibilidade e dedicação demonstrados na execução deste trabalho.

Ao Tenente-Coronel de Cavalaria Moreira Freire, por toda a preocupação e disponibilidade demonstradas durante a realização deste trabalho.

Ao Coronel de Cavalaria Carlos Matos Gomes, por todo o apoio, receptividade e conhecimento transmitido durante a realização de uma entrevista.

Aos camaradas de curso Tenente General António da Costa e Silva, em especial aos camaradas do curso de Cavalaria, pelo auxílio prestado durante a realização do trabalho.

Ao camarada e amigo Raúl da Conceição Piedade, por todas as emocionantes histórias que partilhou comigo e que tanto contribuíram para estudar esta temática.

A todos os ex-combatentes que mantêm acesa a chama da nossa história através dos seus contributos nos blogs relativos à guerra colonial, em particular ao camarada José Martins.

Agradeço à minha família porque sem o seu apoio tudo seria mais difícil.

Assim como à minha namorada pela paciência e tempo que me dispensou. Sem ela jamais esta jornada poderia ter sido concluída com sucesso.

Por fim, agradeço a todos cujos nomes não se encontram aqui patentes, mas que, de uma forma direta ou indireta contribuíram para a concretização deste trabalho.

Epígrafe

“À carga!
E ela surge logo, desenfreada, empolgante, rasando as árvores que são evitadas em
fracções de segundo.”
(Autor desconhecido)

Resumo

O presente Trabalho de Investigação Aplicada encontra-se subordinado ao tema “A Tipologia das Unidades Mobilizadas pela Arma de Cavalaria durante a Guerra de África (1961-1974)”. O principal objetivo é a caracterização da tipologia das unidades de Atiradores, de Reconhecimento e Polícia Militar, mobilizadas pelas unidades territoriais de Cavalaria da metrópole, para os Teatros de Operações de Angola, Guiné e Moçambique, durante a Guerra de África (1961-1974).

Numa primeira fase tratamos de contextualizar o leitor com a temática da Guerra de África, começando com a situação Portuguesa de então, no cenário internacional, passando pelas principais características da guerra subversiva e terminando com o papel da Arma de Cavalaria neste conflito.

Na segunda fase, relativa à mobilização de unidades de Reconhecimento, inicialmente é apresentado o dispositivo da Arma de Cavalaria, e as principais unidades mobilizadoras. De seguida são apresentados os dados da mobilização de unidades ao longo do tempo para os três Teatros de Operações, juntamente com o esforço relativo de cada unidade mobilizadora. No final são abordadas as principais viaturas que equiparam este tipo de unidades, e é feita uma síntese conclusiva do capítulo.

À semelhança do terceiro capítulo, também no quarto são analisados os dados de mobilização e o esforço das unidades mobilizadoras, mas desta, das unidades do tipo Atiradores. Na síntese conclusiva deste capítulo é demonstrado o esforço relativo de mobilização comparativamente às Armas de Infantaria e Artilharia.

Em seguida são apresentados os dados de mobilização das unidades de Polícia Militar, de forma semelhante aos capítulos anteriores.

Na fase final do trabalho são respondidas as questões derivadas e central, que nos indicam as unidades mobilizadoras, tal como o esforço relativo de cada tipo de unidades, para cada Teatro de Operações.

Palavras-Chave: África, Cavalaria, Mobilização, Unidades Militares

Abstract

This Applied Research Paper is entitled "The Typology of Units Mobilized by Armor during the War of Africa (1961-1974)." The main objective is to characterize the types of infantry units, Reconnaissance and Military Police, mobilized by the territorial units of Armor, for the three Operational Theaters during the War of Africa.

Initially we try to contextualize the reader with the theme of African War, beginning with the Portuguese situation in the international scene, through the main features of subversive War and ending with the role of Cavalry in this conflict.

In the second phase, about the mobilization of reconnaissance units, the Cavalry device is initially presented, as well as the main mobilizing units. After that, comes the data relative to mobilized units over time for the three Operational Theaters, together with the relative effort of each mobilizing unit. At the end, the main vehicles that Reconnaissance units had are presented, and it is made a conclusive summary of the chapter.

Like the third chapter, in the fourth, data relative to mobilization and the effort of mobilizing units are analyzed, but this, of units of Cavalry Infantryman. In concluding this chapter synthesis is shown on the mobilization effort compared to Infantry and Artillery.

Then the data for the mobilization of military police units are presented, in a similar way to the previous chapters.

In the final phase of work are answered derivatives and central issues that indicate the mobilizing units as the relative effort of each type of unit, for each theater of operations.

Key words: Africa, Armor, Mobilization, Military Units

Índice Geral

Dedicatória	ii
Agradecimentos	iii
Epígrafe	iv
Resumo	v
Abstract	vi
Índice Geral	vii
Índice de Figuras	ix
Índice de Tabelas	xi
Lista de Apêndices	xii
Lista de Anexos	xiii
Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos	xiv
Capítulo 1 - Introdução	1
1.1 Enquadramento / Contextualização da Investigação.....	1
1.2 Justificação do Tema	2
1.3 Delimitação da Investigação	2
1.4 Objetivos da Investigação	3
1.5 Questão Central e Questões Derivadas	3
1.6 Hipóteses	4
1.7 Metodologia e Modelo de Investigação	5
1.8 Estrutura do Trabalho e Síntese dos Capítulos.....	5
Capítulo 2 - A Guerra de África (1961-1974)	7
2.1 Situação Portuguesa na Década de Sessenta	7
2.2 Relação Portugal - NATO	9
2.3 Relação Portugal – ONU	11
2.4 A Novidade da Guerra Subversiva: Os Novos Princípios Doutrinários	12
2.4.2 O Exército Português na Guerra Subversiva.....	15
2.4.3 A Arma de Cavalaria na Guerra de Contra Subversão.....	18
Capítulo 3 - Mobilização de Unidades de Reconhecimento	22

3.1 Dispositivo da Arma de Cavalaria.....	23
3.2 Unidades Mobilizadoras de Unidades de Reconhecimento	24
3.3 Unidades de Reconhecimento Mobilizadas para Angola.....	25
3.4 Unidades de Reconhecimento Mobilizadas para Guiné.....	27
3.5 Unidades de Reconhecimento Mobilizadas para Moçambique	28
3.6 Meios de Cavalaria Mobilizados.....	29
3.7 Síntese Conclusiva	31
Capítulo 4 - A Mobilização de Unidades de Cavalaria do Tipo Atiradores.....	34
4.1 Unidades do Tipo Companhia de Atiradores Mobilizadas para a Guerra de África.....	34
4.2 Unidades Mobilizadoras de Batalhões e Companhias de Cavalaria	35
4.3 Batalhões e Companhias de Cavalaria Mobilizadas para Angola.....	36
4.4 Batalhões e Companhias de Cavalaria Mobilizadas para Guiné.....	38
4.5 Batalhões e Companhias de Cavalaria Mobilizadas para Moçambique.....	39
4.6 Síntese Conclusiva	40
Capítulo 5 - Mobilização de Unidades de Polícia Militar	44
5.1 Unidades de Polícia Militar Mobilizadas para a Guerra de África	44
5.2 Unidades de Polícia Militar Mobilizadas para Angola	45
5.3 Unidades de Polícia Militar Mobilizadas para Guiné	46
5.4 Unidades de Polícia Militar Mobilizadas para Moçambique	47
5.5 Síntese Conclusiva	47
Conclusões e Recomendações	49
Fontes e Bibliografia.....	56
Apêndices.....	1
Anexos.....	1

Índice de Figuras

Figura nº 1 – Fases da Guerra Subversiva	14
Figura nº 2 – Unidades de Reconhecimento Mobilizadas para os Três TO durante os Treze Anos.....	24
Figura nº 3 – Unidades de Reconhecimento Mobilizadas para Angola	26
Figura nº 4 – Unidades Mobilizadoras para o TO de Angola	26
Figura nº 5 – Unidades de Reconhecimento Mobilizadas para Guiné	27
Figura nº 6 – Unidades Mobilizadoras para o TO da Guiné	27
Figura nº 7 – Unidades de Reconhecimento Mobilizadas para Moçambique	28
Figura nº 8 – Unidades Mobilizadoras para o TO de Moçambique	29
Figura nº 9 – Esforço Relativo de Mobilização de PelRec para os Três TO.....	32
Figura nº 10 – Ritmo de Mobilização de PelRec para os Três TO.....	33
Figura nº 11 – Ritmo de Mobilização de ERec para o TO da Guiné	33
Figura nº 12 – Total de Unidades de Escalão Companhia de Atiradores Enviadas para África.....	35
Figura nº 13 - Batalhões e Companhias de Cavalaria Mobilizados para os Três TO durante os Treze Anos	36
Figura nº 14 – Batalhões e Companhias de Cavalaria Mobilizadas para Angola durante os Treze Anos.....	37
Figura nº 15 - Unidades Mobilizadoras de BCav e CCav para Angola.....	37
Figura nº 16 – Batalhões e Companhias de Cavalaria Mobilizadas para Guiné durante os Doze Anos	38
Figura nº 17 – Unidades Mobilizadoras de BCav e CCav para Guiné.....	39
Figura nº 18 – Batalhões e Companhias de Cavalaria Mobilizadas para Moçambique durante os Onze Anos.....	39
Figura nº 19 – Unidades Mobilizadoras de BCav e CCav para Moçambique	40
Figura nº 20 – Esforço Relativo de CAAt Mobilizadas para Angola Provenientes da Arma de Cavalaria.....	41

Figura nº 21 – Esforço Relativo de CAAt Mobilizadas para Guiné Provenientes da Arma de Cavalaria.....	41
Figura nº 22 – Esforço Relativo de CAAt Mobilizadas para Moçambique Provenientes da Arma de Cavalaria	42
Figura nº 23 – Esforço Relativo de CAAt Mobilizadas para os Três TO Provenientes da Arma de Cavalaria	42
Figura nº 24 – Ritmo de Mobilização das CCav para os Três TO	43
Figura nº 25 – Unidades de Polícia Militar Mobilizadas para os Três TO durante os 13 Anos.....	45
Figura nº 26 – Unidades de Polícia Militar Mobilizadas para Angola	46
Figura nº 27 – Unidades de Polícia Militar Mobilizadas para Guiné	46
Figura nº 28 – Unidades de Polícia Militar Mobilizadas para Moçambique.....	47
Figura nº 29 – Esforço Relativo de Mobilização de PelPM para os TO de Angola e Guiné	48
Figura nº 30 – Esforço Relativo de Mobilização de CPM para os Três TO.....	48
Figura nº 31 - Total de Unidades de Cavalaria Mobilizadas na Metrópole para os Três TO	51
Figura nº 32 – Dimensão Relativa da Mobilização de Todos os Tipos de Unidades no TO de Angola.....	52
Figura nº 33 – Dimensão Relativa da Mobilização de Todos os Tipos de Unidades no TO da Guiné.....	523
Figura nº 34 – Dimensão Relativa da Mobilização de Todos os Tipos de Unidades no TO de Moçambique	523
Figura nº 35 – Croquis da Zona da Emboscada e da Articulação da Coluna	2
Figura nº 36 – Capa da Composição do ERec Chaimite	3
Figura nº 37 – Missão, Atribuição, Possibilidades e Composição Esquemática.....	4
Figura nº 38 – Organigrama do ERec Chaimite	5
Figura nº 39 – Quadro Orgânico do Pessoal - Página 1	6
Figura nº 40 – Quadro Orgânico do Pessoal - Página 2	7
Figura nº 41 – Quadro Orgânico do Pessoal - Página 3	8
Figura nº 42 – Observações do Quadro Orgânico do Pessoal - Página 4.....	9
Figura nº 43 – Relatório sobre Unidades de Reconhecimento "Fox" em maio de 1971	10

Índice de Tabelas

Tabela nº 1 – Batalhões de Cavalaria Mobilizados para Angola.....	2
Tabela nº 2 – Companhias de Cavalaria Mobilizadas para Angola	3
Tabela nº 3 – Pelotões de Reconhecimento Mobilizados para Angola	5
Tabela nº 4 – Companhias de Polícia Militar Mobilizadas para Angola.....	6
Tabela nº 5 – Pelotões de Polícia Militar Mobilizados para Angola.....	7
Tabela nº 6 – Batalhões de Cavalaria Mobilizados para Guiné.....	8
Tabela nº 7 – Companhias de Cavalaria Mobilizadas para Guiné	9
Tabela nº 8 – Esquadrões de Reconhecimento Mobilizados para Guiné	10
Tabela nº 9 – Pelotões de Reconhecimento Mobilizados para Guiné	11
Tabela nº 10 – Companhias de Polícia Militar Mobilizadas para Guiné.....	14
Tabela nº 11 – Pelotões de Polícia Militar Mobilizados para Guiné.....	15
Tabela nº 12 – Batalhões de Cavalaria Mobilizados para Moçambique	16
Tabela nº 13 – Companhias de Cavalaria Mobilizadas para Moçambique	17
Tabela nº 14 – Pelotões de Reconhecimento Mobilizados para Moçambique.....	18
Tabela nº 15 – Companhias de Polícia Militar Mobilizadas para Moçambique	19
Tabela nº 16 – VBR GM Fox MKI 7 – 8 Ton m/1957.....	20
Tabela nº 17 – VBR Panhard EBR 75 15 Ton 75 mm 8x8 m/1959	22
Tabela nº 18 – VBR Daimler MKIII A 3 Ton 4x4 m/1963.....	25
Tabela nº 19 – VBR Panhard AML HE 60-7 4,8 Ton 60 mm 4x4 m/1965	27

Lista de Apêndices

Apêndice A – Batalhões de Cavalaria Mobilizados para Angola	2
Apêndice B – Companhias de Cavalaria Mobilizadas para Angola.....	3
Apêndice C – Pelotões de Reconhecimento Mobilizados para Angola	5
Apêndice D – Companhias de Polícia Militar Mobilizadas para Angola.....	6
Apêndice E – Pelotões de Polícia Militar Mobilizados para Angola	7
Apêndice F – Batalhões de Cavalaria Mobilizados para Guiné	8
Apêndice G – Companhias de Cavalaria Mobilizadas para Guiné	9
Apêndice H – Esquadrões de Reconhecimento Mobilizados para Guiné	10
Apêndice I – Pelotões de Reconhecimento Mobilizados para Guiné.....	11
Apêndice J – Companhias de Polícia Militar Mobilizadas para Guiné.....	14
Apêndice K – Pelotões de Polícia Militar Mobilizados para Guiné.....	15
Apêndice L – Batalhões de Cavalaria Mobilizados para Moçambique	16
Apêndice M – Companhias de Cavalaria Mobilizadas para Moçambique	17
Apêndice N – Pelotões de Reconhecimento Mobilizados para Moçambique.....	18
Apêndice O – Companhias de Polícia Militar Mobilizadas para Moçambique	19
Apêndice P – VBR GM Fox MKI 7 - 8 Ton m/1957	20
Apêndice Q – VBR Panhard EBR 75 15 Ton 75 mm 8x8 m/1959.....	22
Apêndice R – VBR Daimler MKIIIA 3 Ton 4x4 m/1963.....	25
Apêndice S – VBR Panhard AML HE 60-7 4,8 Ton 60 mm 4x4 m/1965.....	27
Apêndice T – Guião de Entrevista.....	26

Lista de Anexos

Anexo A – Reação a Emboscada.....	2
Anexo B – Composição do ERec Chaimite.....	3
Anexo C – Relatório de Situação das Unidades de Reconhecimento "Fox"	10

Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos

A

AHM	Arquivo Histórico Militar
AM	Academia Militar
APA	<i>American Psychological Association</i>

B

BCav	Batalhão de Cavalaria
BInf	Batalhão de Infantaria

C

CArt	Companhia de Artilharia
cc	Centímetros cúbicos
CCav	Companhia de Cavalaria
CCS	Companhia de Comando e Serviço
CEMGFA	Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas
CInf	Companhia de Infantaria
CNU	Carta das Nações Unidas
CPM	Companhia de Polícia Militar
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
CTIG	Comando Territorial Independente da Guiné

D

DGMG	Depósito Geral de Material de Guerra
------	--------------------------------------

E

ECav	Esquadrão de Cavalaria
EPC	Escola Prática de Cavalaria

ERec	Esquadrão de Reconhecimento
EUA	Estados Unidos da América
F	
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
Frelimo	Frente de Libertação de Moçambique
G	
GCC	Grupo de Carros de Combate
GDCC	Grupo Divisionário de Carros de Combate
GRec	Grupo de Reconhecimento
H	
H	Hipótese
hp	<i>Horse-power</i>
K	
Km	Quilómetro
Km/h	Quilómetros/hora
M	
m/	Modelo
M.E.	Ministério do Exército
mm	Milímetros
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
N	
NATO	<i>North Atlantic Treaty Organization</i>
O	
ONU	Organização das Nações Unidas
P	

PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PelPM	Pelotão de Polícia Militar
PelRec	Pelotão de Reconhecimento

Q

QD	Questão Derivada
QP	Quadros Permanentes

R

RAS	República da África do Sul
RC	Regimento de Cavalaria
RFA	República Federal Alemã
RL	Regimento de Lanceiros
RMA	Região Militar de Angola
RMM	Região Militar de Moçambique

S

SecAM	Secção de Autometralhadoras
SecAt	Secção de Atiradores
SecCmd	Secção de Comando
SecExplor	Secção de Exploração
SecLGF	Secção de Lança Granadas Foguete
SI	Sistema Internacional
SMO	Serviço Militar Obrigatório

T

TIA	Trabalho de Investigação Aplicada
TO	Teatro de Operações
Ton	Tonelada
TT	Todo-o-Terreno

U

UEB	Unidade de Escalão Batalhão
-----	-----------------------------

UEC	Unidade de Escalão Companhia
UEP	Unidade de Escalão Pelotão
UNITA	União Nacional para Independência Total de Angola
UPA	União das Populações de Angola
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

V

VBR	Viatura Blindada de Reconhecimento
VBTP	Viatura Blindada de Transporte de Pessoal

Capítulo 1

Introdução

1.1 Enquadramento / Contextualização da Investigação

O presente Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) surge no plano curricular de curso, no último ano, resultante da entrada da Academia Militar (AM) no Espaço Europeu do Ensino Superior, no designado processo de Bolonha. Subordinando-se ao tema: “*A Tipologia das Unidades Mobilizadas pela Arma de Cavalaria durante a Guerra de África (1961-1974)*”, o objeto de estudo deste trabalho baseia-se na identificação das unidades mobilizadoras e da tipologia das unidades mobilizadas pela arma de Cavalaria para os três Teatros de Operações (TO) (Angola, Guiné e Moçambique) entre 1961 e 1974, caracterizando o ritmo de mobilização e a dimensão relativa de unidades de Reconhecimento, de Atiradores e de Polícia Militar em cada um dos TO.

O objeto de estudo em causa sugere a necessidade de recordar a origem da atividade da “mobilização”, que surge com os exércitos de massas na idade contemporânea. No nosso país, revela-se com grande expressão durante as campanhas da Guerra Peninsular (1807-1815) e mais tarde com o sistema de Serviço Militar Obrigatório (SMO), criado após a Implantação da República. Com a reorganização militar de 1911 foi criada uma vasta rede de trinta e cinco Distritos de Recrutamento que, apesar de ter sido reduzida para vinte e cinco Distritos de Recrutamento e Reserva em 1926, estabeleceu a estrutura que existia durante o período em estudo, embora com ligeiras alterações efetuadas em 1959.

O modelo do SMO exigia um amplo dispositivo territorial com os órgãos responsáveis pela mobilização dos homens para a atividade militar, juntamente com registos, convocatórias, provas de seleção, e todos os processos inerentes à atividade. No entanto, procura-se efetuar o levantamento e caracterização da tipologia das unidades já constituídas e prontas, que representava a fase final da mobilização, a cargo das secções de mobilização das unidades territoriais como os Regimentos de Cavalaria (RC). Torna-se assim possível fazer o inventário da quantidade de unidades, da sua tipologia e ritmo de mobilização no decurso da guerra.

A atividade da mobilização sofreu alterações durante a década de 1950, em consequência da adesão de Portugal à NATO e respetivos compromissos assumidos no quadro desta organização. Conforme o modelo existente, as unidades territoriais mobilizavam unidades operacionais para as grandes unidades operacionais atribuídas no âmbito da NATO e outros compromissos, como o acordo bilateral com a Espanha, relacionado com a defesa territorial da Península Ibérica.

Após o início do conflito ultramarino em 1961, o dispositivo militar português foi ajustado para o esforço da defesa dos territórios ultramarinos e a resposta militar implicou uma significativa mobilização de unidades militares da metrópole para os Teatros de Operações de Angola, Guiné e Moçambique caracterizada pela necessidade de adaptação das tropas, à designada “Infantariação” da guerra¹.

1.2 Justificação do Tema

No considerável conjunto de obras editadas sobre a Guerra de África, na dimensão da história militar, não encontramos ainda um trabalho suficientemente desenvolvido sobre o empenhamento específico de cada uma das armas combatentes (Infantaria, Artilharia e Cavalaria)², pelo que consideramos pertinente e útil, começar por estudar a mobilização feita pela arma de Cavalaria, reunindo dados capazes de produzir conhecimento novo sobre esta temática. A justificação do tema pretende revelar a necessidade de conhecimento, de forma sistemática, para encontrar respostas para as questões que carecem de investigação (Fortin, 2009).

1.3 Delimitação da Investigação

Como refere Fortin (2009), para que uma investigação seja exequível a área de estudo tem de ser delimitada, ou seja, para a realização deste trabalho, é essencial definir parâmetros de abordagem ao tema para que este seja desenvolvido de uma forma clara.

¹ A nossa expressão “infantariação” traduz a tendência para a utilização e prevalência de unidades de atiradores (tipicamente da Arma de Infantaria) neste tipo de conflito, pelas características da área de operações e da forma de atuar do inimigo.

² No âmbito dos Trabalhos Finais de Curso na Academia Militar, foi já apresentado um trabalho sobre esta temática, relativamente à arma de Artilharia, pelo Asp João Silva, *A Artilharia na Guerra de África (1961-1974): Um estudo sobre a mobilização das unidades de Artilharia*, Academia Militar, 2012.

Um estudo acerca da mobilização das unidades de Cavalaria para a Guerra de África tem uma grande amplitude. Assim sendo, o âmbito do estudo foi limitado à mobilização de unidades da metrópole para os três TO no período entre 1961 e Abril de 1974, e tendo em conta a tipologia das unidades mobilizadas pela arma de Cavalaria, serão consideradas as unidades de escalão Esquadrão e Pelotão (no caso das unidades de Reconhecimento) as unidades de escalão Batalhão e Companhia (no caso das unidades de Atiradores) e as unidades de escalão Companhia e Pelotão (no caso das unidades de Polícia Militar).

1.4 Objetivos da Investigação

De forma a seguir uma linha condutora durante toda a investigação, torna-se necessário estabelecer o objetivo de estudo. Fortin (2009) afirma que o objetivo é o porquê da investigação.

Como tal, a formulação desta investigação baseia-se na identificação das unidades mobilizadoras e da tipologia das unidades mobilizadas pela arma de Cavalaria para os três TO (Angola, Guiné e Moçambique) entre 1961 e 1974, caracterizando o ritmo de mobilização e a dimensão relativa de unidades de Reconhecimento, de Atiradores e de Polícia Militar em cada um dos TO.

Deste modo, verificou-se relevante o estudo dos seguintes objetivos específicos:

- Identificar as unidades mobilizadoras de unidades de Cavalaria da metrópole;
- Listar as unidades mobilizadas pela arma de Cavalaria e caracterizar a sua tipologia;
- Caracterizar o esforço de mobilização ao longo do período em estudo (1961-1974);
- Caracterizar a dimensão relativa da presença das unidades das diversas tipologias em cada um dos TO.

1.5 Questão Central e Questões Derivadas

A Questão Central é uma interrogação bem definida e assente em conceitos chave, derivada de uma temática que se explora, para obter o máximo de informações (Fortin,

2009). Assente nestes pressupostos, surge a seguinte Questão Central: Como foi o empenhamento da arma de Cavalaria durante a Guerra de África (1961-1974), relativamente à tipologia e à quantidade de unidades mobilizadas para emprego operacional em cada um dos três Teatros de Operações (Angola, Guiné e Moçambique)?

Tendo como linha orientadora a importância do método na elaboração deste trabalho, restringiu-se o objetivo de estudo com a concisão imprescindível, orientado pelos pressupostos da clareza, exequibilidade e pertinência. Nesta ótica, a Questão Central desencadeou uma reflexão ampla do teor da matéria, originando várias questões derivadas, abaixo transcritas:

QD 1 – Quais foram as unidades mobilizadoras e a tipologia das unidades mobilizadas pela arma de Cavalaria da metrópole para emprego operacional na Guerra de África (1961-1974)?

QD 2 – Como decorreu o ritmo de mobilização de unidades de Atiradores de Cavalaria (Batalhões e Companhias de Cavalaria), ao longo do período em estudo, para os três TO?

QD 3 – Como decorreu o ritmo de mobilização de unidades de Reconhecimento, ao longo do período em estudo para os três TO?

QD 4 – Como decorreu o ritmo de mobilização de unidades de Polícia Militar, ao longo do período em estudo para os três TO?

QD 5 – Qual foi a dimensão relativa da mobilização de unidades de Atiradores de Cavalaria, de Reconhecimento e de Polícia Militar para emprego no TO de Angola?

QD 6 – Qual foi a dimensão relativa da mobilização de unidades de Atiradores de Cavalaria, de Reconhecimento e de Polícia Militar para emprego no TO da Guiné?

QD 7 – Qual foi a dimensão relativa da mobilização de unidades de Atiradores de Cavalaria, de Reconhecimento e de Polícia Militar para emprego no TO de Moçambique?

1.6 Hipóteses

As hipóteses podem ser definidas como “um enunciado formal das relações previstas entre duas ou mais variáveis. Combina o problema e o objetivo numa explicação ou predição clara dos resultados esperados” (Fortin, 2009, p.102). Na preparação deste trabalho de investigação foram consideradas as seguintes hipóteses, como respostas que

antecipadamente podemos considerar, antes do estudo e da interpretação detalhadas dos dados reunidos:

H 1 – A maioria das unidades mobilizadas na metrópole, pela Arma de Cavalaria durante a Guerra de África, foram unidades de Atiradores de Cavalaria.

H 2 – O ritmo de mobilização foi crescendo do início ao fim do conflito.

H 3 – Em cada TO, a dimensão relativa de mobilização de unidades da Arma de Cavalaria manifestou-se pela seguinte ordem: Atiradores, Reconhecimento e Polícia Militar.

1.7 Metodologia e Modelo de Investigação

Este trabalho obedece as orientações presentes na Norma de Execução Permanente (NEP) 520/DE/30JUN12/AM, seguindo, igualmente, em caso de omissão, as normas American Psychological Association (APA).

A metodologia seguida tem como referência o método de investigação histórica baseado numa abordagem diacrónica, identificando as unidades mobilizadoras e a tipologia de unidades mobilizadas pela arma de Cavalaria da metrópole para África, conjugada com a investigação numa lógica sincrónica, identificando as variáveis atuantes, através da análise de conteúdo de fontes primárias manuscritas e impressas e outras fontes textuais e iconográficas; complementada ainda com uma investigação comparativa, considerando a necessidade de enquadrar o esforço da arma de Cavalaria no âmbito das restantes armas combatentes. O modelo teórico de análise é baseado nas relações conceptuais entre os seguintes referenciais: tipologia das unidades, ritmo de mobilização ao longo do período em estudo e a dimensão relativa da presença de unidades mobilizadas pela arma de Cavalaria em cada TO, cujas relações biunívocas em torno do mesmo objeto permitem criar um modelo teórico de análise, que possibilite a elaboração de um modelo explicativo, sobre a presença das unidades de Cavalaria na Guerra de África (1961-1974).

1.8 Estrutura do Trabalho e Síntese dos Capítulos

Uma vez definido o tema e os objetivos que se pretendem atingir com a investigação, torna-se essencial estruturar o trabalho. A estrutura do mesmo define as

etapas e a sequência do projeto, e serve de auxílio para uma construção lógica e metódica do projeto, do início ao fim.

O presente trabalho está dividido em seis capítulos. O primeiro capítulo é referente à introdução, que visa enquadrar a investigação e justificar a importância do tema escolhido.

O segundo capítulo, intitulado “A Guerra de África”, serve de enquadramento à temática estudada. Tratando-se de uma investigação científica, torna-se essencial fazer uma pesquisa bibliográfica relacionada com o tema. Este capítulo procura enquadrar o leitor na situação portuguesa perante o conflito colonial ao nível internacional, e aborda a temática da guerra subversiva e as missões desempenhadas pelas unidades de Cavalaria.

O terceiro capítulo aborda as unidades de Reconhecimento mobilizadas, as suas unidades mobilizadoras, orgânicas base e principais modelos de viaturas que equiparam essas unidades. Através da leitura dos dados recolhidos é feita uma leitura do esforço relativo a cada tipo de unidade e cada TO, bem como o ritmo de mobilização das mesmas.

No quarto capítulo são abordadas as unidades do tipo Atiradores, Batalhões e Companhias de Cavalaria. É apresentada a orgânica base de um Batalhão de Cavalaria e é feito o enquadramento do esforço da Arma de Cavalaria no total de unidades do tipo Atiradores, mobilizadas para os três TO. Através da análise dos dados recolhidos observa-se o ritmo de mobilização destas unidades para os três TO.

O quinto capítulo, referente às unidades de Polícia Militar, analisa da mesma forma os dados da mobilização de unidades deste tipo. São identificadas as unidades mobilizadas e mobilizadoras, e é apresentada a orgânica base de uma Companhia de Polícia Militar, bem como de um Pelotão de Polícia Militar. Através da análise dos dados pode-se observar o ritmo de mobilização e o esforço relativo da mobilização para os vários TO.

Por fim, no sexto capítulo são apresentadas as leituras das sínteses conclusivas de cada capítulo, dando desta forma resposta às questões derivadas, que concorrem para responder à questão central. No final pode-se analisar o panorama geral da mobilização dos vários tipos de unidades estudadas.

Capítulo 2

A Guerra de África (1961-1974)

2.1 Situação Portuguesa na Década de Sessenta

O projeto ultramarino do Estado Novo implicava que Portugal se mantivesse nos territórios coloniais a todo o custo, mas essa política de resistência ao movimento descolonizador acabou por revelar-se desvantajosa para Portugal e para o próprio regime. A hostilidade ao Governo de Lisboa intensificou-se no período 1956-1960, à medida que novos países asiáticos e africanos passaram a fazer parte da ONU (Cervelló, 1998).

Desde o término da Segunda Guerra Mundial até ao início da década de sessenta, a política de defesa portuguesa sofre três grandes alterações. Ao longo deste período, a defesa nacional era baseada na defesa estática dos Pirenéus e na manutenção dos regimes ibéricos. O conceito de defesa é alterado com a adesão à NATO sendo que este passa dos pequenos Pirenéus para a Europa como um todo, apoiando-se numa força essencialmente aeronaval na defesa da Europa além Pirenéus (Telo, 1998).

Durante a década de cinquenta o Exército adotou uma série de “reformas que traduziam uma crescente preocupação com o ultramar” (Afonso e Gomes, 2009 – volume 1, p.27), com vista ao que viria a acontecer num futuro próximo, uma vez que em 1959 a defesa do império português é dirigida principalmente para Angola, Guiné e Moçambique (Telo, 1998). Prova disso é a diretiva do Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas (CEMFGA) de 20 de janeiro de 1960 referindo que “a ameaça principal deixou de ser a Espanha e passou a situar-se em África, pelo que, devíamos-nos preparar para uma guerra defensiva contra os países vizinhos e para uma guerra subversiva no seu interior” (Afonso e Gomes, 2009 - volume 1, p.37).

No início da década de sessenta, Portugal encontrava-se na eminência daquilo que seria um dos maiores esforços desenvolvidos para sustentar forças a grande distância (Telo, 2010). Tendo começado a 4 de fevereiro de 1961 (ano também marcado pela invasão da Índia Portuguesa), com ações realizadas em Luanda pelos movimentos de libertação, este enorme esforço teve a duração de treze anos terminando com a revolução

de 25 de abril de 1974. “O esforço português, em termos proporcionais, representou muito mais do que o esforço dos Estados Unidos da América (EUA) no Vietname ou o da França na Argélia e esse esforço só foi possível recorrendo a apoios externos, que dependiam do enquadramento da questão colonial no sistema internacional de então” (Telo, 2010, p.15). No período compreendido entre 1961 e 1974, Portugal mobilizou para as colónias uma média de “117 000 homens” (CECA, 1988, p.240) por ano, atingindo o número máximo de “149 090” (CECA, 1988, p.242) em 1973.

Podemos considerar dois momentos fundamentais no decurso do conflito, relativamente aos apoios externos: no início da década de sessenta, o afastamento em relação ao Reino Unido³ e aos EUA⁴ e, em simultâneo, uma aproximação à República Federal Alemã (RFA) e à França, de onde vêm os principais apoios ao esforço nacional; e no final da década de sessenta início de setenta, regista-se um incremento das relações com a África do Sul e a Rodésia com base numa estratégia comum que visava conter o avanço do comunismo na África Austral (Telo, 2010).

Durante a Conferência de Bandung⁵, com o surgimento do chamado “terceiro mundo” (CECA, 1988, p.48), os países que embora “atrasados no processo de emancipação” (CECA, 1988, p.48) perseguem a sua independência, saem reforçados isolando cada vez mais Portugal e a sua política colonial.

Ainda nos finais de 1960, a Assembleia-Geral da ONU aprovou três resoluções relativas à política colonial portuguesa no sentido de conseguir que Portugal cumprisse as disposições da Carta da ONU. A grande maioria dos países apoiou estas resoluções, sendo que apenas o Brasil, Bélgica, França, África do Sul e Espanha estavam do lado de Portugal, enquanto os EUA e a Grã-Bretanha se abstinham. De forma geral, de aqui em diante, Portugal dispôs cada vez de menos apoios (Cervelló, 1998).

³ “A Inglaterra tinha dado a independência às suas colónias em África desde finais dos anos cinquenta, excepto no caso da África Austral onde estavam em causa problemas diversos” (Telo, 2010, p.5).

⁴ Os EUA fizeram aprovar um conjunto de importantes documentos de reflexão estratégica sobre África, onde a estratégia americana reconhecia que iriam ocorrer dezenas de independências das colónias em África e que os EUA teriam de manter boas relações com estes novos países (Telo, 2010).

⁵ A Conferência de Bandung ocorreu em Bandung, na Indonésia, em 1955, e participaram vinte e nove países. Desta conferência foram estabelecidos os seguintes parâmetros: Respeito pelos direitos fundamentais, de acordo com a Carta das Nações Unidas; Respeito pela soberania e integridade territorial de todas as nações; Reconhecimento da igualdade de todas as raças e nações, grandes e pequenas; Não intervenção e não ingerência nos assuntos internos de outro país; Respeito pelo direito de cada país se defender, individual e coletivamente, de acordo com a Carta das Nações Unidas; Solução de todos os conflitos internacionais por meios pacíficos, de acordo com a Carta das Nações Unidas (Afonso e Gomes, 2009 – volume 1).

2.2 Relação Portugal - NATO

A NATO⁶ é uma organização internacional de base regional e com fins de segurança e defesa (NATO, 2012). Esta Aliança Atlântica é criada no período pós Segunda Guerra Mundial, em 1949, conflito em que Portugal manteve a sua neutralidade. Apesar de ter sido um dos seus fundadores, no final guerra verificava-se um relativo afastamento entre o nosso país e as potências vencedoras. A política externa não se fazia sentir, sendo que “Portugal tinha estado afastado do reordenamento da cena internacional no pós-guerra, para não dizer que tinha estado, internacionalmente, marginalizado entre 1945-1949” (Teixeira, 1995, p.803).

O desenvolvimento de um “novo sistema de segurança internacional” (Teixeira, 1995, p.804) é reflexo da divisão do mundo em dois blocos, EUA de um lado e União Soviética⁷ do outro, e conseqüente Guerra Fria. Numa primeira fase, “a estratégia da resposta flexível da NATO considerava que a Europa deveria estar preparada para um conflito com um período inicial convencional que poderia ser longo” (Telo, 2010, p.16), mas após a RFA iniciar o rearmamento próprio, “a nova estratégia da NATO implicava que ela necessitava de dispor de uma retaguarda segura para recuperação e manutenção do esforço na frente da Europa central” (Telo, 2010, p.16). Desta forma, o modelo americano de defesa baseava-se na constituição de “dois pilares: o primeiro, no continente norte-americano, assente no potencial estratégico dos Estados Unidos, retaguarda e autogarantia de todos o sistema; o segundo, no continente europeu, linha da frente e defesa imediata, baseada nos países do Tratado de Bruxelas de 1948⁸” (Teixeira, 1995, p.804).

O principal motivo pelo qual é feito o convite a Portugal para fazer parte da NATO é o seu posicionamento geográfico, tendo em conta a importância da ligação entre frente e retaguarda e vice-versa. O arquipélago açoriano conferia “um valor estratégico

⁶ A Aliança Atlântica foi criada a 4 de abril de 1949. Esta surge num ambiente de Guerra Fria com o propósito de fazer frente ao bloco comunista consubstanciado no Pacto de Varsóvia. Porém, o seu fim não traduziu a abolição desta aliança, mas sim a sua reestruturação, com vista a permitir-lhe atingir objetivos de segurança e defesa adaptados às novas tipologias de conflitualidade e insegurança (NATO, 2012).

⁷ URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) Antigo Estado euro-asiático, era o mais vasto da Terra. Em 1990 era formado por 15 repúblicas federadas: Arménia, Azerbaijão, Bielorrússia, Cazaquistão, Estónia, Geórgia, Letónia, Lituânia, Moldávia, Quirguistão, Rússia, Tajiquistão, Turquemenistão, Ucrânia e Usbequistão. A queda do regime comunista levou à desintegração da URSS a 21 de dezembro de 1991 (Infopédia, 2014).

⁸ “O Tratado de Colaboração Económica e Cultural e de Defesa Colectiva assinado em Bruxelas a 17 de Março de 1948 por representantes da França, dos três países do Benelux, e do Reino Unido da Grã Bretanha e da Irlanda do Norte, conhecido por Tratado de Bruxelas” (Cutileiro, 2008, p.1).

acrescentado, tendo sido base importante na primeira guerra revelar-se-ia decisiva na segunda e indispensável no decorrer da Guerra Fria” (Teixeira, 1995, p.804). Mas “Washington deixa claro que a NATO se baseia numa espécie de acordo de cavalheiros em relação a África, nunca escrito mas real: os EUA não se envolvem na defesa ativa dos impérios europeus, mas não fazem igualmente oposição agressiva à sua manutenção e asseguram mesmo apoio indireto, pelo menos até 1959” (Telo, 2010, p.16).

Contudo, existiam pontos de divergência entre ambas as partes, nomeadamente: “[a] alusão à Carta da ONU, a que Portugal não pertencia, e ao modelo democrático parlamentar, que o Estado Novo recusava; em segundo lugar, a recusa de qualquer solução de integração ou supranacionalidade (...); em terceiro lugar, o caso da Espanha, excluída do pacto, que Salazar, afirmando a unidade estratégica da Península Ibérica, considerava fundamental para a defesa do Ocidente; finalmente, a duração de vinte anos para a vigência do tratado, período que considerava excessivamente longo, receando ver-se envolvido num novo conflito depois da neutralidade conseguida na segunda guerra” (Teixeira, 1995, p.806).

A entrada na NATO é encarada com fortes reservas pelo país, temendo a crescente dependência que esta representa em relação aos EUA e as consequências quanto a África. No entanto, é a única forma de conseguir a modernização das Forças Armadas. Este apoio americano chega desde 1951⁹ e com ele vêm as principais tecnologias do pós-guerra, cujos efeitos são “imensos e a todos os níveis” (Telo, 2010, p.17). As mudanças na política de defesa e nas Forças Armadas são multifacetadas: “em primeiro lugar, muda a própria articulação com o poder político, (...) em segundo lugar, muda por completo o conceito de política militar do país, (...) e em terceiro lugar, ascende rapidamente aos postos mais elevados uma geração de oficiais que passa por cursos e estágios no estrangeiro” (Telo, 2010, p.17). Como tal podemos assumir que “[s]em essas mudanças, nunca as Forças Armadas teriam a eficácia necessária para manter a longa guerra de 13 anos em três frentes” (Telo, 2010, p.17).

Ao longo da década de cinquenta, tanto as relações de Portugal com a NATO, como com os EUA, começam a ser cada vez menores. Botelho Moniz¹⁰ faz um memorando, em 1959, onde refere que os compromissos com a NATO serão postos em segundo plano, aconselhando “evitar cuidadosamente novo compromisso com a NATO que envolva mais

⁹ “Em Janeiro, assinou-se o acordo de Auxílio Mútuo para a Defesa de Portugal e os Estados Unidos da América e em Setembro do mesmo ano o Acordo de Defesa entre Portugal e os Estados Unidos” (Santos, 2008, p.1).

¹⁰ Ministro da Defesa que substituiu Santos Costa em 1958.

encargos financeiros, mas honrar os já assumidos” (Telo, 1998, p.27), virando desta forma todos os esforços para África.

2.3 Relação Portugal – ONU

A Organização das Nações Unidas (ONU)¹¹ representa o expoente máximo do multilateralismo e da Ordem Internacional. Todas as suas ações no Sistema Internacional (SI) são conduzidas pelo órgão principal da ONU no que concerne à manutenção da paz e da segurança internacionais: o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), pelas atribuições redigidas nos art.º 24 e 27 da Carta das Nações Unidas (CNU), e a Assembleia Geral, graças à sua cláusula de responsabilidade subsidiária observada nos art.º 11 e 12 da CNU.

Devido ao seu sistema político e ao afastamento da cena internacional durante a Segunda Guerra Mundial e no período que se lhe seguiu, Portugal apenas entra para a Organização das Nações Unidas (ONU) a 14 de dezembro de 1955 (Coelho, 2007). Desde o início que a política colonial portuguesa é posta em causa pelos membros da ONU, uma vez que “nunca deixou de recordar a Portugal, após o período de relações tensas por causa do problema de Angola, entre 1960 e 1963, com maior ou menos veemência, a necessidade de ser cumprido o direito de autodeterminação dos territórios sob a sua administração” (Cervelló, 1998, p.300).

Por meio do seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo da Cunha, Salazar utiliza “argumentos de natureza histórico-jurídica. Pareceram eles sempre os mais adequados para a defesa da legitimidade das posições relativamente ao chamado Ultramar” (Martins, 1998, p.189). A necessidade de intervenção nos países limítrofes das suas colónias, seja por interferências indiretas na ação governativa ou por ações de contraguerrilha, foi fortemente criticada na ONU, tanto na Assembleia Geral como no Conselho de Segurança. Zaire, Senegal, Congo-Brazzaville, Guiné-Conacri e Tanzânia formam os países pela qual Portugal foi condenado, entre 1966 e 1968 (Cervelló, 1998).

Outro foco de tensão entre Portugal e a ONU derivava do apoio dado por Salazar à declaração unilateral de independência por parte da minoria branca da Rodésia, a 11 de

¹¹ As suas primeiras bases foram lançadas após a Primeira Guerra Mundial através da designada Sociedade das Nações de 1919, pelo Tratado de Versalhes, sendo fundada oficialmente a 24 de outubro de 1945, em São Francisco, e constituída atualmente por 193 Estados-membros (ONU, 2014).

novembro de 1965. A 22 de novembro desse ano, o CSNU “decidiu a aplicação de boicote político à nova situação, acompanhado de sanções económicas e do embargo de combustíveis ao regime de Ian Smith¹²” (Cervelló, 1998, p.301). No entanto o petróleo continuou a chegar à Rodésia proveniente da África do Sul e de Moçambique. Desta forma, a questão rodesiana converte-se num polo de fricção entre Lisboa e a comunidade internacional.

A substituição de Salazar, em 1968, criou algumas expectativas a nível interno e internacional, em especial na mudança política colonial” (Cervelló, 1998, p.301). Porém, em meados de 1969, Portugal volta a ser acusado de violar soberania e integridade territorial, assim como de violar sistematicamente os direitos humanos. “A este período de desilusão internacional perante o imobilismo da nova política portuguesa seguiram-se momentos de grande embaraço e muita tensão” (Cervelló, 1998, p.302).

O pico de fricção acontece quando “o conselho de Segurança se reuniu em Adis Adeba com representantes do MPLA, Frelimo e PAIGC” (Cervelló, 1998, p.302). Após o 25 de abril de 1974, as relações com a ONU começaram a prosperar, tendo em conta que a revolução deu início ao processo de descolonização.

2.4 A Novidade da Guerra Subversiva: Os Novos Princípios Doutrinários

2.4.1 Guerra Subversiva

O fenómeno subversivo é quase tão antigo como o mundo. O seu primeiro teorizador é SunTzu¹³ que nos deixou escritos os seus ensaios sob o título *A Arte da Guerra*, e segundo o tradutor americano, o General Samuel B. Griffith (in Leandro, 1974, p.21), esta obra “tem tido uma profunda influência através da História chinesa e no pensamento militar japonês; é a fonte das teorias Mao Tsé-Tung e da doutrina táctica dos exércitos chineses. Através dos Mongóis-Tártaros as ideias de SunTzu foram transmitidas à Rússia e tornaram-se uma parte substancial da sua herança oriental”.

¹² Ian Smith, nascido a 8 de abril de 1919 na antiga Rodésia, foi primeiro-ministro da colónia Rodésia do Sul entre 13 de abril de 1964 e 11 de novembro de 1965 e primeiro-ministro da Rodésia, depois da declaração da independência, em 11 de novembro de 1965, até 1 de junho de 1979 (Britannica, 2014 a).

¹³ SunTzu é o famoso autor da obra *A Arte da Guerra*, considerada por muitos a melhor deste género. Além de ter sido General do Rei Ho-lu de Wu e ter nascido no estado de Ch'i, pouco mais se sabe sobre a sua pessoa (History, 2014).

Além dos autores referidos, também devemos destacar Clausewitz¹⁴ e Liddell Hart¹⁵ que considera que “[a] civilização poderia ter sido poupada a muitos dos prejuízos sofridos nas guerras mundiais deste século, se a influência dos monumentais volumes de *Da Guerra*, de Clausewitz, que moldou o pensamento militar da Europa, na era que precedeu a Primeira Guerra Mundial, tivesse sido temperada pelo equilíbrio da sabedoria dos textos de SUN TZU em *A Arte da Guerra*”. (Leandro, 1994, p.51)

No entanto, o “grande salto interpretativo é feito pelos teorizadores de pensamento de base marxista do Século XX – como Lenine, Trosky, Mao e Che Guevara (Leandro, 1994, p.51). A guerra subversiva é baseada nestas “teorias e práticas marxistas” como nos refere Alves (2010, p.1291), cujo êxito inicial acontece na Rússia em 1917¹⁶, aquando da queda do Czar Nicolau II, assim como em Espanha, com a Guerra Civil¹⁷, e numa série de países¹⁸. A França enfrenta esta nova forma de luta durante os confrontos na Indochina e na Argélia, denominando-a de “perigosa e enganadora” (Pinheiro, 1963, p.17).

Com vista a analisar este novo tipo de luta, é necessário adotar uma definição comum, e segundo Joaquim Pinheiro (1963, p.18), “é a luta conduzida no interior de um dado território, por parte dos seus habitantes, reforçados e ajudados ou não do exterior, contra as autoridades de direito ou de facto estabelecidas nesse território, com a finalidade de lhes retirar o domínio desse território e da sua população ou, no mínimo, paralisar a ação dessas autoridades”.

Seguindo a linha de pensamento do mesmo autor, a guerra subversiva tem cinco fases, todas elas dependentes da anterior. Logo, para que uma força consiga evitar uma guerra com esta especificidade a forma mais viável é deter o progresso de uma fase. A probabilidade de atingir uma determinada fase está intrinsecamente ligada ao quão bem cimentada estiver a anterior (Pinheiro, 1963).

A figura nº 1 representa as cinco fases da guerra subversiva:

1ª Fase – Fase preparatória ou de preparação da subversão;

¹⁴ “Carl von Clausewitz, General Prussiano e pensador militar, cuja obra *Da Guerra* se tornou um dos mais respeitados clássicos da estratégia” (Britannica, 2014 c).

¹⁵ “Conhecido historiador e estrategista inglês, influenciou todo o pensamento militar ocidental desde os anos 30 e é um dos pais da estratégia indirecta” (Leandro, 1994, p.50).

¹⁶ A Revolução Russa de 1917 foi um período de conflitos, iniciados em 1917, que derrubou a autocracia russa e levou ao poder o Partido Bolchevique, de Vladimir Lenin (Britannica, 2014 b).

¹⁷ A Guerra Civil Espanhola decorreu entre 1931 e 1936, dando origem à República da Espanha.

¹⁸ “Alemanha (1918-1922), China (1924-1949), Espanha (1931-1936; 1936, 1939), Jugoslávia (1941-1944), Palestina (1936-1939; 1947-1948), Indochina (1945-1954), Indonésia (1945-1956), Irão (1946-1953), Filipinas (1946-1953), Birmânia (1946-1956), Grécia (1946-1949), Checoslováquia (1948), Coreia (1950-1953), Tunísia (1934-1954), Marrocos (1945-1956), Argélia (1945, 1962), Iraque (1958-1959), Cuba (1952-1959)” (Oliveira, 1963, p.102).

2ª Fase – Fase da agitação ou da criação do ambiente subversivo;

3ª Fase – Fase do terrorismo e da guerrilha ou da consolidação da organização subversiva;

4ª Fase – Fase do Estado subversivo, correspondente à criação de bases, de governo rebelde e de forças pseudo-regulares;

5ª Fase – Fase final ou da insurreição geral e da guerra propriamente dita (Pinheiro, 1963).



Figura nº 1 – Fases da Guerra Subversiva

Fonte: Autor

A 1ª Fase decorre em segredo, sem que alguma autoridade legal consiga aperceber-se do que se está a aprontar e não há manifestação pública. Na 2ª Fase inicia-se a manifestação de que algo não está bem e os mentores dão início aos movimentos com vista a angariar seguidores. Segue-se a 3ª Fase, caracterizada pelo escalar da violência e uma maior procura do apoio da população. A 4ª Fase consiste na criação de bases para sustentação da revolta, locais estes onde as forças revoltosas apresentam superioridade perante as forças legalmente constituídas. A última fase visa a confirmação, através da criação de pequenas forças que a partir das bases tentam conquistar o restante território (Pinheiro, 1963).

2.4.2 O Exército Português na Guerra Subversiva

2.4.2.1 Origem da Doutrina Contra Subversiva

A adesão à NATO proporcionou que se estabelecessem uma série de acordos referentes a aquisição de equipamento militar moderno, assim como à partilha da doutrina Americana e frequência de cursos no estrangeiro por parte de militares dos Quadros Permanentes (QP). Estes decorreram nos EUA e no Reino Unido no âmbito da NATO e em França e na Argélia no âmbito da guerra contra subversiva. Deste modo foi possível, para os militares que constituíam as missões de observação, ter contacto *in loco* com esta nova categoria de guerra. Inicialmente, apenas cinco oficiais se deslocaram à Argélia e após estes “seguiu uma missão de quinze sargentos e oficiais para instrução operacional” (Alves, 2010, p.1299). Reflexo da experiência apreendida, estes novos ensinamentos eram filtrados e transmitidos para os estabelecimentos de ensino militar.

Entre os vários manuais publicados pelo Exército Português deve-se salientar o *Exército e a Guerra Subversiva*, onde estão esplanadas as três missões fundamentais da contra subversão:

- “Combater bandos armados, as guerrilhas e as forças pseudo-regulares, executando operações militares defensivas e ofensivas;
- Exercer acção psicológica principalmente sobre a população, para a tornar mais receptiva a uma eficaz acção social, contribuindo assim para conservar ou reconquistar o apoio dessa população;
- Dar apoio às autoridades civis, actuando em cooperação com elas na manutenção da ordem, garantindo o controlo da população e assegurando a manutenção dos serviços essenciais, quando necessário” (Afonso e Gomes, 1998, p.60).

Uma vez que a luta violenta devia ser evitada ao máximo e com vista ao cumprimento desta tipologia de missões, foi estabelecido um amplo dispositivo territorial nos teatros de operações, através das designadas “forças de quadrícula”¹⁹, sendo estas

¹⁹ A importância e a preponderância deste conceito de atribuição de setores de responsabilidade às unidades do dispositivo territorial, deram origem à designação de unidades de “quadrícula” cuja missão era essencialmente de garantir a segurança no respetivo sector, distinguindo-as das designadas unidades de intervenção (Comandos, Paraquedistas e Fuzileiros) cujo emprego tinha um carácter mais ofensivo.

unidades “dispersas por todo o território, destinadas a guarnecê-lo, a estabelecer e manter contacto com os habitantes” (Afonso e Gomes, 1998, p.142).

2.4.2.2 Atividades do Exército na Guerra Subversiva

A guerra subversiva implicava novos adversários cuja natureza era completamente distinta dos inimigos clássicos, muito pelo facto de utilizarem as populações como ambiente operacional privilegiado, como objetivo e como retaguarda. As guerrilhas²⁰ não procuram o contacto direto, mas atuações de forma isolada e pontual. Para se adaptarem, as forças militares deviam empregar processos adequados às características desta guerra em tudo semelhantes àqueles que as próprias guerrilhas utilizavam, isto é, deviam aprender com o inimigo e não ficar igual a ele (Afonso e Gomes, 1998).

No ano de 1961, o Ministério do Exército define todas as atividades que o Exército deve desenvolver através da publicação *O Exército na Guerra Subversiva*, assim como quem e quando as deve desenvolver. “A estratégia, a tática e a técnica de combate regular são modificados por forma a enfrentarem os aspectos irregulares da guerra de guerrilhas” (M.E., 1961, p.31). Como as guerrilhas não possuíam apoio logístico próprio, faziam uso da população para este fim. Tornam-se necessárias medidas preventivas para controlar todos os civis, diminuindo as “possibilidades de colaborar com as guerrilhas inimigas” (M.E., 1961, p.52). Assim o dispositivo territorial implementado em cada TO e a tipologia das forças militares utilizadas, teve em consideração as características do conflito.

2.4.2.3 Atividades do Exército – Segurança

Tendo em vista a segurança, as atividades do Exército desenrolaram-se principalmente em “Estação” e em “Deslocamento”. Quanto à forma de Estação, a defesa tinha como objetivo a proteção de postos, bivaques, acantonamentos, plantações e cultura,

²⁰ No âmbito militar o conceito de guerrilha consiste na “ação de forças militares ou militarizadas ou até de simples bandos armados. A guerrilha não tem por finalidade alcançar a vitória pelo aniquilamento do adversário, finalidade dos exércitos regulares, mas sim a de contribuir para que estes atinjam tal finalidade, ganhando tempo, desgastando o adversário e, se possível, tornando a vida impossível às forças de ocupação. A guerrilha pode ser feita como apoio e reforço da guerra regular, em substituição da guerra da resistência da Nação que, batidas e desorganizadas as suas Forças Armadas, não quer capitular. O recrutamento para a guerrilha pode fazer-se nas forças do exército regular, com forças de voluntários militarizados e com grupos de civis armados” (Pinto, 2009, p.12).

pontos essenciais²¹ (M.E., 1961). A função dos postos era geralmente “proteger pontos essenciais, vigiar e proteger um troço do itinerário e garantir a segurança em determinada área de terreno” (M.E., 1961, p.52-53).

A segurança destes postos baseava-se num “sistema de defesa bem equilibrado, com trabalhos de organização de terreno tão desenvolvidos quanto possível, um eficiente sistema de comunicações interior e exterior, um plano de fogos bem ajustado” (M.E., 1961, p.53). No caso de bivaques e locais de carácter temporário, a segurança articulava-se “em tantos núcleos de defesa quantos o efetivo da unidade a bivacar o aconselhar” (M.E., 1961, p.54), tendo em especial atenção a dois aspetos: a “perfeita adaptação ao terreno da sua articulação” (M.E., 1961, p.54) e o “segredo do dispositivo, eficazmente mantido pela frequente mudança dos postos que monta para a sua defesa, em particular de noite” (M.E., 1961, p.54).

De forma geral, os acantonamentos eram montados quando as condições climáticas o impunham e a situação geral o permitia (M.E., 1961), pois não possuíam forma de defesa e proteção própria. Uma vez estabelecidos eram transformados em postos, sendo a sua defesa feita de modo semelhante. Devido à sua importância económica e moral, as plantações e culturas eram objetivos de ataque para as guerrilhas, levando a que o efetivo militar a empregar fosse bastante elevado, também consequência das suas grandes dimensões. A defesa destes terrenos devia ser garantida por “grupos de civis de autodefesa” (M.E., 1961, p.55), grupos estes que eram instruídos pelas tropas presentes na área. Por fim, os pontos essenciais eram dotados de uma defesa de acordo com o seguinte dispositivo, “segurança imediata, segurança próxima, segurança afastada” (M.E., 1961, p.56).

Os deslocamentos podiam decorrer tanto em todo o terreno, como em itinerários permanentes. Neste caso as colunas militares demonstravam-se mais vulneráveis e sujeitas “por parte da guerrilha, a flagelamentos e emboscadas, ações estas levadas a efeito por forças instaladas nas margens do itinerário antes da passagem da coluna” (M.E., 1961, p.60).

²¹ Considerando estes “[i]nstalações, obras de arte, acidentes do terreno, etc., que sejam importantes para a vida das tropas e populações” (M.E., 1961, p.55).

2.4.2.4 Atividades do Exército - Ofensiva

Segundo o manual anteriormente referido, na guerra subversiva a “ameaça de guerrilha deve ser contida desde o mais cedo possível por uma ação agressiva e ofensiva” (M.E., 1961, p.93). Como tal, as medidas de contra guerrilha não se podem limitar a conter as medidas de segurança. Com a principal finalidade de destruição de guerrilhas, entre outras, as medidas ofensivas devem ser garantidas na forma de atuar dos exércitos.

Com efeito, operações deste tipo têm de ser contínuas, devem procurar a surpresa e estar dotadas de alta mobilidade. Na ofensiva, as formas de ação são o cerco, ataques, perseguição e limpeza. Na luta de contra guerrilha, o cerco era o método “mais eficaz de as destruir completamente” (M.E., 1961, p.96), executado em profundidade e com armas de apoio, prevenindo possíveis ataques em força das guerrilhas e bloqueando todos os caminhos de fuga (M.E., 1961). O maior inconveniente neste tipo de ação era o facto de necessitar de um largo número de efetivos, independentemente do número de guerrilheiros cercados.

Quando o tempo disponível ou o terreno não permitiam a execução de um cerco, adotava-se o ataque, sendo o fator surpresa e as informações essenciais para o cumprimento da missão. Tanto a perseguição como a limpeza aplicavam-se no caso de guerrilheiros terem conseguido fugir. Para fazer face a estas ações, os efetivos deviam estar propriamente “equipados e abastecidos” (M.E., 1961, p.106) podendo opor-se a pequenos grupos de guerrilheiros com elevada mobilidade.

2.4.3 A Arma de Cavalaria na Guerra de Contra Subversão

2.4.3.1 Missão da Cavalaria na Contra Subversão

A organização e a articulação do Exército nos TO de Angola, Guiné e Moçambique tiveram de ser adaptadas às características da guerra de guerrilhas, com uma ameaça dissimulada no seio da população, e cujo objetivo era a conquista das populações e não a posse de determinada posição no terreno. Consequência desta adaptação é a “infantarização” das unidades, ou seja, tornar as restantes unidades semelhantes à Infantaria. Ao longo do conflito, a maior parte das unidades de Cavalaria combateu como

unidades de Infantaria, salvo certas exceções, como a Polícia Militar (Afonso e Gomes, 2009).

O BCav 345²² é um exemplo das unidades de Cavalaria que atuavam como unidades de atiradores. Além das operações terrestres (10) e aero terrestres (10) executadas em Batalhão, foram desenvolvidas operações no plano de Companhia: emboscadas e contra emboscadas²³ (60), ações de reconhecimento (43), patrulhamentos de itinerários (80), e desmatações, reparações e melhoramentos. Este tipo de operações era complementado com intensa ação psicológica e pesquisa ativa e constante de informações, através da captura de prisioneiros, conforme a história do BCav 1884²⁴ relata.

As unidades de Reconhecimento²⁵, pelas suas características próprias, executavam escoltas, fossem estas a colunas de reabastecimento, transporte de pessoal e material, assim como a altas entidades; patrulhamentos ofensivos e perseguição a grupos inimigos, patrulhamentos de reconhecimento, de segurança de itinerários, e de contacto com as populações; ainda que em menor número, também executavam patrulhamentos de segurança dos arredores das povoações, pois estas exerciam forte efeito psicológico, tanto nas populações como no inimigo; abertura de itinerários; proteção de instalações, como por exemplo aeródromos ou de aquartelamentos importantes; e de interdição, como apoio às grandes operações, para isolar Áreas de Operações. No TO de Moçambique, estava previsto que as unidades de Reconhecimento fizessem operações de interdição de fronteira. Por outro lado, os ERec presentes no TO da Guiné, nomeadamente em Bula e em Bafatá, desempenhavam funções das unidades orgânicas do território (Gomes, 2014).

Por sua vez, as unidades da Polícia Militar desempenhavam missões essencialmente direcionadas para a segurança cuja principal função era manter a disciplina, lei e ordem militares. Neste âmbito encontramos a segurança a instalações críticas, patrulhamento de itinerários, controlo de prisioneiro, segurança de povoações e escoltas de pessoal e material. As escoltas podiam ser a material crítico ou controlado, a colunas de viaturas, por via rodoviária ou ferroviária, como testemunha a história da CPM 8240²⁶.

²² História presente no arquivo PT/AHM/DIV/2/2/154/4.

²³ Consultar anexo A.

²⁴ História presente no arquivo PT/AHM/ DIV/2/2/90/3.

²⁵ História da unidade ERec AML 2454, presente nos arquivos PT/AHM/DIV/2/4/107/6 e PT/AHM/DIV/2/4/259/10; História da unidade ERec Fox 3431, presente no arquivo PT/AHM/DIV/2/4/101/3; História da unidade ERec Fox 693, presente no arquivo PT/AHM/DIV/2/4/107/4.

²⁶ História presente no arquivo PT/AHM/DIV/2/7/86/5.

Como podemos constatar, a Arma de Cavalaria desempenhava um variado leque de missões, contribuindo para a segurança das forças e de pontos essenciais, assim como para a capacidade ofensiva do Exército.

2.4.3.2 Organização para o Combate na Contra Subversão

O sistema de organização do Exército Português, no Ultramar, era composto por tropas de guarnição normal e por tropas de reforço. As tropas de reforço eram provenientes da metrópole com vista a reforçar as de guarnição normal. Após os militares de uma determinada unidade cumprirem a sua comissão, esta era extinta, sendo rendida por outra que assumia as responsabilidades operacionais da antecessora.

De acordo com o testemunho do Coronel Carlos Matos Gomes (2014), e como foi referido anteriormente, as unidades mobilizadas por unidades de Cavalaria passaram a dispor de orgânicas semelhantes aos anteriores Batalhões de Infantaria (BInf) e Companhias de Infantaria (CInf), denominando-se então BCav e CCav. Apesar de se manterem unidades do tipo Atiradores, a sua organização para o combate era diferente.

Enquanto os BInf dispunham de três unidades de manobra e uma unidade de apoio de fogos, os BCav eram compostos por três unidades de manobra, podendo chegar às cinco e tendo atingido em casos extremos sete, e pouco ou nenhum apoio de fogos, dependendo do material disponível, completado por uma Companhia de Comando e Serviço (CCS). Esta orgânica é mais direcionada para a ocupação de pontos importantes no território e operações de contra guerrilha. Por sua vez, as CCav organizavam-se em quatro Grupos de Combate, ao invés das três subunidades de manobra e outra de apoio de fogos. Tanto os BCav como as CCav desempenhavam o mesmo papel que os Batalhões de Caçadores (BCaç) e as Companhias de Caçadores (CCaç).

Relativamente às unidades de Reconhecimento, a sua orgânica tinha como princípio base as quatro secções e pontualmente uma de apoio de fogos: Secção de Comando (SecCmd), Secção de Exploração (SecExplor) e Secção de Atiradores (SecAt), sendo bastante semelhantes entre si, juntamente com a Secção de Autometralhadoras (SecAM), e como apoio de fogos variava entre Secção de Morteiros ou Secção de Lança Granadas Foguete (SecLGF). Fundamentalmente, a orgânica dos ERec dependia das missões

atribuídas, do material disponível²⁷, da Área de Operações e da necessidade de reabastecimento (Gomes, 2014).

²⁷ Como foi referido anteriormente, a diversidade de materiais utilizados resultava das divergências entre Portugal e os principais países produtores de material de guerra, associadas à escassa produção nacional (Gomes, 2014).

Capítulo3

Mobilização de Unidades de Reconhecimento

Apesar de grande parte do esforço da Arma de Cavalaria ser direcionado para unidades de tipologia Atiradores, as unidades de reconhecimento foram consideradas adequadas às condições locais, mesmo antes do eclodir da guerra. Ao longo do conflito, como já foi referido anteriormente, a orgânica e a constituição das unidades de Reconhecimento foi sendo alterada. Os dados abaixo apresentados são exemplo disso.

A Constituição do ERec Fox 693²⁸ mobilizado em julho de 1964 para o TO da Guiné, em termos de material orgânico, era a seguinte:

- Comando:
 - 1 Autometralhadora Fox
 - 2 Jeeps
 - 1 GMC
- Pelotões de Reconhecimento:
 - 1 Autometralhadora Fox
 - 2 Granadeiros
 - 1 Jeep

Como referido na História da Unidade acima referida, o estado de conservação das viaturas influenciava a constante variação da orgânica dos pelotões, assim como as características da Área de Operações e a atividade inimiga (Gomes, 2014).

Relativamente à quantidade de militares mobilizados numa UEC de Reconhecimento, a História da unidade ERec Fox 3431²⁹ relata este era constituído por cinco Oficiais, dezoito Sargentos e noventa e seis Praças.

Por sua vez, o ERec Chaimite - AML 3432³⁰, constituído no RC 7 de Lisboa, foi mobilizado por duas fases, sendo que a primeira foi composta por dois Oficiais, sete Sargentos e trinta e oito Praças, e a segunda fase por quatro Oficiais, catorze Sargentos e dezanove Praças. Prefazendo um total de seis Oficiais, vinte e um Sargentos e cinquenta e

²⁸ História presente no arquivo PT/AHM/DIV/2/4/107/4.

²⁹ História presente no arquivo PT/AHM/DIV/2/4/101/3.

³⁰ História presente no arquivo PT/AHM/DIV/2/4/127/1.

sete Praças. Como era comum, a este efetivo também foram aumentados Militares da Incorporação da Província, neste caso, noventa e oito praças que desempenharam vários tipos de funções. Este fenómeno também se verificava ao nível dos PelRec, nomeadamente nos Fox, como é referido na História do PelRec Fox 839³¹ que foi reforçado por cerca de quarenta soldados nativos.

Além dos ERec Fox e dos ERec AML, no final do ano de 1970, foi prevista a composição de ERec Chaimite, como demonstrado no anexo B. No entanto, até ao término do conflito não foram mobilizados ERec com a orgânica apresentada.

De seguida são apresentadas as orgânicas de um PelRec Fox e de um PelRec Daimler. O PelRec Fox 3054³², mobilizado pelo RC 8, em setembro de 1971 para a Guiné, tinha a seguinte constituição:

- 1 Oficial
- 2 Sargentos³³
- 28 Praças³⁴

O PelRec Daimler 8678³⁵, originário do RC 6 e com partida para o TO da Guiné em julho de 1973, apresentava uma orgânica diferente:

- 1 Oficial
- 1 Sargento
- 12 Praças³⁶

3.1 Dispositivo da Arma de Cavalaria

As unidades do Exército Português³⁷ que pertenciam à Arma de Cavalaria, durante o período estudado, eram as seguintes:

- Regimento de Cavalaria Nº 6, no Porto (RC 6)
- Regimento de Cavalaria Nº 5, em Aveiro (RC 5) (em desativação)
- Regimento de Cavalaria Nº 8, em Castelo Branco (RC 8)

³¹ História presente no arquivo PT/AHM/DIV/2/4/100/14.

³² História presente no arquivo PT/AHM/DIV/2/4/123/3.

³³ Dos quais um mecânico.

³⁴ Dois mecânicos auto rodas, um auxiliar enfermeiro, um clarim, dois radiotelegrafistas, sete condutores auto rodas, sete atiradores exploradores, seis atiradores de Cavalaria e dois apontadores de morteiro.

³⁵ História presente no arquivo PT/AHM/DIV/2/4/24/11.

³⁶ Dez condutores/atiradores Daimler e dois mecânicos auto rodas.

³⁷ Dispositivo Metropolitano, Arquipélago dos Açores e Arquipélago da Madeira (CECA, 1988, p.148-164).

- Grupo Divisionário de Carros de Combate, em Sta. Margarida (GDCC)³⁸
- Grupo de Carros de Combate do Regimento de Cavalaria 8, em Sta. Margarida (GCC/RC 8)
- Regimento de Lanceiros Nº 1, em Elvas (RL 1) (em desativação)
- Regimento de Cavalaria Nº 3, em Estremoz (RC 3)
- Regimento de Lanceiros Nº 2, em Lisboa (RL 2)
- Regimento de Cavalaria Nº 7, em Lisboa (RC 7)
- Escola Prática de Cavalaria, em Santarém (EPC)

3.2 Unidades Mobilizadoras de Unidades de Reconhecimento

As unidades de Cavalaria, da metrópole, que foram responsáveis por mobilizar as unidades de Reconhecimento, são as seguintes:

- Regimento de Cavalaria Nº 6, no Porto (RC 6)
- Regimento de Cavalaria Nº 7, em Lisboa (RC 7)
- Regimento de Cavalaria Nº 3, em Estremoz (RC 3)
- Regimento de Cavalaria Nº 8, em Castelo Branco (RC 8)

A figura nº 2 apresenta o panorama de mobilização de unidades do tipo Reconhecimento, ao longo do período em questão, especificando o número de PelRec e ERec mobilizados em cada ano.

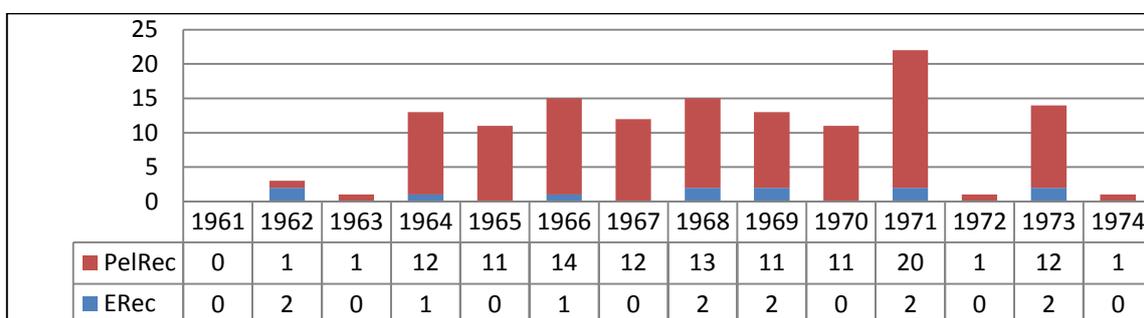


Figura nº 2 – Unidades de Reconhecimento Mobilizadas para os Três TO durante os Treze Anos

Fonte: Autor

³⁸ De acordo com o prescrito no Decreto-Lei nº203, de 28 de abril de 1970, o “RC 4 vem renascer em Santa Margarida com a fusão do GDCC e do GCC/RC 8” (CECA,1988, p.158).

Através do gráfico³⁹ anterior podemos observar que no início do conflito a mobilização de unidades de Reconhecimento não foi muito acentuada, em oposição ao ano de 1964 que regista doze PelRec e um ERec. O período compreendido entre este ano e 1970 apresenta um ritmo de mobilização mais constante, com o mínimo de onze PelRec (1965 e 1970) e máximo de treze PelRec e dois ERec (1968). O ano em que a mobilização atingiu o seu pico, 1971, destaca-se pelos vinte PelRec e dois ERec mobilizados. A maior disparidade encontra-se entre os anos de 1971 e 1972, com apenas um PelRec mobilizado. Por sua vez, o ano de 1973 apresenta uma média semelhante ao final da década de sessenta.

Em relação ao tipo de unidades de Reconhecimento, como será demonstrado, o RC 6 surge como a unidade que mais mobilizou, contando com cento e duas Unidades de Escalão Pelotão (UEP). No total foram mobilizadas da metrópole para os três TO, cento e vinte PelRec e doze ERec.

3.3 Unidades de Reconhecimento Mobilizadas para Angola

No início do conflito em estudo, a Arma de Cavalaria era representada pelas seguintes unidades, originárias da Região Militar de Angola:

- Grupo de Reconhecimento de Angola
- Grupo de Cavalaria 1
- Esquadrão de Reconhecimento Ligeiro

Para o Teatro de Operações de Angola, a mobilização das unidades de Reconhecimento não teve grande expressão, com apenas doze PelRec. Estes pelotões geralmente recompletavam unidades de escalão superior, cumprindo o tempo da sua comissão e regressando à metrópole (Gomes, 2014).

³⁹ Gráfico baseado na informação constante nos apêndices C, H, I, e N.

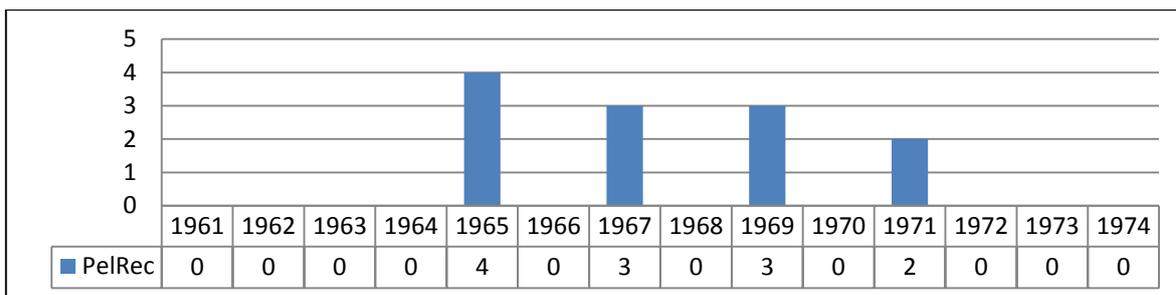


Figura nº 3 – Unidades de Reconhecimento Mobilizadas para Angola

Fonte: Autor

O gráfico⁴⁰ acima representado na figura nº 3, demonstra a relação das unidades de Reconhecimento mobilizadas para o TO de Angola. Como se pode observar, o período de mobilização decorre entre os anos de 1965 e 1971, com exceção dos anos pares. A tendência de mobilização é a decrescer, ainda que com pouca diferença.

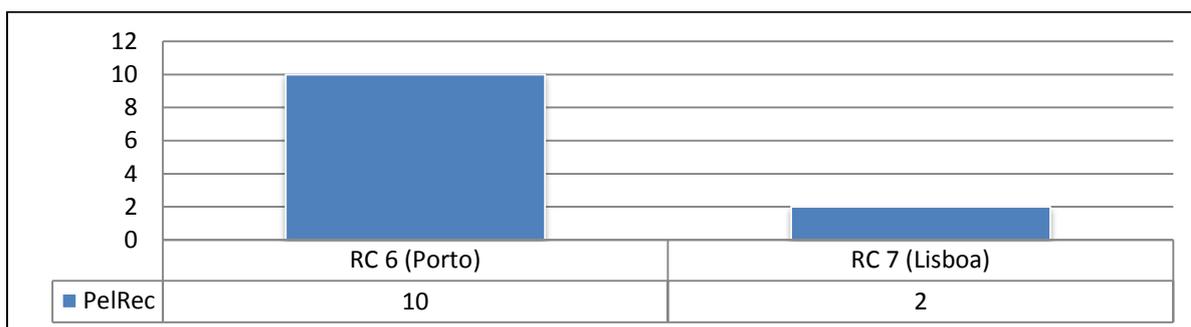


Figura nº 4 – Unidades Mobilizadoras para o TO de Angola

Fonte: Autor

Quanto às unidades mobilizadoras presentes na figura nº 4⁴¹, o RC 6 demonstra ter mobilizado a maioria dos PelRec (10) com destino a Angola. O RC 7 foi responsável por mobilizar o PelRec 1144 em outubro de 1967, e o PelRec 2093 em fevereiro de 1969.

⁴⁰ Gráfico baseado na informação constante no apêndice C.

⁴¹ Gráfico baseado na informação constante no apêndice C.

3.4 Unidades de Reconhecimento Mobilizadas para Guiné

No TO da Guiné, assim como nos restantes, nem todas as unidades previstas na legislação que antecedeu os diplomas de 1959 e 1960 tinham sido criadas. Desta maneira, a Arma de Cavalaria estava representada pelo ERec 54. (CECA, 1988).

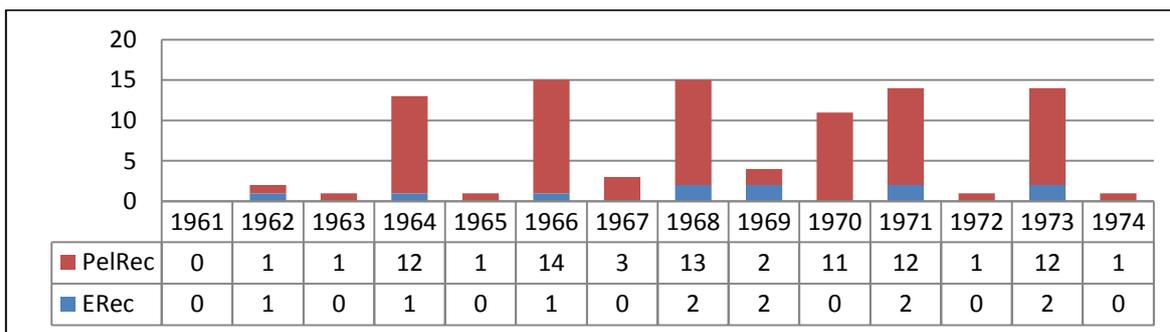


Figura nº 5 – Unidades de Reconhecimento Mobilizadas para Guiné

Fonte: Autor

A Guiné demonstra ser o único TO para onde foram mobilizadas Unidades de Escalão Companhia (UEC) e UEP . Atendendo ao gráfico da figura nº 5⁴², foram mobilizados doze ERec e oitenta e quatro PelRec. Os anos de 1968, 1971 e 1973 destacam-se dos restantes pelos dois ERec mobilizados juntamente com os restantes PelRec. Em 1963, 1965 e 1972 apenas se verificou a mobilização de um PelRec por cada ano.

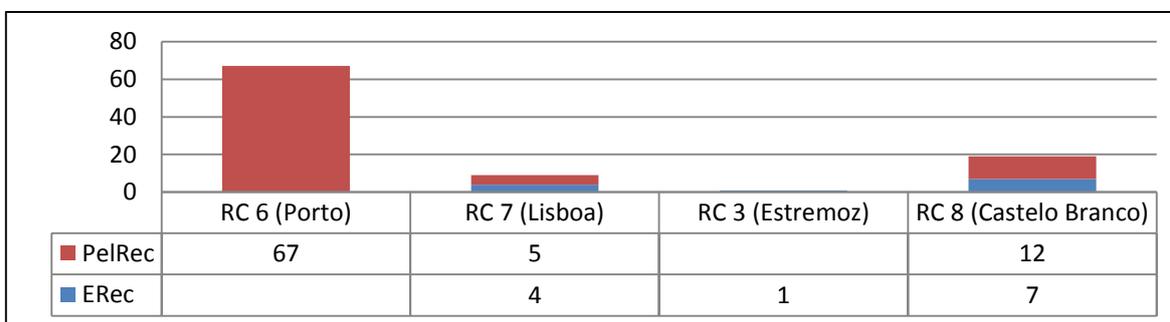


Figura nº 6 – Unidades Mobilizadoras para o TO da Guiné

Fonte: Autor

⁴² Gráfico baseado na informação constante nos apêndices H e I.

Através da análise da figura nº 6⁴³, podemos observar que o RC 6 destaca-se pelos sessenta e sete PelRec mobilizados, assim como o RC 8 que mobilizou mais ERec para o TO da Guiné que qualquer outra. Enquanto no primeiro a totalidade das forças são de escalão pelotão, no segundo o mesmo não se verifica, sendo que a proporção de pelotões não inseridos em esquadrões é menor que dos pelotões que o são. Também o RC 7 foi responsável pela mobilização de quatro ERec e cinco PelRec. A unidade de Estremoz, RC 3, mobilizou apenas um ERec.

3.5 Unidades de Reconhecimento Mobilizadas para Moçambique

A mobilização de unidades de Reconhecimento para o TO de Moçambique tem mais semelhanças com a de Angola do que propriamente com a Guiné. Enquanto a metrópole mobilizou noventa e seis unidades de Reconhecimento, entre ERec e PelRec, com destino à Guiné, para Angola e Moçambique foram mobilizadas doze e vinte e quatro, respetivamente.

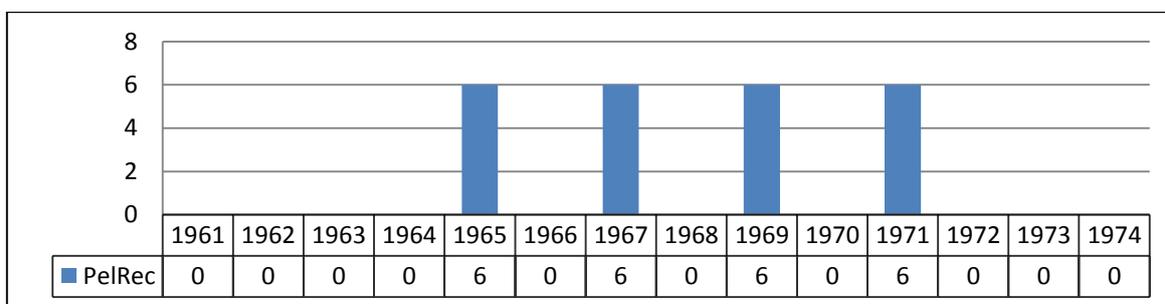


Figura nº 7 – Unidades de Reconhecimento Mobilizadas para Moçambique

Fonte: Autor

A figura nº 7⁴⁴ revela que os anos de 1965, 1967, 1969 e 1971 se destacam devido à mobilização de seis PelRec, por cada ano. Os restantes anos do período em estudo não contam com qualquer unidade mobilizada.

⁴³ Gráfico baseado na informação constante nos apêndices H e I.

⁴⁴ Gráfico baseado na informação constante no apêndice N.

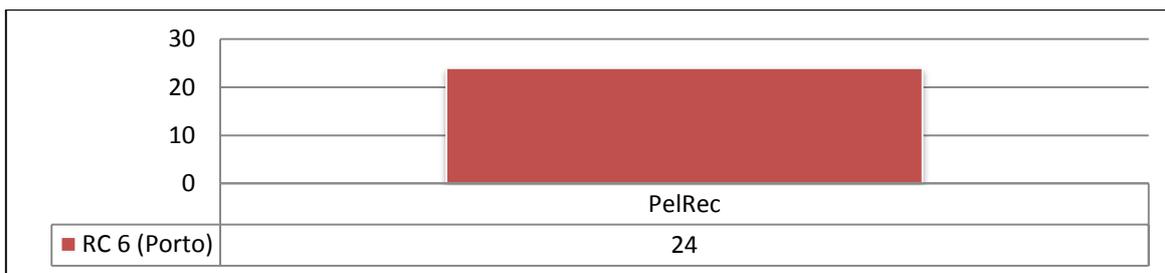


Figura nº 8 – Unidades Mobilizadoras para o TO de Moçambique

Fonte: Autor

O RC 6 é a única unidade da metrópole que mobilizou unidades de Reconhecimento para o TO de Moçambique, contabilizando vinte e quatro PelRec, como demonstra a figura nº 8⁴⁵.

3.6 Meios de Cavalaria Mobilizados

Neste subcapítulo iremos abordar as principais viaturas usadas pelas unidades de Reconhecimento, nomeadamente:

- VBR GM Fox MKI 7-8 Ton m/1957⁴⁶
- VBR Panhard EBR 75 15 Ton 75 mm 8x8 m/1959⁴⁷
- VBR Daimler MKIIIA 3 Ton 4x4 m/1963⁴⁸
- VBR Panhard AML HE 60-7 4, 8 Ton 60 mm 4x4 m/1965⁴⁹

Os primeiros PelRec foram equipados com viaturas Daimler, uma viatura ligeira, blindada, de origem inglesa, destinada a fins de reconhecimento e ligação, que apenas dispunha de uma metralhadora ligeira como arma de bordo. A fim de aumentar a proteção do pessoal, foram dotadas com uma cobertura blindada. Alguns destes pelotões foram reunidos em ERec, ainda que já existissem outros nos efetivos das guarnições normais de Angola e de Moçambique antes do início da guerra. Das viaturas apresentadas, apenas esta é constituída por uma guarnição de dois militares. (Coutinho, 2012 e Gomes, 2014).

⁴⁵ Gráfico baseado na informação constante no apêndice N.

⁴⁶ Ver apêndice P.

⁴⁷ Ver apêndice Q.

⁴⁸ Ver apêndice R.

⁴⁹ Ver apêndice S.

Em 1965 foram adquiridas quarenta AML Panhard HE 60-7 em França e no final da década de sessenta, a República da África do Sul (RAS) cedeu trinta e duas viaturas AML Panhard, em tudo semelhantes às francesas, com exceção do equipamento rádio. Ainda assim, a comunicação era possível entre ambas. Estas estavam armadas com um morteiro de 60 mm e duas metralhadoras. No Leste de Angola, por via das poeiras diamantíferas, os motores tinham um desgaste anormal. A solução encontrada passava por adaptar dois filtros de ar em banho de óleo na entrada de ar do motor. Muito embora a solução não tenha resolvido o problema na totalidade, atenuou-o bastante (Coutinho, 2012).

A dificuldade em manter as viaturas operacionais, principalmente devido à falta de sobressalentes para o motor, levou a que se substituísse o motor original por um Opel de 1900 cc, fabricado pela General Motors, na RAS. As viaturas designadas Eland MK 4 possuíam, além do motor diferente, uma metralhadora coaxial Browning 7,62 mm, em substituição das duas metralhadoras Mac 34 7,62 mm. (Coutinho, 2012 e Gomes, 2014).

O Grupo de Dragões de Angola estava equipado com auto metralhadoras EBR Panhard⁵⁰, adquiridas em 1959 em França, armadas com uma peça de 75 mm e dispunha de viaturas blindadas de transporte de pessoal da mesma origem, as ETT⁵¹, com capacidade para catorze militares. As viaturas EBR eram inadequadas ao terreno, muito volumosas, pesadas, com uma peça muito longa e que se movimentavam com grande dificuldade na floresta tropical do Norte de Angola. A torre FL-10, com a peça de 75 mm SA 50, que equipava a viatura EBR, dispunha de carregamento automático da peça. Este facto exigia que a peça fosse fixa e como tal, a variação da inclinação da peça era conseguida pela variação de inclinação da torre, resultando na designação de “torre oscilante”. No entanto, do universo de viaturas referidas, a EBR é a única que possui capacidade de rotação da torre através de um sistema hidráulico (Coutinho, 2012 e Gomes, 2014).

O comprimento da peça demonstrou ser a principal desvantagem desta viatura, uma vez que não permitia o rodar da torre nas regiões densamente arborizadas. Com vista a resolver este problema retirou-se a peça e colocou-se um projetor em substituição, o que levou ao desequilíbrio da torre pela falta de peso. A este problema, acrescia o facto dos depósitos de combustível serem de borracha e necessitarem de estar sempre cheios, para evitar a degradação das paredes internas. As guarnições destas viaturas deviam ser

⁵⁰ As cinquenta auto metralhadoras adquiridas foram divididas da seguinte maneira: vinte e uma para o Grupo de Dragões de Silva Porto (catorze para Silva Porto e sete para o ERec destacado em Luanda) e vinte e nove para a Metrópole (EPC, RC3, RC 6 e RC 7, sete viaturas cada e uma para o DGMG) (Coutinho, 2012).

⁵¹ Viatura Blindada de Transporte de Pessoal (VBTP), ETT Panhard 4,8 Ton 8x8 m/1959.

adequadamente preparadas pois a manutenção das viaturas francesas era exigente, pela sua complexidade mecânica (Coutinho, 2012).

No TO da Guiné e de Moçambique, durante a maior parte dos anos que durou a guerra, os ERec possuíam auto metralhadoras inglesas Fox, armadas com uma metralhadora de 12,7 mm e viaturas de transporte americanas White ou de granadeiros ingleses, materiais cuja origem remontava à Segunda Guerra Mundial. Aliado à idade e aos problemas mecânicos⁵² dela resultantes, também estas eram inadequadas às missões que lhes atribuíam. O rebentamento de uma mina sob uma Fox resultava no desencaixe da torre e na morte do apontador, ao passo que o condutor batia com a cabeça violentamente na blindagem que o devia proteger. No final do ano de 1973, as trinta e oito viaturas que chegaram a Portugal estavam distribuídas da seguinte forma: seis na metrópole, vinte e quatro em Moçambique e oito na Guiné (Coutinho, 2012 e Gomes, 2014).

Um fator transversal a todas as viaturas é o uso de gasolina como combustível, cuja consequência se prendia com uma maior probabilidade de explosão dos depósitos, relativamente às viaturas a diesel (Gomes, 2014).

Através da análise dos apêndices C, H, I e N, referentes às unidades de Reconhecimento, podemos admitir que ao contrário dos ERec, compostos maioritariamente por viaturas Fox, os PelRec são quase na sua totalidade equipados com viaturas Daimler. No TO de Angola, à exceção do PelRec 1144 e do PelRec 2093 que não têm História da unidade, os restantes 85% dos PelRec mobilizados estavam equipados com as viaturas Daimler. Em Moçambique, todos os PelRec equipavam com as viaturas Daimler. Quanto ao TO da Guiné, dos PelRec mobilizados, 80% eram do tipo Daimler e 14% eram do tipo Fox. Como exceções, surgem o PelRec 1106, mobilizado em junho de 1966 estava equipado com viaturas Panhard e o PelRec 2024, mobilizado em janeiro de 1968 estava equipado com as viaturas AML.

3.7 Síntese Conclusiva

Após a análise dos resultados obtidos ao longo do capítulo relativo às unidades de Reconhecimento, podemos concluir que a totalidade dos ERec mobilizados na metrópole tiveram como destino o TO da Guiné. Por outro lado, a distribuição dos PelRec

⁵² Ver anexo c.

mobilizados não decorreu da mesma forma, mas sim como a figura nº 9 apresenta. Como podemos observar, o esforço relativo de mobilização de PelRec para o TO da Guiné foi deveras superior aos demais TO. Conforme o gráfico demonstra, foi mobilizado o dobro de PelRec para Moçambique relativamente à Angola.

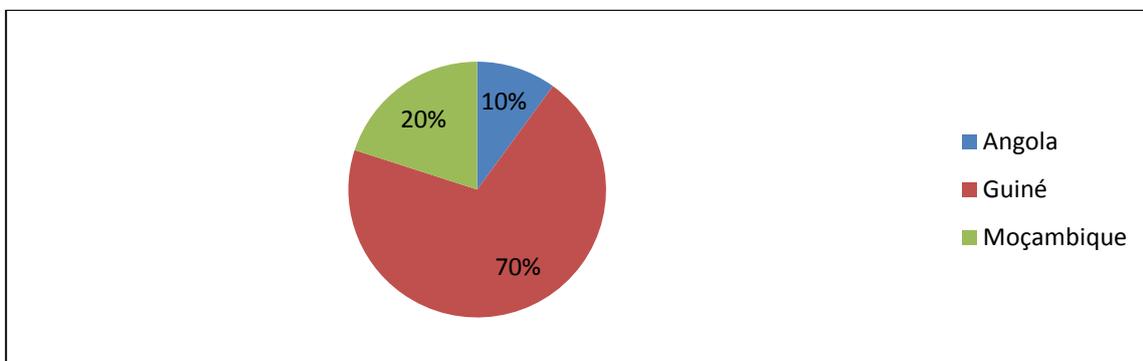


Figura nº 9 – Esforço Relativo de Mobilização de PelRec para os Três TO

Fonte: Autor

Relativamente ao ritmo de mobilização dos PelRec para os três TO, este decorreu da forma apresentada pela figura nº 10. Podemos observar que, tanto para o TO de Angola como para o TO de Moçambique, apenas começaram a ser mobilizados PelRec no ano de 1964. No entanto, apenas para Moçambique houve um ritmo constante, com a mobilização de seis PelRec em anos intercalados, entre 1965 e 1971. Os anos de 1970 e 1971 representam o período de maior esforço mobilizador pelos valores de PelRec mobilizados, sendo que este último é uma exceção dos restantes, pois nos três TO existe um aumento de mobilização.

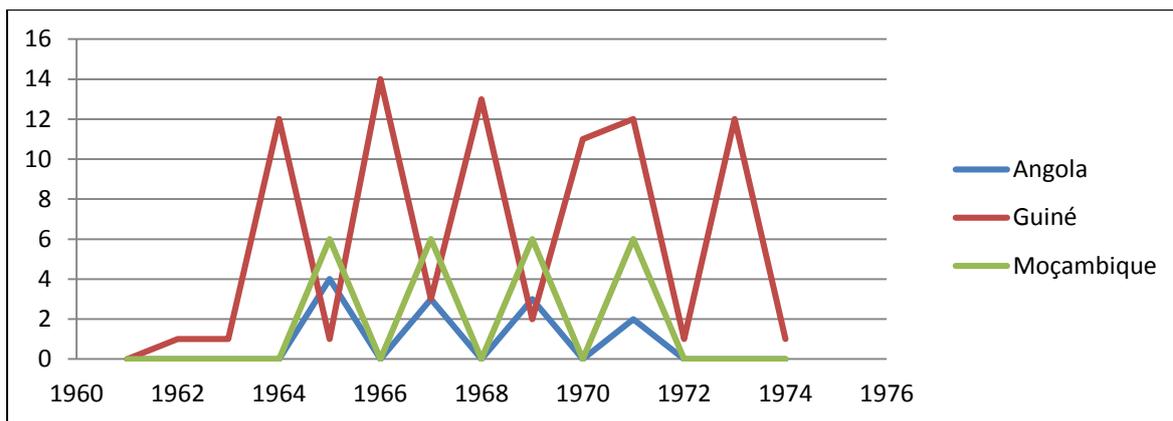


Figura nº 10 – Ritmo de Mobilização de PelRec para os Três TO

Fonte: Autor

Quanto ao ritmo de mobilização dos ERec para o TO da Guiné, este decorreu consoante a figura nº 11 apresenta. Apenas uma vez, em dois anos consecutivos, se mobilizaram dois ERec para o TO, podendo assim concluir que o período compreendido pelos anos de 1968 e 1969 representou o maior esforço de mobilização em termos de mobilização de unidades deste tipo e escalão. O ano de 1966 marca uma mudança na mobilização de ERec, pois foi o último em que se verificou apenas um ERec mobilizado. Entre 1968 e 1973, a mobilização alternava entre dois ERec anuais e nenhum destes.

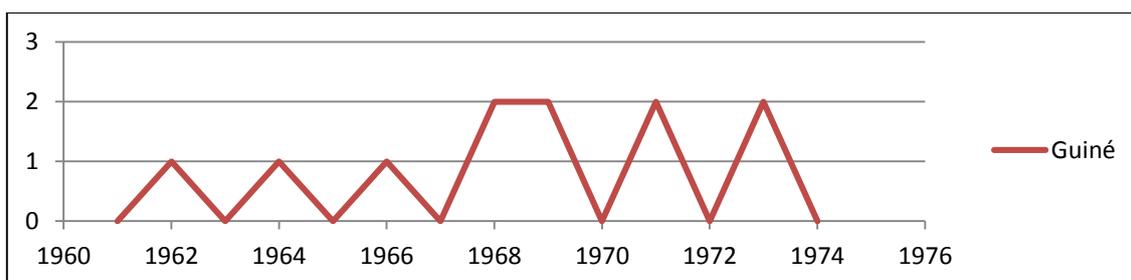


Figura nº 11 – Ritmo de Mobilização de ERec para o TO da Guiné

Fonte: Autor

Capítulo 4

A Mobilização de Unidades de Cavalaria do Tipo Atiradores

Ao contrário dos conhecidos Grupos e Esquadrões da Arma de Cavalaria, o principal esforço da Arma vem revelar-se nos Batalhões e Companhias de Cavalaria, unidades estas que apesar de serem originárias de Regimentos de Cavalaria, atuam como unidades de atiradores da Arma de Infantaria. De acordo com a história do BCav 345, mobilizado para Angola em dezembro de 1961, o efetivo desta unidade era composto por:

- Comando e CCS: 13 Oficiais, 20 Sargentos e 113 Praças
- CCav 253: 6 Oficiais, 16 Sargentos e 143 Praças
- CCav 295: 6 Oficiais, 17 Sargentos e 143 Praças
- CCav 296: 6 Oficiais, 17 Sargentos e 139 Praças

Perfazendo um total de 31 Oficiais, 70 Sargentos e 538 Praças.

De forma semelhante ao BCav 345, também o efetivo do BCav 8320⁵³, mobilizado pelo RC 3 de Estremoz em setembro de 1972, para a Guiné, era constituído por:

- Comando e CCS: 10 Oficiais, 18 Sargentos e 105 Praças
- Cada CCav 8320: 5 Oficiais, 16 Sargentos e 139 Praças

Em comparação com as CCav integradas em BCav, as CCav mobilizadas independentemente não apresentavam diferenças consideráveis. Exemplo disto é o efetivo da CCav 1662⁵⁴, mobilizada para a Guiné em fevereiro de 1967 pelo RC 7. Desta CCav faziam parte cinco Oficiais, dezassete Sargentos e cento e trinta e seis Praças.

4.1 Unidades do Tipo Companhia de Atiradores Mobilizadas para a Guerra de África

Como referido anteriormente, ao longo das Campanhas de África (1961-1974) o tipo de unidade mais mobilizada foi a Companhia de Atiradores. Durante a época em estudo, o grosso das unidades mobilizadas tem como base este tipo de unidades de

⁵³ História presente no arquivo PT/AHM/DIV/2/4/128/3.

⁵⁴ História presente no arquivo PT/AHM/DIV/2/4/70/8.

Atiradores, sendo estas mobilizadas pelas unidades territoriais das diferentes Armas de Infantaria, Cavalaria e Artilharia.

Segundo o Coronel Moraes da Silva, podemos verificar pelo gráfico⁵⁵ presente na figura nº12, que foram enviadas 1703⁵⁶ unidades de escalão companhia de Atiradores para as províncias ultramarinas, durante o período em estudo.

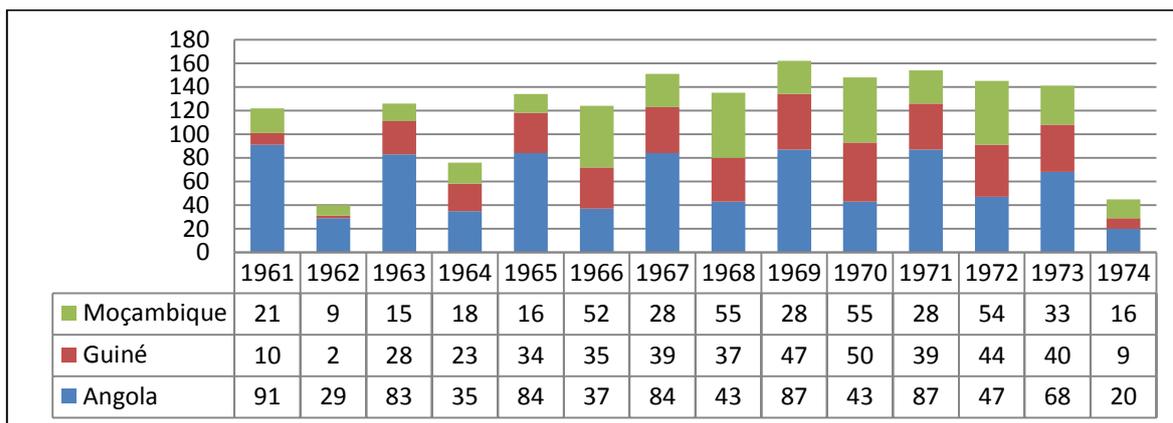


Figura nº 12 – Total de Unidades de Escalão Companhia de Atiradores Enviadas para África

Fonte: Autor adaptado de Silva, 2014

4.2 Unidades Mobilizadoras de Batalhões e Companhias de Cavalaria

Na metrópole, as unidades da Arma de Cavalaria que mobilizaram BCav ou CCav foram as seguintes:

- Regimento de Cavalaria Nº 3, em Estremoz (RC 3)
- Regimento de Cavalaria Nº 4, em Santa Margarida (RC 4)
- Regimento de Cavalaria Nº 6, no Porto (RC 6)
- Regimento de Cavalaria Nº7, em Lisboa (RC 7)
- Regimento de Cavalaria Nº8, em Castelo Branco (RC 8)
- Escola Prática de Cavalaria, em Santarém (EPC)

Em suma, as seis unidades mobilizaram duzentos e oitenta e duas CCav, das quais cento e oitenta e cinco integraram os sessenta e dois BCav como observamos no gráfico da figura nº 13⁵⁷.

⁵⁵ Gráfico baseado na conferência do Coronel Moraes da Silva na AM em 7 de maio de 2014.

⁵⁶ Valor referente ao total de CCaç, CArt e CCav.

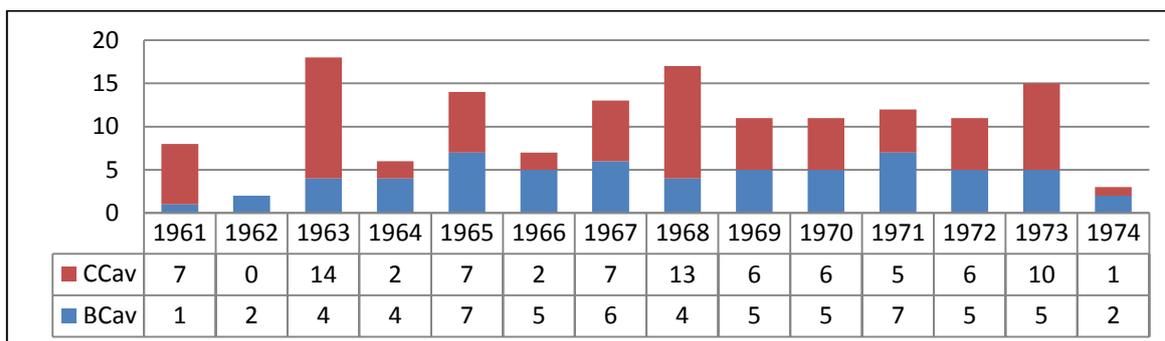


Figura nº 13 - Batalhões e Companhias de Cavalaria Mobilizados para os Três TO durante os Treze Anos

Fonte: Autor

No primeiro ano foram mobilizadas sete CCav independentes assim como um BCav, rumo a Angola. No ano de 1962 não há registo de CCav independentes, contabilizando apenas os dois BCav que são mobilizados para Angola. No entanto, o ano de 1963 revelou-se oposto ao anterior com catorze CCav e quatro BCav, tendo sido o ano com mais CCav independentes mobilizadas.

Através do gráfico podemos admitir que apenas nos anos de 1961, 1963 e 1968 a relação de CCav mobilizadas independentes é superior às de CCav integradas em BCav. Nos restantes anos da guerra, o esforço da Arma era incidido sobretudo nas CCav que integravam os BCav. Tendo em consideração que cada BCav era constituído por três CCav, em 1965 foram mobilizadas vinte e oito CCav, das quais apenas sete são independentes.

4.3 Batalhões e Companhias de Cavalaria Mobilizadas para Angola

⁵⁷ Gráfico baseado na informação constante nos apêndices A, B, F, G, L e M.

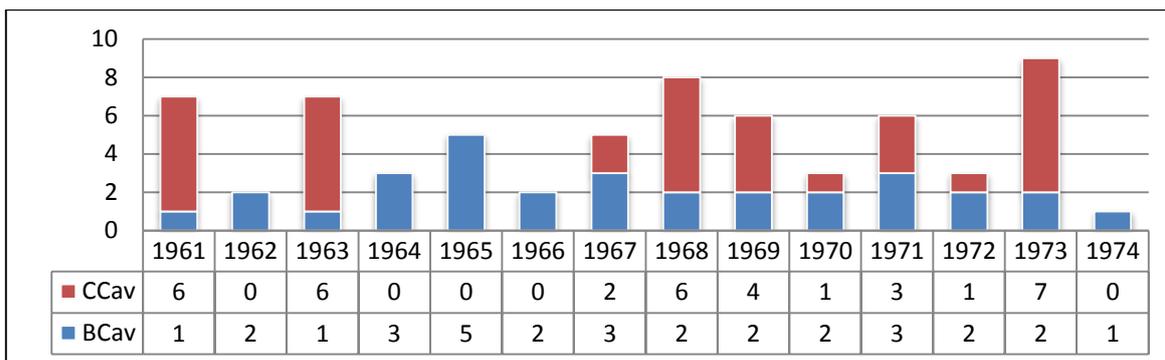


Figura nº 14 – Batalhões e Companhias de Cavalaria Mobilizadas para Angola durante os Treze Anos

Fonte: Autor

A figura nº 14⁵⁸ explicita a mobilização de BCav e CCav ao longo do conflito, para o TO de Angola. No ano de 1961 a Angola foi o único destino dos BCav e CCav mobilizadas na metrópole por unidades da Arma de Cavalaria. Podemos observar uma forte presença de CCav nos anos de 1961, 1963, 1968 e 1973, mas por outro lado também verificamos anos sem CCav independentes. A mobilização de BCav é constante, no sentido em que não existe nenhum ano de interregno na mobilização destas unidades, tendo-se registado em 1965 a mobilização de cinco BCav e apenas dois no ano de 1962.

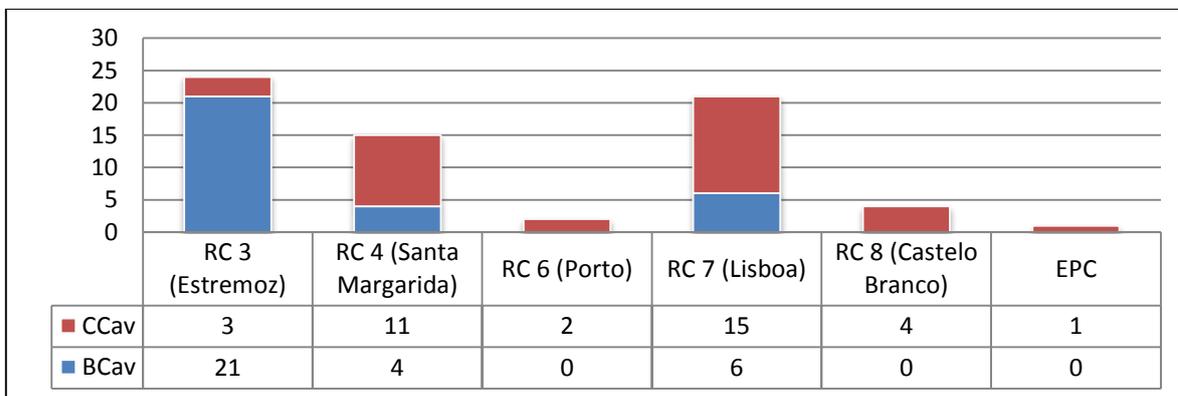


Figura nº 15 - Unidades Mobilizadoras de BCav e CCav para Angola

Fonte: Autor

A figura nº 15⁵⁹, acima representada, relaciona o número de BCav e CCav mobilizados por cada unidade. Relativamente às unidades mobilizadoras do tipo de

⁵⁸ Gráfico baseado na informação constante nos apêndices A e B.

⁵⁹ Gráfico baseado na informação constante nos apêndices A e B.

unidades de Atiradores para Angola, o RC 3 foi a unidade que mobilizou mais BCav, com uma larga margem para o RC 7 que apenas mobilizou mais CCav independentes que o RC 3. Em termos absolutos, o RC 3 mobilizou sessenta e seis CCav das quais apenas três eram independentes.

Os RC 6, RC 8 e a EPC não mobilizaram nenhum BCav, sendo que a última mobilizou apenas a CCav 122.

4.4 Batalhões e Companhias de Cavalaria Mobilizadas para Guiné

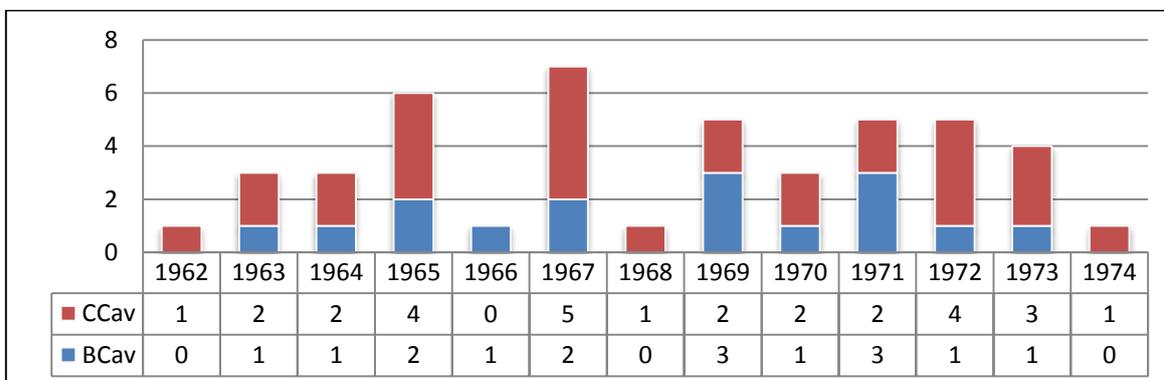


Figura nº 16 – Batalhões e Companhias de Cavalaria Mobilizadas para Guiné durante os Doze Anos

Fonte: Autor

A figura nº 16⁶⁰ demonstra que, apesar das ameaças bem presentes desde o início do conflito, apenas foi mobilizada uma CCav no ano de 1962 para o TO da Guiné. Nos dois anos seguintes os números foram ligeiramente superiores, com um BCav e duas CCav, mas é em 1965 que encontramos o segundo ano com mais mobilizações, dois BCav e quatro CCav. Tanto em 1966 como em 1968 regista-se o menor número de unidades mobilizadas, com um BCav e uma CCav respetivamente.

Em 1972 verifica-se que são mobilizadas mais CCav independentes do que aquelas que foram integradas em BCav e apenas em 1972 se regista uma relação equilibrada, ou seja, o número de CCav independentes é igual ao das CCav integradas nos BCav.

⁶⁰ Gráfico baseado na informação constante nos apêndices F e G.

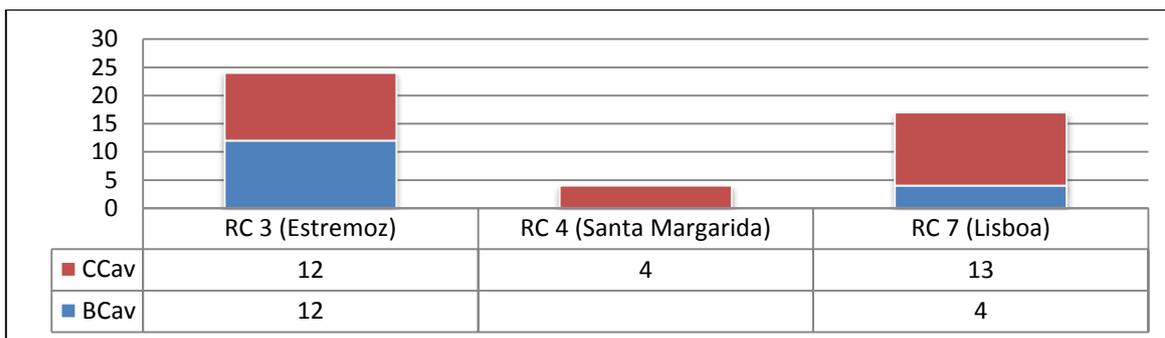


Figura nº 17 – Unidades Mobilizadoras de BCav e CCav para Guiné

Fonte: Autor

No gráfico representado pela figura nº 17⁶¹ podemos observar que o RC 3 foi a unidade responsável por mobilizar mais unidades, sendo que o RC 7 mobilizou apenas mais uma CCav independente que o anterior. Enquanto em Estremoz o número de CCav integradas em BCav (trinta e seis) ultrapassa as CCav independentes, o mesmo não se verifica no RC 7 onde esta relação pende ligeiramente para as CCav independentes.

4.5 Batalhões e Companhias de Cavalaria Mobilizadas para Moçambique

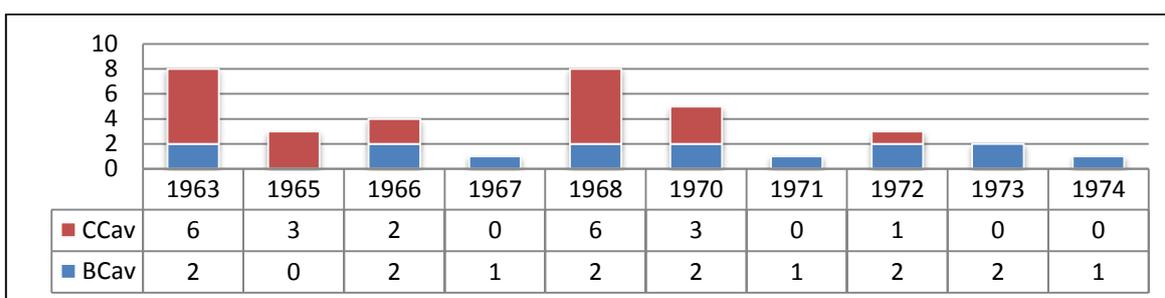


Figura nº 18 – Batalhões e Companhias de Cavalaria Mobilizadas para Moçambique durante os Onze Anos

Fonte: Autor

Como podemos observar no gráfico representado na figura nº 18⁶², a mobilização de unidades do tipo Atiradores para o TO de Moçambique não foi muito variável, visto que apenas nos anos de 1963 e 1968 o número de CCav independentes foi consideravelmente

⁶¹ Gráfico baseado na informação constante nos apêndices F e G.

⁶² Gráfico baseado na informação constante nos apêndices L e M.

mais elevado. Desta forma, nos anos referidos, podemos verificar que existiu um equilíbrio na relação entre CCav independentes e as que integraram BCav.

Não obstante em 1967 e 1971 ter sido mobilizado apenas um BCav, em 1965 a mobilização resumiu-se a três CCav independentes, tendo sido o único ano no qual não foi mobilizado nenhum BCav para este TO.

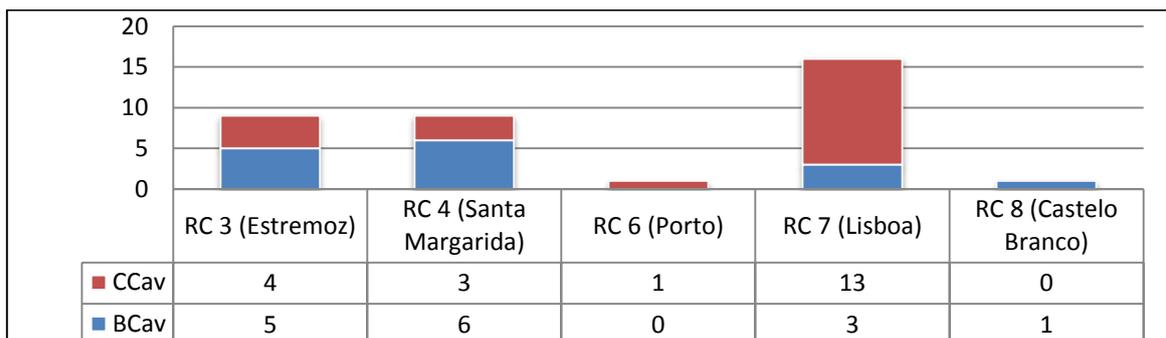


Figura nº 19 – Unidades Mobilizadoras de BCav e CCav para Moçambique

Fonte: Autor

Conforme o gráfico acima representado na figura nº 19⁶³, podemos observar que o RC 7 foi a unidade que mais CCav independentes mobilizou, no entanto, em termos de números absolutos, o RC 4 mobilizou vinte e uma CCav, das quais dezoito integradas em BCav.

Enquanto o RC 3 e o RC 4 se assemelham no número e no escalão de forças mobilizadas, com uma superioridade de CCav integradas em BCav relativamente às independentes, já no RC 7 tal não se verifica. Em Lisboa foram mobilizadas vinte e duas CCav com destino a Moçambique, mas apenas nove foram integradas em BCav.

O RC 6 e o RC 8 não tiveram grande expressão na mobilização de unidades de Atiradores para Moçambique.

4.6 Síntese Conclusiva

Através da análise do presente capítulo e do gráfico representado na figura nº 20, podemos concluir que no TO de Angola, o esforço da Arma de Cavalaria referente à

⁶³ Gráfico baseado na informação constante nos apêndices L e M.

mobilização de unidades do tipo Atiradores foi de 15%. As Armas de Infantaria e Artilharia foram responsáveis pela mobilização de 64% e 21% respetivamente.

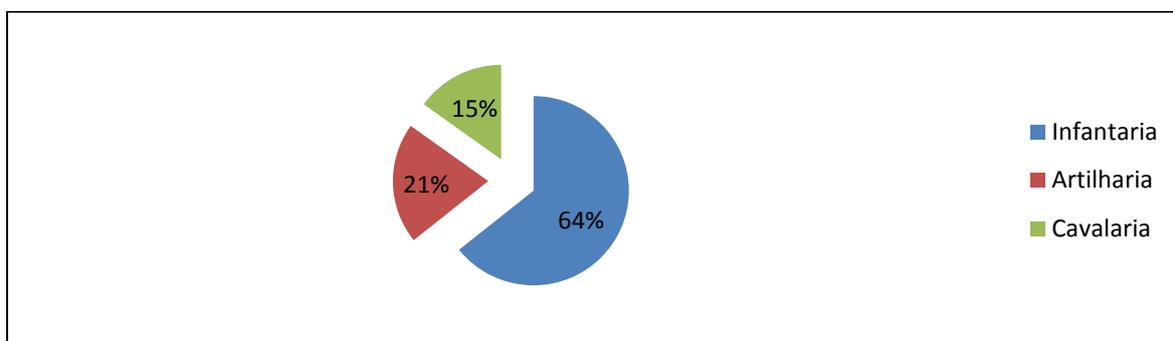


Figura nº 20 – Esforço Relativo de CAAt Mobilizadas para Angola Provenientes da Arma de Cavalaria

Fonte: Autor adaptado de Silva, 2014

O gráfico representado na figura nº 21, é referente ao esforço de mobilização de unidades do tipo Atiradores, mobilizadas pelas Armas de Infantaria, Artilharia e Cavalaria com destino ao TO da Guiné. Como podemos observar, o esforço da Cavalaria foi sensivelmente superior que no TO de Angola, contabilizando 18% das unidades de Atiradores mobilizadas. A Arma de Infantaria mobilizou 58% e a Arma de Artilharia mobilizou 24% das unidades para este TO.

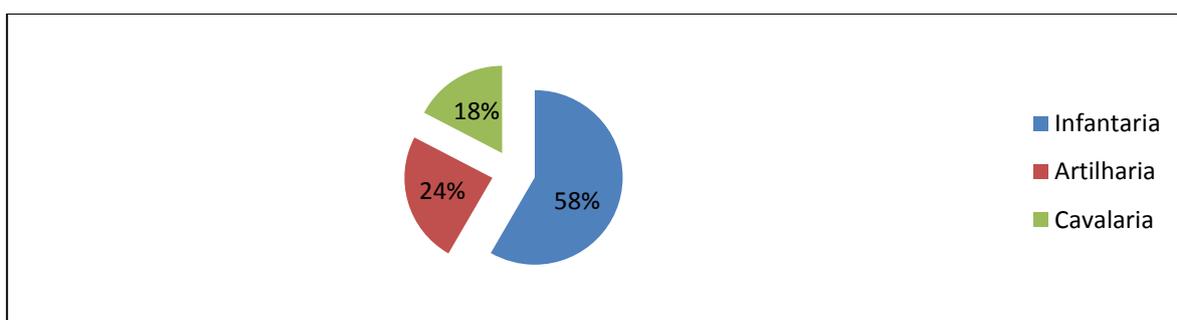


Figura nº 21 – Esforço Relativo de CAAt Mobilizadas para Guiné Provenientes da Arma de Cavalaria

Fonte: Autor adaptado de Silva, 2014

Relativamente ao TO de Moçambique, analisando a figura nº 22, podemos concluir que os 15% relativos à mobilização de unidades de Atiradores por parte da Arma de Cavalaria, representam um esforço de mobilização mais semelhante ao TO de Angola do

que ao TO da Guiné. As Armas de Infantaria e de Artilharia mobilizaram 58% e 27% das unidades, respetivamente.

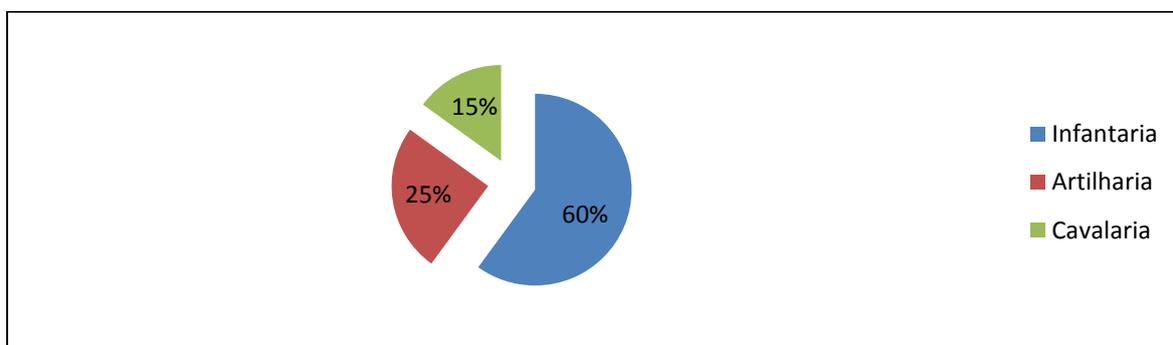


Figura nº 22 – Esforço Relativo de CAT Mobilizadas para Moçambique Provenientes da Arma de Cavalaria

Fonte: Autor adaptado de Silva, 2014

Em suma, resultado da conjugação dos dados de mobilização dos três TO, podemos concluir que foi da responsabilidade da Arma de Cavalaria mobilizar 15% das unidades do tipo Atiradores que combateram na Guerra de África, no período em estudo. O gráfico representado na figura nº 23 também refere que foi da responsabilidade das Armas de Infantaria e de Artilharia mobilizar 62% e 23% deste tipo de unidades, respetivamente.

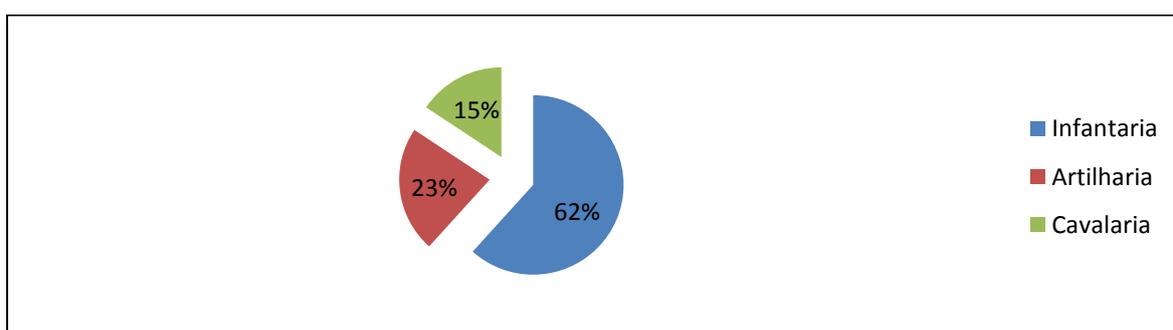


Figura nº 23 – Esforço Relativo de CAT Mobilizadas para os Três TO Provenientes da Arma de Cavalaria

Fonte: Autor adaptado de Silva, 2014

Através do levantamento das unidades do tipo Atiradores e das suas datas de embarque, resultou o gráfico representado na figura nº 24, obtendo o ritmo de mobilização das CCav para os três TO, fossem estas integradas em BCav ou independentes. Como podemos observar, o ritmo de mobilização não foi constante em nenhum dos TO, nem se

verificam semelhanças entre estes. O TO de Angola registou o valor anual mais alto no ano de 1965, tendo recebido quinze CCav. Pelo contrário, o TO de Moçambique registou os valores mais baixos nos anos de 1964 e 1969, sem que qualquer CCav fosse mobilizada com este destino. Entre os anos de 1966 e 1971, os TO da Guiné e de Moçambique, apresentam um ritmo de mobilização inverso, ou seja, quando a mobilização cresce para um TO, no outro decresce. Relativamente à média de CCav mobilizadas anualmente, podemos concluir que o período compreendido entre 1967 e 1973 apresenta uma variação pouco significativa em comparação com o restante período do conflito.

Exceto casos pontuais, como os anos de 1966, 1970 e 1972, o ritmo de mobilização de CCav para o TO de Angola manteve-se consideravelmente acima da média.

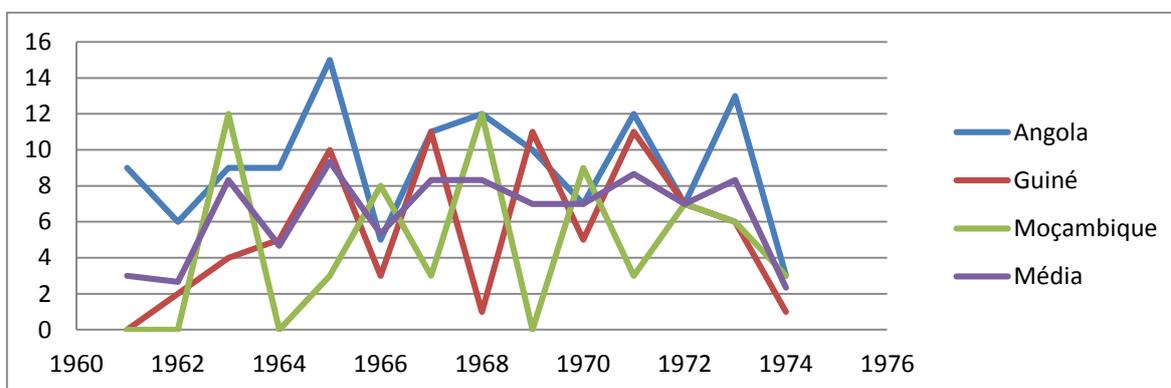


Figura nº 24 – Ritmo de Mobilização das CCav para os Três TO

Fonte: Autor

Capítulo 5

Mobilização de Unidades de Polícia Militar

A função de Polícia Militar foi atribuída à Arma de Cavalaria, o que levou a que militares desta arma fossem instruídos no Regimento de Lanceiros Nº2, em Lisboa. Como nos relata a História da CPM 8240⁶⁴, a orgânica base de uma CPM era a seguinte:

- Comando e Secção de Comando: 2 Oficiais, 1 Sargento, 7 Praças
- Secção de Alimentação: 5 Praças
- Secção de Reabastecimento: 3 Praças
- Secção de Manutenção: 3 Praças
- 1º Pelotão: 1 Oficial e 39 Praças
- 2º Pelotão: 1 Oficial e 38 Praças
- 3º Pelotão: 1 Oficial e 38 Praças

No total, o efetivo compreendia 5 Oficiais, 1 Sargento e 133 Praças.

Por sua vez, cada PelPM era constituído por:

- Comando e Esquadra de Comando: 1 Oficial e 3 Praças
- 1ª Secção: 12 Praças
- 2ª Secção: 12 Praças
- 3ª Secção: 12 Praças

Assim sendo, o efetivo era constituído por 1 Oficial e 39 Praças.

5.1 Unidades de Polícia Militar Mobilizadas para a Guerra de África

A partir da figura nº 25⁶⁵, referente às unidades de Polícia Militar mobilizadas ao longo do conflito, podemos observar que o período entre 1965 e 1971 é particularmente diferente dos restantes. Ainda que tenha sido em 1963 que se mobilizaram mais CPM, nos anos ímpares do período anteriormente referido mobilizaram-se três PelPM e cinco CPM anualmente. Por outro lado, nos anos pares, apenas se verifica a mobilização anual de duas

⁶⁴ História presente no arquivo PT/AHM/DIV/2/7/86/5

⁶⁵ Gráfico baseado na informação constante nos apêndices E, J, K e O.

CPM e um PelPM. O ano de 1964 representa o ano com menos expressão no período de mobilização estudado, com apenas uma CPM mobilizada. No período final observa-se que o decréscimo não foi acentuado, visto que em 72 e 73 foram mobilizados quatro CPM, apenas um a menos que em 71, e que apesar do período em estudo terminar em 25 de abril de 1974, ainda foram mobilizados duas CPM até esta data.

Relativamente a esta tipologia de unidades, o número de CPM mobilizadas na metrópole é sensivelmente o dobro do número de PelPM. O RL 2 mobilizou todas as unidades deste tipo com exceção do PelPM 1, mobilizado pelo RC 6 e cuja comissão entre decorreu entre junho de 1960 e o mesmo mês de 1962.

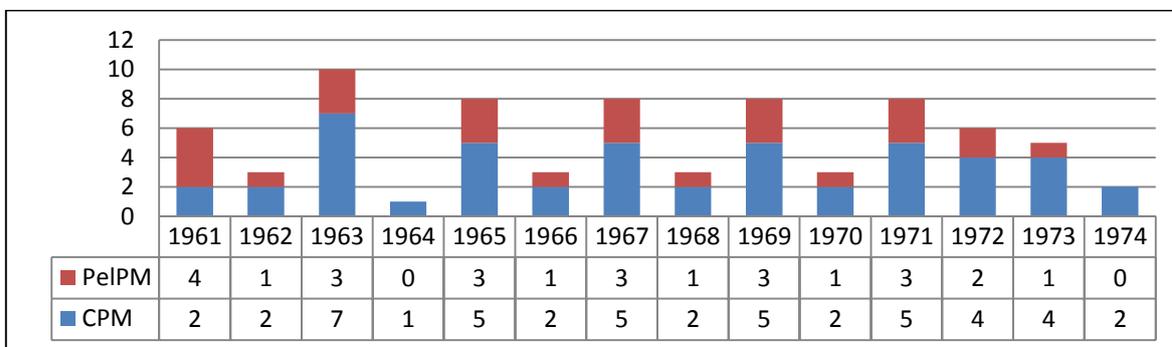


Figura nº 25 – Unidades de Polícia Militar Mobilizadas para os Três TO durante os 13 Anos

Fonte: Autor

5.2 Unidades de Polícia Militar Mobilizadas para Angola

A mobilização de unidades de Polícia Militar para Angola decorreu de acordo com o gráfico apresentado na figura nº 26⁶⁶. Como podemos observar, entre os anos de 1961 e 1971, foram mobilizados alternadamente, duas CPM e uma CPM. Sendo estes os valores máximo e mínimo de mobilização de unidades deste escalão e tipo, para este TO. Nos anos ímpares, entre 1961 e 1971, foram mobilizados três PelPM, à exceção do ano inicial que regista a mobilização de quatro PelPM.

Podemos considerar que o ritmo de mobilização desta tipologia de forças, para este TO, foi relativamente constante, desde o início do conflito até ao ano de 1972.

⁶⁶ Gráfico baseado na informação constante no apêndice E.

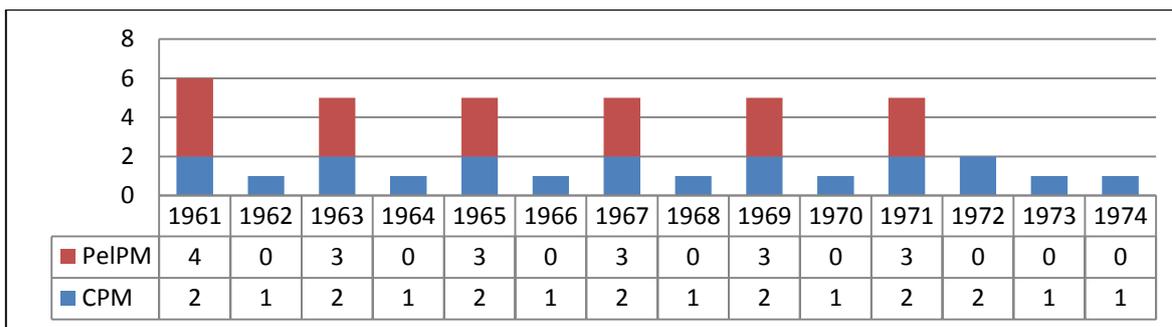


Figura nº 26 – Unidades de Polícia Militar Mobilizadas para Angola

Fonte: Autor

5.3 Unidades de Polícia Militar Mobilizadas para Guiné

Aquando do início do conflito no TO da Guiné, a Arma de Cavalaria já estava representada no território com a presença do PelPM 1, tendo sido mobilizado em junho de 1960. Atentando ao gráfico representado na figura nº 27⁶⁷, referente às unidades de Polícia Militar mobilizadas para o TO da Guiné, podemos observar que no ano de 1964 não foram mobilizadas quaisquer tipo de forças, e o mesmo se verifica no último ano de conflito. Tanto no ano de 1962 como em 1973, foi mobilizada uma CPM e um PelPM. Apesar de não ser uma diferença significativa, estes foram os anos que registaram maior esforço de mobilização, deste tipo de forças, para este TO.

Entre o período compreendido pelos anos de 1965 e 1971, foram mobilizados alternadamente uma CPM e um PelPM, anualmente.

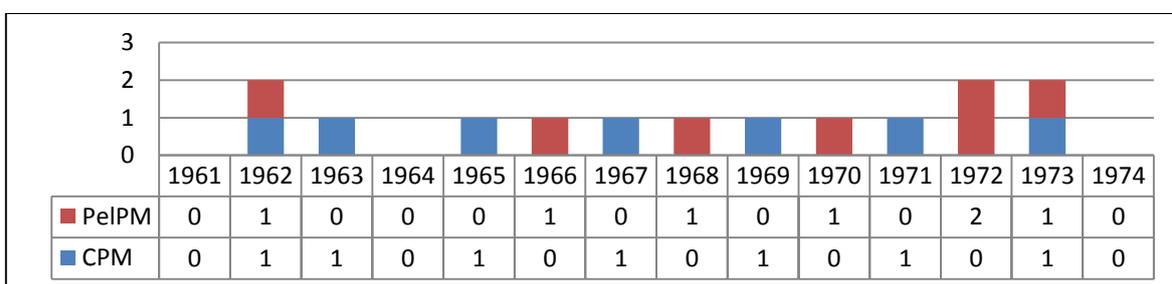


Figura nº 27 – Unidades de Polícia Militar Mobilizadas para Guiné

Fonte: Autor

⁶⁷ Gráfico baseado na informação constante nos apêndices J e K.

5.4 Unidades de Polícia Militar Mobilizadas para Moçambique

Quanto ao TO de Moçambique, pela análise do gráfico presente na figura nº 28⁶⁸, podemos verificar que o primeiro ano de conflito foi o que registou maior mobilização de unidades de CPM. Note-se que não foram mobilizadas unidades de escalão pelotão, deste tipo de força, para este TO. Entre os anos de 1965 e 1971 foram mobilizadas alternadamente duas CPM e uma CPM, por ano. O ano de 1972 contraria a tendência até aqui verificada, com o registo de duas CPM mobilizadas.

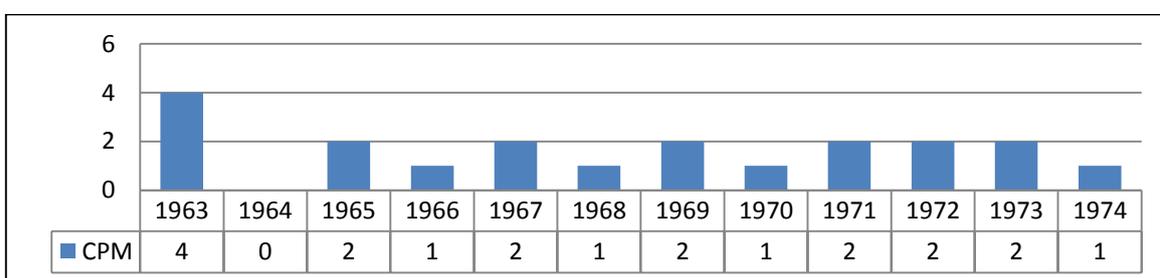


Figura nº 28 – Unidades de Polícia Militar Mobilizadas para Moçambique

Fonte: Autor

5.5 Síntese Conclusiva

Relativamente às unidades do tipo Polícia Militar, podemos concluir que o esforço relativo de mobilização dos PelPM para os TO de Angola e Guiné se pode representar através do gráfico da figura nº 29. Sensivelmente, três quartos dos PelPM tiveram como destino o TO de Angola.

⁶⁸ Gráfico baseado na informação constante no apêndice O.

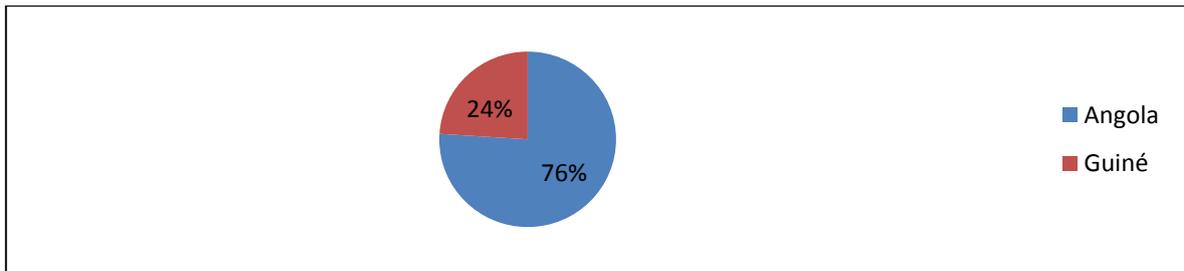


Figura nº 29 – Esforço Relativo de Mobilização de PelPM para os TO de Angola e Guiné

Fonte: Autor

Podemos analisar o esforço relativo de mobilização de CPM, entre os três TO, através do gráfico apresentado na figura nº 30. Como é demonstrado, o esforço relativo é bastante semelhante entre os TO de Angola e Moçambique, apenas diferindo 2% entre eles. Por sua vez, o esforço de mobilização no TO da Guiné não ultrapassa os 14%.

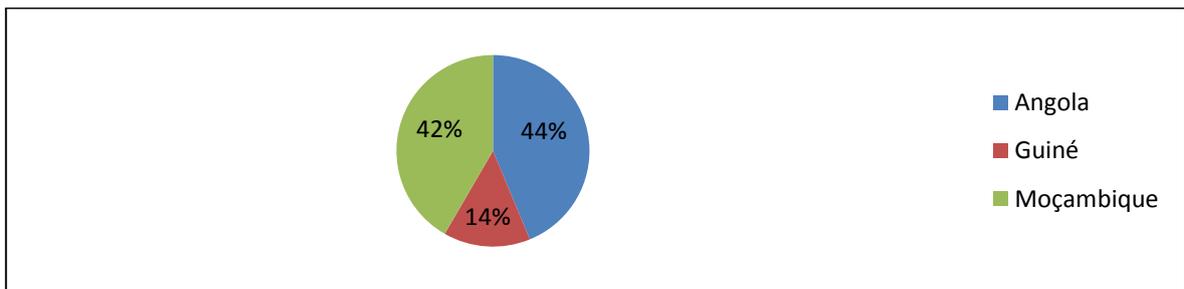


Figura nº 30 – Esforço Relativo de Mobilização de CPM para os Três TO

Fonte: Autor

Conclusões e Recomendações

O presente Trabalho de Investigação Aplicada decorre da inexistência de estudos referentes ao esforço relativo de cada Arma, nos três TO, ao longo da Guerra de África (1961-1974). Este conflito foi marcante para a sociedade portuguesa, onde as consequências, quarenta anos passados, ainda se fazem sentir a vários níveis. Tendo em conta que uma das características da Arma de Cavalaria é a flexibilidade no desempenho das suas missões, surgiu o interesse de aprofundar o conhecimento relativo às unidades que as cumpriram, fossem estas de unidades do tipo Atiradores, Reconhecimento ou Polícia Militar. Nas próximas páginas, as questões derivadas e central são respondidas e as hipóteses verificadas, sendo que a segunda hipótese relaciona-se com as questões 2, 3 e 4, e a terceira hipótese liga-se às questões 5, 6 e 7.

Subordinado à seguinte questão central: **“Como foi o empenhamento da Arma de Cavalaria durante a Guerra de África (1961-1974), relativamente à tipologia e à quantidade de unidades mobilizadas para emprego operacional em cada um dos três Teatros de Operações (Angola, Guiné e Moçambique)?”**, o trabalho de investigação foi desenvolvido com o objetivo de caracterizar a tipologia das unidades operacionais mobilizadas pela Arma de Cavalaria, identificar as unidades mobilizadoras e analisar os ritmos de mobilização, identificar o esforço relativo de mobilização entre as diversas vertentes e entre os três TO, ao longo do período em estudo, revelando desta forma uma visão de conjunto relativo à Arma.

Com vista a dar resposta à questão central, foram consideradas as seguintes questões derivadas que possibilitam decompor a questão central através das seguintes abordagens:

1ªQD – Quais foram as unidades mobilizadoras e a tipologia das unidades mobilizadas pela Arma de Cavalaria da metrópole para emprego operacional na Guerra de África (1961-1974)?

2ªQD – Como decorreu o ritmo de mobilização de unidades de Atiradores de Cavalaria (Batalhões e Companhias de Cavalaria), ao longo do período em estudo para os três Teatros de Operações?

3ªQD – Como decorreu o ritmo de mobilização de unidades de Reconhecimento, ao longo do período em estudo para os três Teatros de Operações?

4ªQD – Como decorreu o ritmo de mobilização de unidades de Polícia Militar, ao longo do período em estudo para os três Teatros de Operações?

5ªQD – Qual foi a dimensão relativa da mobilização de unidades de Atiradores de Cavalaria, de Reconhecimento e de Polícia Militar para emprego no Teatro de Operações de Angola?

6ªQD – Qual foi a dimensão relativa da mobilização de unidades de Atiradores de Cavalaria, de Reconhecimento e de Polícia Militar para emprego no Teatro de Operações da Guiné?

7ªQD – Qual foi a dimensão relativa da mobilização de unidades de Atiradores de Cavalaria, de Reconhecimento e de Polícia Militar para emprego no Teatro de Operações de Moçambique?

Perante a primeira QD, **“Quais foram as unidades mobilizadoras e a tipologia das unidades mobilizadas pela Arma de Cavalaria da metrópole para emprego operacional na Guerra de África (1961-1974)?”**, concluímos através dos dados presentes nos capítulos anteriores que as unidades mobilizadoras foram: a EPC, em Santarém, que apenas mobilizou uma CCav para o TO de Angola; o RC 3 de Estremoz, que foi a unidade com mais unidades do tipo Atiradores mobilizadas, principalmente para Angola e Guiné; o RC 4, de Santa Margarida, cuja mobilização restringiu-se a unidades do tipo Atiradores; o RC 6, no Porto, que apesar de não ter mobilizado qualquer ERec, mobilizou grande parte dos PelRec, todos do tipo Daimler; o RC 7, em Lisboa, que mobilizou tanto unidades de Atiradores (BCav e CCav), assim como unidades de Reconhecimento (ERec AML e PelRec AML, Daimler, Fox e Panhard); o RC 8, de Castelo Branco, que à semelhança do RC 7, também mobilizou unidades destes dois tipos, com especial incidência nos ERec Fox com destino à Guiné; e o RL 2, em Lisboa, tendo mobilizado todas as unidades de Polícia Militar (CPM e PelPM) abrangidas pelo período em estudo.

Pelo que a primeira hipótese **“A maioria das unidades mobilizadas na metrópole, pela Arma de Cavalaria durante a Guerra de África, foram unidades de Atiradores de Cavalaria”** é verificada. Como é demonstrado pela figura nº 31, em termos absolutos, o esforço de mobilização foi maior nas unidades de Atiradores, com a seguinte divisão pelos diferentes TO: 47% das CCav foram mobilizadas para Angola, 29% para a Guiné e 26% para Moçambique.

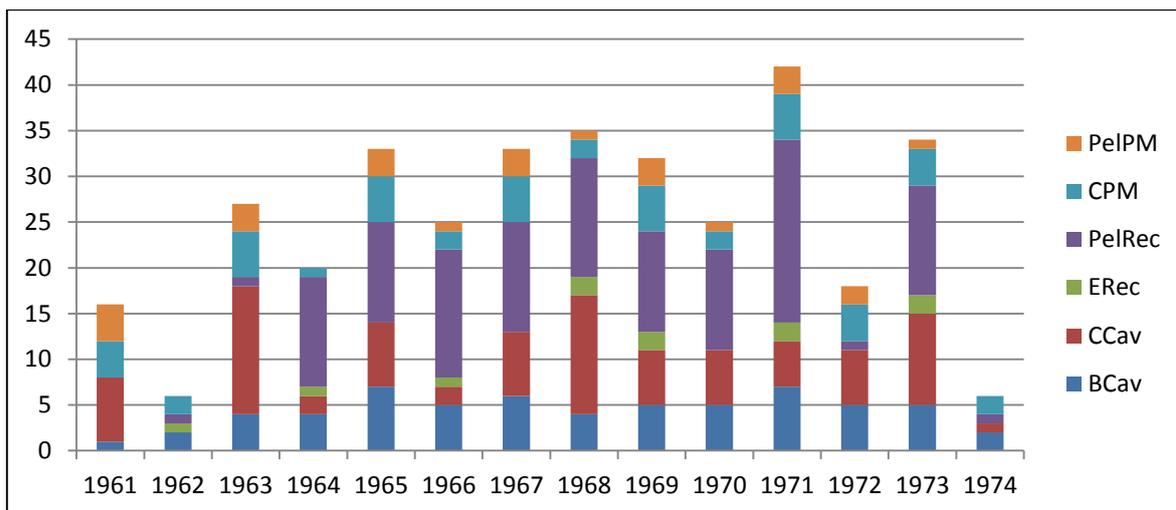


Figura nº 31 - Total de Unidades de Cavalaria Mobilizadas na Metrópole para os Três TO

Fonte: Autor

Relativamente à segunda QD, **“Como decorreu o ritmo de mobilização de unidades de Atiradores de Cavalaria (Batalhões e Companhias de Cavalaria), ao longo do período em estudo para os três Teatro de Operações?”**, levantou-se a seguinte hipótese: **“O ritmo de mobilização foi crescendo do início ao fim do conflito”**. Como foi apresentado na síntese conclusiva do capítulo referente às unidades do tipo Atiradores, através da figura nº 24 da página 43, esta hipótese é refutada. Nos três TO verificam-se subidas e descidas do ritmo de mobilização, como por exemplo as doze CCav mobilizadas para Moçambique em 1963 e 1968, sem que nenhuma fosse mobilizada nos anos de 1964 e 1969. Como foi referido anteriormente, o período compreendido entre 1967 e 1973 apresenta uma mobilização média de CCav, para os três TO, mais constante que no restante período do conflito.

Tendo em consideração a terceira QD, **“Como decorreu o ritmo de mobilização de unidades de Reconhecimento, ao longo do período em estudo para os três Teatros de Operações?”**, surgiu a seguinte hipótese **“O ritmo de mobilização foi crescendo do início ao fim do conflito”**. Conforme as figuras nº 10 e 11, da página 33 e referentes aos ritmos de mobilização dos PelRec e ERec, respetivamente, esta hipótese é refutada. Os ritmos de mobilização apresentam uma tendência de intercalação anual, ou seja, entre dois anos de maior esforço de mobilização, existia um ano de menor esforço.

A partir da quarta QD, **“Como decorreu o ritmo de mobilização de unidades de Polícia Militar, ao longo do período em estudo para os três Teatros de Operações?”** admitiu-se a hipótese **“O ritmo de mobilização foi crescendo do início ao fim do**

conflito”. Esta hipótese é refutada, através da análise da figura nº 25, da página 45, uma vez que desde o início do conflito até ao ano de 1970, a tendência de intercalação anual verifica-se com pequenas oscilações, e após este, existe uma tendência decrescente.

Considerando a quinta QD, **“Qual foi a dimensão relativa da mobilização de unidades de Atiradores de Cavalaria, de Reconhecimento e de Polícia Militar para emprego no Teatro de Operações de Angola?”**, foi levantada a seguinte hipótese: **“Em cada TO, a dimensão relativa de mobilização de unidades da Arma de Cavalaria manifestou-se pela seguinte ordem: Atiradores, Reconhecimento e Polícia Militar”**. Após a análise das figuras apresentadas ao longo do trabalho, resultou o gráfico da figura nº 32. Com base neste gráfico considera-se a hipótese refutada. Podemos concluir que as CCav obtiveram um valor superior às restantes, ainda que próximo dos BCav. Desta forma, as unidades de Atiradores representam 56% do total de mobilização para Angola. As unidades de Reconhecimento (PelRec), assumem apenas 10% das unidades mobilizadas. E relativamente às unidades de PM (CPM e Pel PM), os valores são semelhantes, diferindo apenas 2% entre eles, o que prefaz 34% das unidades.

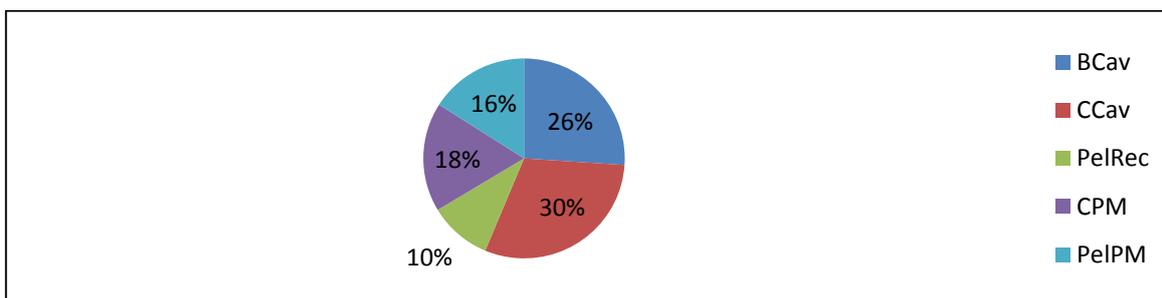


Figura nº 32 – Dimensão Relativa da Mobilização de Todos os Tipos de Unidades no TO de Angola

Fonte: Autor

Tendo em conta a sexta QD, **“Qual foi a dimensão relativa da mobilização de unidades de Atiradores de Cavalaria, de Reconhecimento e de Polícia Militar para emprego no Teatro de Operações da Guiné?”**, levantou-se a hipótese: **“Em cada TO, a dimensão relativa de mobilização de unidades da Arma de Cavalaria manifestou-se pela seguinte ordem: Atiradores, Reconhecimento e Polícia Militar”**. Através da análise das figuras apresentadas ao longo do trabalho, resultou o gráfico da figura nº 33. Pela leitura dos dados representados no gráfico, podemos concluir que a hipótese é refutada. Como podemos verificar na figura referida, a maioria das unidades mobilizadas para este TO são de Reconhecimento, cabendo 55% aos PelRec e 7% aos ERec. A

mobilização de unidades de PM não tem grande impacto, ao contrário das unidades do tipo Atiradores, que representam sensivelmente um terço do total mobilizado. Como foi referido anteriormente, dos PelRec mobilizados para a Guiné, 80% eram do tipo Daimler e 14% eram do tipo Fox.

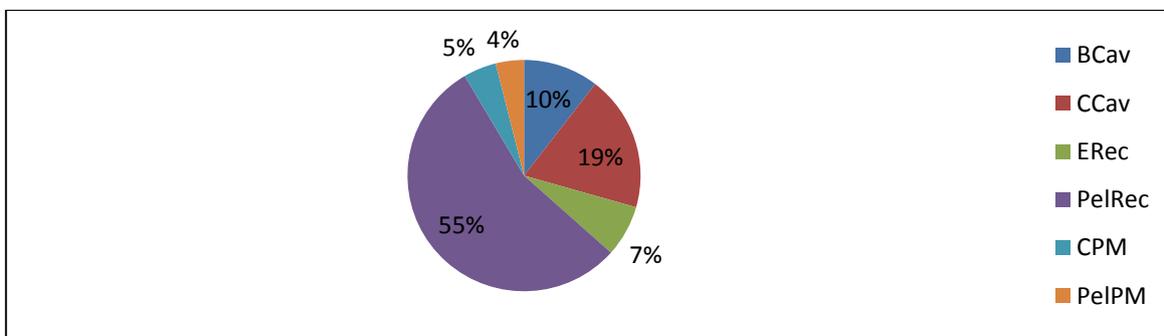


Figura nº 33 – Dimensão Relativa da Mobilização de Todos os Tipos de Unidades no TO da Guiné

Fonte: Autor

Perante a sétima questão derivada, **“Qual foi a dimensão relativa da mobilização de unidades de Atiradores de Cavalaria, de Reconhecimento e de Polícia Militar para emprego no Teatro de Operações de Moçambique?”**, considerou-se a hipótese: **“Em cada TO, a dimensão relativa de mobilização de unidades da Arma de Cavalaria manifestou-se pela seguinte ordem: Atiradores, Reconhecimento e Polícia Militar”**. Através da análise das figuras apresentadas ao longo do trabalho, resultou o gráfico da figura nº 34. Como podemos concluir da figura referida, a hipótese é verificada. As unidades do tipo Atiradores representam 55% das unidades mobilizadas, os PelRec representam 30% e as CPM 25%.

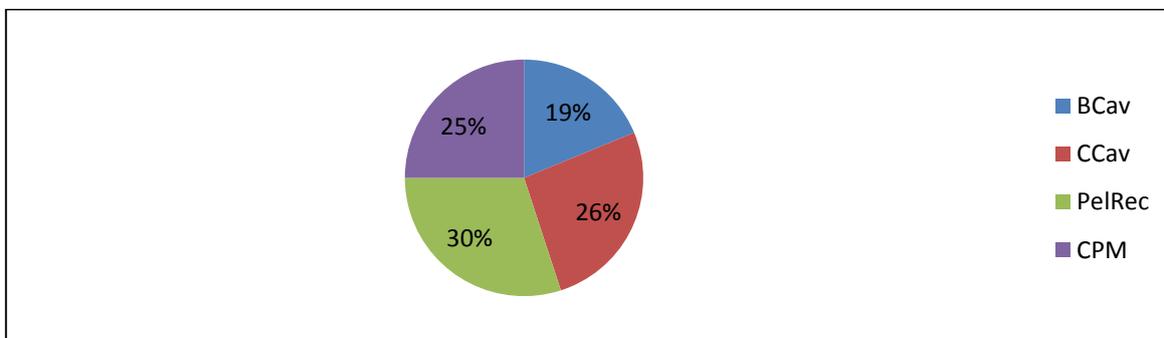


Figura nº 34 – Dimensão Relativa da Mobilização de Todos os Tipos de Unidades no TO de Moçambique

Fonte: Autor

Após termos respondido às questões derivadas, a resposta à questão central torna-se mais clara, uma vez que as primeiras concorrem para a resposta à segunda, **“Como foi o empenhamento da Arma de Cavalaria durante a Guerra de África (1961-1974), relativamente à tipologia e à quantidade de unidades mobilizadas para emprego operacional em cada um dos três Teatros de Operações (Angola, Guiné e Moçambique)?”** O empenhamento da Arma de Cavalaria na Guerra de África demonstrou-se bastante complexo e multifacetado, como é demonstrado no gráfico da tendo em conta que não se resumiu a mobilizar unidades “puras” de Cavalaria. O esforço de mobilização de unidades do tipo Atiradores revelou-se fundamental na contribuição da Arma de Cavalaria, sendo o tipo de unidades mais mobilizado.

Em suma, dos BCav mobilizados para os três TO, o peso relativo ao empenhamento total da mobilização da Arma representou: em Angola 26%, na Guiné 10% e em Moçambique 19%. Quanto às CCav, estas unidades também pesaram de forma diferente no esforço da Arma. Em Angola corresponderam a 30%, na Guiné a 19% e em Moçambique 26%. No total, no que toca à tipologia Atiradores, os valores totais são bastante expressivos com semelhanças entre os TO de Angola e Moçambique. Em Angola, os BCav e CCav correspondem a 56%, na Guiné são 29%, e em Moçambique 55%.

Em termos de unidades de Reconhecimento, os ERec mobilizados na metrópole significaram 7% do total das unidades mobilizadas para a Guiné. Por outro lado, os PelRec significaram 10% em Angola, 55% na Guiné e 30% em Moçambique. No total, o tipo de unidades de Reconhecimento significou 62% das unidades mobilizadas para a Guiné. Este valor bastante considerável, uma vez que representa quase dois terços do esforço de mobilização.

Quanto às unidades de CPM, o seu peso no empenhamento total da Arma de Cavalaria divide-se pelos TO da seguinte forma: Angola 18%, Guiné 5% e Moçambique 25%. E os PelPM representaram 16% em Angola e 4% na Guiné. No total, o tipo de unidades da Polícia Militar representou 34% das unidades mobilizadas para Angola, 9% na Guiné e 25% em Moçambique.

Considerando os dados apresentados pelas figuras 32, 33 e 34, e o efetivo padrão⁶⁹ de cada tipo de unidade apresentado de seguida, podemos obter a proporção aproximada em termos do número de militares mobilizados, para cada TO.

⁶⁹ Valor baseado no conjunto das Histórias das unidades.

- BCav: 600 militares
- CCav: 160 militares
- ERec: 120 militares
- PelRec Fox: 30 militares
- PelRec Daimler: 15 militares
- CPM: 140 militares
- PelPM: 40 militares

No TO de Angola, os BCav e as CCav destacam-se com 67% e 19%, respetivamente, de seguida as CPM representam 11% e os PelPM apenas 3%. Em termos de militares mobilizados, a componente de atiradores não tem expressão para o TO de Angola, não atingindo sequer 1%.

Relativamente à Guiné, os BCav simbolizam 53% dos militares e as CCav 26%. A componente do Reconhecimento já apresenta valores diferentes de Angola, sendo que os ERec correspondem a 7% e os PelRec a 8%. Quanto à Polícia Militar, tem menor impacto neste TO que em qualquer outro, com 5% a corresponderem às CPM e apenas 1% aos PelPM.

Quanto a Moçambique, 58% dos militares mobilizados foram integrados em BCav, e 22% em CCav. Os PelRec apenas simbolizam 2% e as CPM 18%.

No total dos três TO, os BCav e as CCav correspondem a 61% e 23%, respetivamente, os ERec a 2% e os PelRec a 1%. As CPM registam 11% do efetivo total mobilizado e os PelPM apenas 2%. Através da análise dos dados anteriores, podemos afirmar que, apesar do valor referente às percentagens de militares do tipo Atiradores, se destacar da mesma forma que na análise do número de unidades mobilizadas, o mesmo não se verifica com as unidades de Reconhecimento. Após observarmos o panorama das unidades mobilizadas pela Arma de Cavalaria para os três TO, podemos concluir que fosse em BCav ou em CCav, o esforço foi maioritariamente exercido na tipologia Atiradores.

Fontes e Bibliografia

Fontes do Arquivo Histórico Militar:

PT/AHM/DIV/2/10/37/1 – ERec Fox, ERec AML, ERec Chaimite.

PT/AHM/DIV/2/2/154/4 – BCav 345 - História da Unidade.

PT/AHM/DIV/2/2/90/3 – BCav 1884 - História da Unidade.

PT/AHM/DIV/2/4/100/14 – PelRec Fox 839 - História da Unidade.

PT/AHM/DIV/2/4/101/3 – ERec Fox 3431 - História da Unidade.

PT/AHM/DIV/2/4/103/14 – PelRec AML 2024 - História da Unidade.

PT/AHM/DIV/2/4/103/15 – PelRec Fox 2022 - História da Unidade.

PT/AHM/DIV/2/4/105/3 – CCav 3568 - História da Unidade.

PT/AHM/DIV/2/4/107/4 – ERec Fox 693 - História da Unidade.

PT/AHM/DIV/2/4/107/6 – ERec AML 2454 - História da Unidade.

PT/AHM/DIV/2/4/123/3 – PelRec Fox 3054 - História da Unidade.

PT/AHM/DIV/2/4/125/16 – PelRec Fox 2175 - História da Unidade.

PT/AHM/DIV/2/4/126/8 – CCav 252 - História da Unidade.

PT/AHM/DIV/2/4/128/3 – BCav 8320 - História da Unidade.

PT/AHM/DIV/2/4/187/2 – BCav 490 - História da Unidade.

PT/AHM/DIV/2/4/227/9 – CCav 3568 - História da Unidade.

PT/AHM/DIV/2/4/24/11 – PelRec Daimler 8678 - História da Unidade.

PT/AHM/DIV/2/4/259/10 – PelRec Fox 3431 - História da Unidade.

PT/AHM/DIV/2/4/260/12 – ERec AML 2454 - História da Unidade.

PT/AHM/DIV/2/4/260/6 – PelRec Fox 2085 - História da Unidade.

PT/AHM/DIV/2/4/69/4 – PelRec Daimler 947 - História da Unidade.

PT/AHM/DIV/2/4/70/8 – CCav 1662 - História da Unidade.

PT/AHM/DIV/2/4/76/6 – BCav 705 - História da Unidade.

PT/AHM/DIV/2/7/108/1 – ECav 2, RMM - História da Unidade.

PT/AHM/DIV/2/7/73/22 – PelRec Daimler 836 - História da Unidade.

PT/AHM/DIV/2/7/86/5 – CPM 8240 - História da Unidade.

Fontes Editadas:

Academia Militar (2011). *NEP 520/DE/30JUN11/AM*. Lisboa: Academia Militar.

Afonso, A e Gomes, C. M. (2009). *Os Anos da Guerra Colonial – 1961 – Volumes 1 a 12*. Lisboa: QuiNovi.

Afonso, A e Gomes, C. M. (Coord). (1998). *Guerra Colonial*. Lisboa: Diário de Notícias.

Alves, J. (2010, Dezembro). Subversão e Contra-subversão – As Forças Armadas Portuguesas em 1961. *Revista Militar*, 12, 1289-1315.

Cervelló, J. (1998). ONU e Portugal – Do impasse ao litígio, In Afonso e Gomes, C. M. (Coord). *Guerra Colonial*. Lisboa: Diário de Notícias.

Coutinho, P. (2012 a). Exército Português - Auto-Metralhadoras. *Revista da Cavalaria*. Vol. 26, 3, 11-21.

Coutinho, P. (2012 b). Exército Português - Auto-Metralhadoras. *Revista da Cavalaria*. Vol. 27, 3, 6-16.

Estado-Maior do Exército, Comissão para o Estudo das Campanhas de África, (1988). *Resenha Histórico-Militar Das Campanhas De África (1661-1974), Enquadramento Geral, 1ºVolume*. Lisboa.

Estado-Maior do Exército, Comissão para o Estudo das Campanhas de África, (1989 a). *Resenha Histórico-Militar Das Campanhas De África (1661-1974), Angola, 2ºVolume*. Lisboa.

Estado-Maior do Exército, Comissão para o Estudo das Campanhas de África, (1989 b). *Resenha Histórico-Militar Das Campanhas De África (1661-1974), Guiné, 3ºVolume*. Lisboa.

Estado-Maior do Exército, Comissão para o Estudo das Campanhas de África, (1989 c). *Resenha Histórico-Militar Das Campanhas De África (1661-1974), Moçambique, 4ºVolume*. Lisboa.

Fortin, M. F. (2009). *O Processo de Investigação da concepção à realização*. (5º ed.). Loures: Lusociência.

Gomes, C. M. (2002). *Moçambique – 1970 – Operação Nó Górdio*. Lisboa: Prefácio – Edição de Livros e Revistas, Lda.

Gomes, C. M. (2014, junho 4). A Tipologia das Unidades Mobilizadas pela Arma de Cavalaria durante a Guerra de África (1961-1974). *Entrevista semidiretiva do Trabalho de Investigação Aplicada*. (P. Lopes, Entrevistador) Lisboa.

Gomes, C. M. e Farinha, F. (2001). *Guerra Colonial – Um repórter em Angola*. Lisboa: Editorial Notícias.

Leandro, G. (1994). *Estratégias de Acção: A Guerra Clássica – A Guerra Limitada – A Guerra Subversiva*. Lisboa: IDN.

Ministério do Exército, Estado-Maior do Exército, (1961). *O EXÉRCITO NA GUERRA SUBVERSIVA - Guia para o emprego táctico de pequenas unidades na contra guerrilha, 1ª Parte*.

Oliveira, H. (1963). A resposta à Guerra Subversiva. In Junta de Investigação do Ultramar (Coord). *Subversão e Contra Subversão*. Lisboa: Bertrand.

Pinheiro, J. (1963). Natureza e fundamentos da guerra subversiva. In Junta de Investigação do Ultramar (Coord). *Subversão e Contra Subversão*. Lisboa: Bertrand.

Silva, C. M. (2014). *Testemunhos de Abril 40 Anos Depois*. Lisboa: Academia Militar.

Silva, J. (2012). *A Artilharia na Guerra de África (1961-1974): Um estudo em torno da mobilização das unidades de Artilharia*. Lisboa: Academia Militar.

Telo, A. (1998). A mudança 1959, In Afonso, A. e Gomes, C.M. (Coord). *Guerra Colonial*. Lisboa: Diário de Notícias.

Telo, A. (2010). Portugal e a Guerra de África – Enquadramento Internacional e Situação Política Nacional. In Lourenço, J. (Coord). *A Academia Militar e a Guerra de África*. Lisboa: Offsetmais Artes Gráficas, S.A..

Sítios da Internet:

Britannica, E. (2014 a). *Ian Smith*. Retirado em 12 de maio de 2014, de Encyclopaedia Britannica: <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/549759/Ian-Smith>.

Britannica, E. (2014 b). *Russian Revolution of 1917*. Retirado em 13 de maio de 2014, de Encyclopaedia Britannica: <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/513907/Russian-Revolution-of-1917>.

Britannica, E. (2014 c). *Carl von Clausewitz*. Retirado em 13 de maio de 2014, de Encyclopaedia Britannica: <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/120545/Carl-von-Clausewitz>.

Coelho, N. (s/d) *Portugal e a NATO*. Retirado em 13 de maio de 2014, de http://www.ciari.org/investigacao/portugal_e_a_nato.htm.

Coelho, N. (s/d) *Relações entre Portugal e a ONU de 1955 aos nossos dias*. Retirado em 13 de maio de 2014, de http://ciari.org/investigacao/portugal_e_a_onu.htm.

Cutileiro, J. (2008). *O Tratado de Bruxelas de 1948*. Retirado em 13 de maio de 2014, de http://www.janusonline.pt/2008/2008_2_9.html.

Gomes, N. (2009). *Cavalaria*. Retirado em 14 de maio de 2014, de Guerra Colonial: <http://www.guerracolonial.org/index.php?content=345>.

History. (2014). *SunTzu*. Retirado em 13 de maio de 2014, de History: <http://www.history.com/topics/sun-tzu>.

Infopédia. (2014). *União das Repúblicas Socialistas Soviéticas*. Porto: Porto Editora. Retirado em 11 de maio de 2014, de Infopédia: [http://www.infopedia.pt/\\$uniao-das-republicas-socialistas-sovieticas,2](http://www.infopedia.pt/$uniao-das-republicas-socialistas-sovieticas,2).

Martins, F. (1998). *A Política Externa do Estado Novo, o Ultramar e a ONU – Uma Doutrina Histórico-Jurídica (1955-68)*. Retirado em 11 de maio de 2014, de https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCAQFjAA&url=http%3A%2F%2Fdialnet.unirioja.es%2Fdescarga%2Farticulo%2F2656413.pdf&ei=SeeYU4O9KKvA7AaxooC4Bg&usg=AFQjCNGN_M7BUvdFawh1z0oNPBZ3ERaCUQ&bvm=bv.68693194,d.ZGU&cad=rja.

Pinto, A. (2009). *Guerrilha vs. Guerrilha na Guerra Peninsular*. Retirado em 11 de maio de 2014, de <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=468>. RC 6. (s/d). *Síntese Histórica do RC 6*. Braga: RC 6.

Santos, P. (2008). *Portugal e a NATO – A Política do Estado Novo e os Aliados (1961-1968)*. Retirado em 13 de maio de 2014, de <http://scielo.oces.mctes.pt/pdf/ri/n21/n21a03.pdf>

Teixeira, N. (1995). *Portugal e a NATO: 1949-1989*. Retirado em 13 de maio de 2014, de <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223388450G2oYX3ex3Dn37ML8.pdf>

Apêndices

Apêndice A

Batalhões de Cavalaria Mobilizados para Angola

Tabela nº 1 – Batalhões de Cavalaria Mobilizados para Angola

Fonte: Autor adaptado de CECA, 1989 a

Unidade Mobilizadora	Unidade Mobilizada	Período de Permanência
RC 3	BCav 345	12/61 - 2/64
RC 3	BCav 350	1/62 - 3/64
RC 3	BCav 399	12/62 - 2/62
RC 3	BCav 437	5/63 - 7/65
RC 3	BCav 627	1/64 - 3/66
RC 7	BCav 631	2-64 - 6/66
RC 3	BCav 682	5/64 - 7/66
RC 3	BCav 745	1/65 - 2/67
RC 3	BCav 782	6/65 - 6/67
RC 3	BCav 1851	8/65 - 9/67
RC 7	BCav 1863	10/65 - 12/67
RC 7	BCav 1868	11/65 - 1/68
RC 3	BCav 1883	4/66 - 4/68
RC 7	BCav 1884*	4/66 - 6/68
RC 7	BCav 1917	5/67 - 7/69
RC 3	BCav 1927	11/67 - 12/69
RC 7	BCav 1928	12/67 - 1/70
RC 3	BCav 2830	1/68 - 3/70
RC 4	BCav 2854	10/68 - 11/70
RC 3	BCav 2870	4/69 - 5/71
RC 3	BCav 2899	12/69 - 1/72
RC 3	BCav 2902	3/70 - 3/72
RC 3	BCav 2909	4/70 - 5/72
RC 3	BCav 3836	1/71 - 2/73
RC 4	BCav 3845	6/71 - 6/73
RC 4	BCav 3862	12/71 - 4/74
RC 3	BCav 3871	3/72 - 4/74
RC 4	BCav 3882	7/72 - 4/74
RC 3	BCav 8321/72	3/73 - 4/74
RC 3	BCav 8322/72	5/73 - 4/74
RC 3	BCav 8324/73	2/74 - 4/74
*Constituído por duas CCav e a CArt 1561		

Apêndice B

Companhias de Cavalaria Mobilizadas para Angola

Tabela nº 2 – Companhias de Cavalaria Mobilizadas para Angola

Fonte: Autor adaptado de CECA, 1989 a

Unidade Mobilizadora	Unidade Mobilizada	Período de Permanência
RC 6	CCav 107	5/61 - 8/63
RC 6	CCav 108	5/61 - 8/63
RC 8	CCav 121	6/61 - 8/63
EPC	CCav 122	6/61 - 8/63
RC 7	CCav 148	6/61 - 8/63
RC 7	CCav 149	7/61 - 10/63
RC 8	CCav 481	7/63 - 8/65
RC 8	CCav 482	7/63 - 8/65
RC 8	CCav 483	7/63 - 8/65
RC 7	CCav 484	7/63 - 8/65
RC 7	CCav 485	8/63 - 10/65
RC 7	CCav 486	9/63 - 10/65
RC 3	CCav 1694	4/67 - 5/69
RC 3	CCav 1695	4/67 - 5/69
RC 7	CCav 2330	1/68 - 3/70
RC 7	CCav 2331	2/68 - 4/70
RC 7	CCav 2332	2/68 - 4/70
RC 7	CCav 2333	2/68 - 4/70
RC 7	CCav 2441	10/68 - 11/70
RC 7	CCav 2442	10/68 - 11/70
RC 7	CCav 2524	5/69 - 6/71
RC 7	CCav 2562	7/69 - 9/71
RC 7	CCav 2563	7/69 - 9/71
RC 7	CCav 2638	11/69 - 11/71
RC 4	CCav 2720	4/70 - 6/72
RC 4	CCav 3377	6/71 - 7/73
RC 4	CCav 3418	8/71 - 10/73
RC 4	CCav 3419	8/71 - 10/73
RC 3	CCav 3517	4/72 - 4/74
RC 4	CCav 8450/72	4/73 - 4/74
RC 4	CCav 8451/72	4/73 - 4/74
RC 4	CCav 8453/72	8/73 - 4/74
RC 4	CCav 8454/73	9/73 - 4/74

RC 4	CCav 8455/73	11/73 - 4/74
RC 4	CCav 8456/73	11/73 - 4/74
RC 4	CCav 8457/73	11/73 - 4/74

Apêndice C

Pelotões de Reconhecimento Mobilizados para Angola

Tabela nº 3 – Pelotões de Reconhecimento Mobilizados para Angola

Fonte: Autor adaptado de CECA, 1989 a

Unidade Mobilizadora	Unidade Mobilizada	Período de Permanência
RC 6	PelRec Daimler 829	6/65 - 6/67
RC 6	PelRec Daimler 830	6/65 - 6/67
RC 6	PelRec Daimler 831	6/65 - 6/67
RC 6	PelRec Daimler 832	6/65 - 6/67
RC 7	PelRec 1144**	10/67 - 3/69
RC 6	PelRec Daimler 1173	5/67 - 6/69
RC 6	PelRec Daimler 1174	5/67 - 6/69
RC 7	PelRec 2093**	2/69 - 2/71
RC 6	PelRec Daimler 2107	5/69 - 6/71
RC 6	PelRec Daimler 2108	5/69 - 6/71
RC 6	PelRec Daimler 3004	6/71 - 3/72
RC 6	PelRec Daimler 3005	6/71 - 3/72
** Não existe História da Unidade		

Apêndice D

Companhias de Polícia Militar Mobilizadas para Angola

Tabela nº 4 – Companhias de Polícia Militar Mobilizadas para Angola

Fonte: Autor adaptado de CECA, 1989 a

Unidade Mobilizadora	Unidade Mobilizada	Período de Permanência
RL 2	CPM 150	6/61 - 9/63
RL 2	CPM 233	4/61 - 2/63
RL 2	CPM 314	1/62 - 3/64
RL 2	CPM 418	1/63 - 3/65
RL 2	CPM 497	8/63 - 8/65
RL 2	CPM 641	2/64 - 3/66
RL 2	CPM 765	2/65 - 3/67
RL 2	CPM 1443	8/65 - 8/67
RL 2	CPM 1529	1/66 - 2/68
RL 2	CPM 1664	2/67 - 3/69
RL 2	CPM 1750	7/67 - 9/69
RL 2	CPM 2343	1/68 - 4/70
RL 2	CPM 2490	2/69 - 2/71
RL 2	CPM 2575	8/69 - 9/71
RL 2	CPM 2684	4/70 - 3/72
RL 2	CPM 3334	1/71 - 1/73
RL 2	CPM 3427	8/71 - 11/73
RL 2	CPM 3524	3/72 - 4/74
RL 2	CPM 8241/72	12/72 - 4/74
RL 2	CPM 8246/73	10/73 - 4/74
RL 2	CPM 8247/73	3/74 - 4/74

Apêndice E

Pelotões de Polícia Militar Mobilizados para Angola

Tabela nº 5 – Pelotões de Polícia Militar Mobilizados para Angola

Fonte: Autor adaptado de CECA, 1989 a

Unidade Mobilizadora	Unidade Mobilizada	Período de Permanência
RL 2	PelPM 3	5/61 - 2/63
RL 2	PelPM 4	5/61 - 2/63
RL 2	PelPM 5	5/61 - 8/63
RL 2	PelPM 8	6/61 - 9/63
RL 2	PelPM 876	2/63 - 3/65
RL 2	PelPM 889	7/63 - 8/65
RL 2	PelPM 890	8/63 - 8/65
RL 2	PelPM 988	2/65 - 2/67
RL 2	PelPM 1018	8/65 - 8/67
RL 2	PelPM 1019	8/65 - 8/67
RL 2	PelPM 1158	2/67 - 3/69
RL 2	PelPM 1203	7/67 - 8/69
RL 2	PelPM 1204	7/67 - 8/69
RL 2	PelPM 2094	2/69 - 2/71
RL 2	PelPM 2142	7/69 - 9/71
RL 2	PelPM 2143	7/69 - 9/71
RL 2	PelPM 2284	1/71 - 1/73
RL 2	PelPM 3024	8/71 - 11/73
RL 2	PelPM 3025	8/71 - 11/73

Apêndice F

Batalhões de Cavalaria Mobilizados para Guiné

Tabela nº 6 – Batalhões de Cavalaria Mobilizados para Guiné

Fonte: Autor adaptado de CECA, 1989 b

Unidade Mobilizadora	Unidade Mobilizada	Período de Permanência
RC 3	BCav 490	7/63 – 8/65
RC 7	BCav 705	8/64 – 4/66
RC 7	BCav 757	5/65 – 1/67
RC 7	BCav 790	5/65 – 2/67
RC 3	BCav 1897	11/66 – 8/68
RC 3	BCav 1905	2/67 – 10/68
RC 3	BCav 1915	4/67 - 3/69
RC 3	BCav 2867	3/69 – 12/70
RC 7	BCav 2868	3/69 – 12/70
RC 3	BCav 2876	7/69 – 5/71
RC 3	BCav 2922	7/70 – 6/72
RC 3	BCav 3846	4/71 – 3/73
RC 3	BCav 3854	7/71 – 10/73
RC 3	BCav 3864	10/71 – 12/73
RC 3	BCav 8320/72	9/72 – 4/74
RC 3	BCav 8323/73	9/73 – 4/74

Apêndice G

Companhias de Cavalaria Mobilizadas para Guiné

Tabela nº 7 – Companhias de Cavalaria Mobilizadas para Guiné

Fonte: Autor adaptado de CECA, 1989 b

Unidade Mobilizadora	Unidade Mobilizada	Período de Permanência
RC 3	CCav 252	8/61 - 10/63
RC 3	CCav 353	7/63 - 5/64
RC 3	CCav 567	10/63 - 10/65
RC 7	CCav 677	5/64 - 4/66
RC 7	CCav 678	7/64 - 4/66
RC 7	CCav 1482	11/65 - 7/67
RC 7	CCav 1483	11/65 - 7/67
RC 7	CCav 1484	11/65 - 7/67
RC 7	CCav 1485	11/65 - 7/67
RC 7	CCav 1662	2/67 - 11/68
RC 3	CCav 1693	4/67 - 3/69
RC 7	CCav 1747	7/67 - 6/69
RC 7	CCav 1748	7/67 - 6/69
RC 7	CCav 1749	7/67 - 6/69
RC 7	CCav 2443	10/68 - 10/70
RC 7	CCav 2525	6/69 - 2/71
RC 7	CCav 2639	10/69 - 9/71
RC 4	CCav 2721	4/70 - 2/72
RC 3	CCav 2765	7/70 - 6/72
RC 3	CCav 3378	4/71 - 3/73
RC 4	CCav 3420	7/71 - 10/73
RC 4	CCav 3568	3/72 - 4/74
RC 3	CCav 8350/72	10/72 - 4/74
RC 3	CCav 8351/72	10/72 - 4/74
RC 3	CCav 8352/72	11/72 - 4/74
RC 3	CCav 8353/72	3/73 - 4/74
RC 4	CCav 8452	4/73 - 4/74
RC 3	CCav 8354/73	9/73 - 4/74
RC 3	CCav 8355/73	1/74 - 4/74

Apêndice H

Esquadrões de Reconhecimento Mobilizados para Guiné

Tabela nº 8 – Esquadrões de Reconhecimento Mobilizados para Guiné

Fonte: Autor adaptado de CECA, 1989 b

Unidade Mobilizadora	Unidade Mobilizada	Período de Permanência
RC 3	ERec Fox 54	3/60 - 8/62
RC 8	ERec Fox 385	8/62 - 7/64
RC 8	ERec Fox 693	7/64 - 5/66
RC 8	ERec Fox 1578	5/66 - 1/68
RC 8	ERec Fox 2350	1/68 - 11/69
RC 7	ERec AML 2454	10/68 - 8/70
RC 8	ERec Fox 2640	11/69 - 9/71
RC 7	ERec AML 2641	11/69 - 6/72
RC 8	ERec Fox 3431	9/71 - 10/73
RC 7	ERec AML 3432	9/71 - 10/73
RC 7	ERec AML 8740/73**	4/73 - 4/74
RC 8	ERec Fox 8840/73**	4/73 - 4/74
**Não existe História da Unidade		

Apêndice I

Pelotões de Reconhecimento Mobilizados para Guiné

Tabela nº 9 – Pelotões de Reconhecimento Mobilizados para Guiné

Fonte: Autor adaptado de CECA, 1989 b

Unidade Mobilizadora	Unidade Mobilizada	Período de Permanência
RC 8	PelRec Fox 42	6/62 - 7/64
RC 6	PelRec Daimler 805	10/64 - 8/66
RC 6	PelRec Daimler 806	10/64 - 8/66
RC 6	PelRec Daimler 807	10/64 - 8/66
RC 6	PelRec Daimler 808	10/64 - 8/66
RC 6	PelRec Daimler 809	10/64 - 8/66
RC 6	PelRec Daimler 810	10/64 - 8/66
RC 8	PelRec Fox 839	5/65 - 1/67
RC 7	PelRec Fox 888	5/63 - 5/65
RC 7	PelRec Daimler 947	4/64 - 1/66
RC 8	PelRec Fox 963	7/64 - 5/66
RC 6	PelRec Daimler 996	10/64 - 8/66
RC 6	PelRec Daimler 997	10/64 - 8/66
RC 6	PelRec Daimler 998	10/64 - 8/66
RC 6	PelRec Daimler 999	10/64 - 8/66
RC 6	PelRec Daimler 1077	2/66 - 11/67
RC 8	PelRec Fox 1101	5/66 - 1/68
RC 7	PelRec Panhard 1106	6/66 - 1/68
RC 6	PelRec Daimler 1129	8/66 - 5/68
RC 6	PelRec Daimler 1130	8/66 - 5/68
RC 6	PelRec Daimler 1131	8/66 - 5/68
RC 6	PelRec Daimler 1132	8/66 - 5/68
RC 6	PelRec Daimler 1133	8/66 - 5/68
RC 6	PelRec Daimler 1134	8/66 - 5/68
RC 6	PelRec Daimler 1135	8/66 - 5/68
RC 6	PelRec Daimler 1136	8/66 - 5/68
RC 6	PelRec Daimler 1137	8/66 - 5/68
RC 6	PelRec Daimler 1138	8/66 - 5/68
RC 7	PelRec 1143**	1/67 - 10/68
RC 8	PelRec Fox 1165	1/67 - 11/68

RC 6	PelRec Daimler 1258	11/67 - 8/69
RC 8	PelRec Fox 2022	1/68 - 11/69
RC 7	PelRec AML 2024	1/68 - 11/69
RC 6	PelRec Daimler 2042	5/68 - 3/70
RC 6	PelRec Daimler 2043	5/68 - 3/70
RC 6	PelRec Daimler 2044	5/68 - 3/70
RC 6	PelRec Daimler 2045	5/68 - 3/70
RC 6	PelRec Daimler 2046	5/68 - 3/70
RC 6	PelRec Daimler 2047	5/68 - 3/70
RC 6	PelRec Daimler 2048	5/68 - 3/70
RC 6	PelRec Daimler 2049	5/68 - 3/70
RC 6	PelRec Daimler 2050	5/68 - 3/70
RC 6	PelRec Daimler 2051	5/68 - 3/70
RC 8	PelRec Fox 2085	10/68 - 10/70
RC 6	PelRec Daimler 2144	8/69 - 6/71
RC 8	PelRec Fox 2175	10/69 - 9/71
RC 6	PelRec Daimler 2202	2/70 - 12/71
RC 6	PelRec Daimler 2203	2/70 - 12/71
RC 6	PelRec Daimler 2204	2/70 - 12/71
RC 6	PelRec Daimler 2205	2/70 - 12/71
RC 6	PelRec Daimler 2206	2/70 - 12/71
RC 6	PelRec Daimler 2207	2/70 - 12/71
RC 6	PelRec Daimler 2208	2/70 - 12/71
RC 6	PelRec Daimler 2209	2/70 - 12/71
RC 6	PelRec Daimler 2210	2/70 - 12/71
RC 6	PelRec Daimler 2211	2/70 - 12/71
RC 8	PelRec Fox 2260	7/70 - 4/72
RC 6	PelRec Daimler 3006	6/71 - 3/73
RC 8	PelRec Fox 3054	9/71 - 10/73
RC 6	PelRec Daimler 3081	12/71 - 10/73
RC 6	PelRec Daimler 3082	12/71 - 10/73
RC 6	PelRec Daimler 3083	12/71 - 10/73
RC 6	PelRec Daimler 3084	12/71 - 10/73
RC 6	PelRec Daimler 3085	12/71 - 10/73
RC 6	PelRec Daimler 3086	12/71 - 10/73
RC 6	PelRec Daimler 3087	12/71 - 10/73
RC 6	PelRec Daimler 3088	12/71 - 10/73
RC 6	PelRec Daimler 3089	12/71 - 10/73
RC 6	PelRec Daimler 3090	12/71 - 10/73
RC 8	PelRec Fox 3115	4/72 - 4/74
RC 6	PelRec Daimler 8670/72	1/73 - 4/74
RC 8	PelRec Fox 8870/72	4/73 - 4/74
RC 6	PelRec Daimler 8677/73	7/73 - 4/74

RC 6	PelRec Daimler 8678/73	7/73 - 4/74
RC 6	PelRec Daimler 8679/73	7/73 - 4/74
RC 6	PelRec Daimler 8680/73	7/73 - 4/74
RC 6	PelRec Daimler 8681/73	7/73 - 4/74
RC 6	PelRec Daimler 8682/73	7/73 - 4/74
RC 6	PelRec Daimler 8683/73	7/73 - 4/74
RC 6	PelRec Daimler 8684/73	7/73 - 4/74
RC 6	PelRec Daimler 8685/73	7/73 - 4/74
RC 6	PelRec Daimler 8686/73	7/73 - 4/74
RC 8	PelRec 8871/73**	1/74 - 4/74
**Não existe História da Unidade		

Apêndice J

Companhias de Polícia Militar Mobilizadas para Guiné

Tabela nº 10 – Companhias de Polícia Militar Mobilizadas para Guiné

Fonte: Autor adaptado de CECA, 1989 b

Unidade Mobilizadora	Unidade Mobilizada	Período de Permanência
RL 2	CPM 257	1/62 - 10/63
RL 2	CPM 590	10/63 - 12/65
RL 2	CPM 1489	11/65 - 7/67
RL 2	CPM 1751	7/67 - 5/69
RL 2	CPM 2537	6/69 - 2/71
RL 2	CPM 3335	1/71 - 1/73
RL 2	CPM 8242/72	1/73 - 4/74

Apêndice K

Pelotões de Polícia Militar Mobilizados para Guiné

Tabela nº 11 – Pelotões de Polícia Militar Mobilizados para Guiné

Fonte: Autor adaptado de CECA, 1989 b

Unidade Mobilizadora	Unidade Mobilizada	Período de Permanência
RC 6	PelPM 1	6/60 - 6/62
RL 2	PelPM 1170	11/66 - 8/68
RL 2	PelPM 2072	8/68 - 5/70
RL 2	PelPM 2226	4/70 - 1/72
RL 2	PelPM 3100	1/72 - 10/73
RL 2	PelPM 8273/72	10/72 - 4/74
RL 2	PelPM 8274/73	9/73 - 4/74

Apêndice L

Batalhões de Cavalaria Mobilizados para Moçambique

Tabela nº 12 – Batalhões de Cavalaria Mobilizados para Moçambique

Fonte: Autor adaptado de CECA, 1989 c

Unidade Mobilizadora	Unidade Mobilizada	Período Permanência
RC 8	BCav 163	1/63 - 10/63
RC 7	BCav 571	11/63 - 2/66
RC 3	BCav 1879	2/66 - 2/68
RC 7	BCav 1880	2/66 - 12/67
RC 3	BCav 1923	9/67 - 9/69
RC 3	BCav 2848	5/68 - 6/70
RC 3	BCav 2850	8/68 - 8/70
RC 7	BCav 2903	2/70 - 1/72
RC 4	BCav 2923	8/70 - 9/72
RC 4	BCav 3837	2/71 - 2/73
RC 4	BCav 3878	1/72 - 4/74
RC 3	BCav 3888	7/72 - 4/74
RC 4	BCav 8420/72	2/73 - 4/74
RC 4	BCav 8421/73	6/73 - 4/74
RC 4	BCav 8422/73	2/74 - 4/74

Apêndice M

Companhias de Cavalaria Mobilizadas para Moçambique

Tabela nº 13 – Companhias de Cavalaria Mobilizadas para Moçambique

Fonte: Autor adaptado de CECA, 1989 c

Unidade Mobilizadora	Unidade Mobilizada	Período Permanência
RC 3	CCav 181	1/63 - 10/63
RC 6	CCav 182	1/63 - 10/63
RC 7	CCav 183	1/63 - 10/63
RC 7	CCav 568	11/63 - 2/66
RC 7	CCav 569	11/63 - 2/66
RC 7	CCav 570	11/63 - 2/66
RC 7	CCav 754	1/65 - 5/67
RC 7	CCav 755	1/65 - 5/67
RC 7	CCav 756	1/65 - 5/67
RC 3	CCav 1601	3/66 - 8/68
RC 3	CCav 1602	3/66 - 8/68
RC 7	CCav 2389	6/68 - 5/70
RC 7	CCav 2390	6/68 - 5/70
RC 7	CCav 2391	6/68 - 5/70
RC 7	CCav 2415	8/68 - 8/70
RC 7	CCav 2416	8/68 - 8/70
RC 7	CCav 2417	8/68 - 8/70
RC 4	CCav 2722	5/70 - 4/72
RC 4	CCav 2766	8/70 - 12/72
RC 4	CCav 2787	12/70 - 10/72
RC 3	CCav 3575	6/72 - 4/74

Apêndice N

Pelotões de Reconhecimento Mobilizados para Moçambique

Tabela nº 14 – Pelotões de Reconhecimento Mobilizados para Moçambique

Fonte: Autor adaptado de CECA, 1989 c

Unidade Mobilizadora	Unidade Mobilizada	Período Permanência
RC 6	PelRec Daimler 811	1/65 - 3/67
RC 6	PelRec Daimler 812	1/65 - 3/67
RC 6	PelRec Daimler 833	6/65 - 5/67
RC 6	PelRec Daimler 834	6/65 - 5/67
RC 6	PelRec Daimler 835	6/65 - 5/67
RC 6	PelRec Daimler 836	6/65 - 5/67
RC 6	PelRec Daimler 1166	3/67 - 1/69
RC 6	PelRec Daimler 1167	3/67 - 1/69
RC 6	PelRec Daimler 1177	5/67 - 5/69
RC 6	PelRec Daimler 1178	5/67 - 5/69
RC 6	PelRec Daimler 1179	5/67 - 5/69
RC 6	PelRec Daimler 1180	5/67 - 5/69
RC 6	PelRec Daimler 2101	1/69 - 2/71
RC 6	PelRec Daimler 2102	1/69 - 1/71
RC 6	PelRec Daimler 2109	5/69 - 5/71
RC 6	PelRec Daimler 2110	5/69 - 5/71
RC 6	PelRec Daimler 2111	5/69 - 5/71
RC 6	PelRec Daimler 2112	5/69 - 5/71
RC 6	PelRec Daimler 2292	2/71 - 3/72
RC 6	PelRec Daimler 2293	2/71 - 3/72
RC 6	PelRec Daimler 3007	5/71 - 3/72
RC 6	PelRec Daimler 3008	5/71 - 3/72
RC 6	PelRec Daimler 3009	5/71 - 3/72
RC 6	PelRec Daimler 3010	5/71 - 3/72

Apêndice O

Companhias de Polícia Militar Mobilizadas para Moçambique

Tabela nº 15 – Companhias de Polícia Militar Mobilizadas para Moçambique

Fonte: Autor adaptado de CECA, 1989 c

Unidade Mobilizadora	Unidade Mobilizada	Período Permanência
RL 2	CPM 130	9/61 - 9/63
RL 2	CPM 131	9/61 - 9/63
RL 2	CPM 498	8/63 - 7/65
RL 2	CPM 499	9/63 - 8/65
RL 2	CPM 1444	8/65 - 9/67
RL 2	CPM 1445	8/65 - 9/67
RL 2	CPM 1530	2/66 - 2/68
RL 2	CPM 1752	9/67 - 9/69
RL 2	CPM 1753	9/67 - 9/69
RL 2	CPM 2344	2/68 - 2/70
RL 2	CPM 2576	9/69 - 8/71
RL 2	CPM 2577	9/69 - 8/71
RL 2	CPM 2685	2/70 - 3/72
RL 2	CPM 3428	8/71 - 6/73
RL 2	CPM 3429	8/71 - 9/73
RL 2	CPM 3525	1/72 - 2/74
RL 2	CPM 8240/72	10/72 - 4/74
RL 2	CPM 8243/72	6/73 - 4/74
RL 2	CPM 8245/72	6/73 - 4/74
RL 2	CPM 8248/73	4/74 - 4/74

Apêndice P

VBR GM Fox MKI 7 - 8 Ton m/1957

Tabela nº 16 – VBR GM Fox MKI 7 – 8 Ton m/1957

Fonte: Autor adaptado de Coutinho, 2012

Características	
	
Tipo	Auto Metralhadora
Origem	Canadá
Peso	7 Ton – 8 Ton em ordem de combate
Comprimento	4,6 m
Largura	2,3 m
Altura	2,4 m
Guarnição	3
Blindagem	> 15 mm
Declive	60%
Armamento/Munições	Uma metralhadora Browning 12,7 mm com 2.200 cartuchos Uma metralhadora Browning 7,92 mm com 2.750 cartuchos

Sistemas de Pontaria	Luneta
Alcances	Da metralhadora 12,7 mm: 1.200 m Da metralhadora 7,92 mm: 800 m
Sistema de elevação das armas	Manual
Rotação da Torre	360° manual
Campo de tiro vertical	+25° a - 10°
Defesa individual	Uma pistola metralhadora FBP 9 mm com 90 cartuchos Seis granadas de mão defensivas
Motor	GMC, a gasolina, 6 cilindros em linha, arrefecido por água com depósito de compensação, potência de 90 hp.
Transmissão	Manual, sincronizada, caixa de transferência. Quatro velocidades para a frente e uma para a retaguarda. Possibilidade de duas ou quatro rodas motoras e quatro rodas motoras com redutor. Pneus tipo “runflat” Disponha de um compressor para encher os pneus.
Depósito de combustível	136 litros
Consumo por Km	0,4 litros
Relação Peso/Potência	12,9 hp/Ton
Suspensão	Molas laminares e amortecedores
Velocidade Máxima	72 Km/h
Velocidade de cruzeiro	50 Km/h
Velocidade Máxima em TT	40 Km/h
Autonomia	340 Km
Sistema elétrico	12 Volts DC
Rádio e Intercomunicação	Emissor-recetor P 19 MK II/MK III

Apêndice Q

VBR Panhard EBR 75 15 Ton 75 mm 8x8 m/1959

Tabela nº 17 – VBR Panhard EBR 75 15 Ton 75 mm 8x8 m/1959

Fonte: Autor adaptado de Coutinho, 2012

Características	
	
Tipo	Auto Metralhadora Canhão
Origem	França – Anciens Établissements Panhard-Levassor, S.A.
Peso	12,5 Ton – 15,2 Ton em ordem de combate
Comprimento	6,15 m
Largura	2,42 m
Altura	2,24 m
Guarnição	4 homens (Chefe de Carro, Apontador, Condutor e Inversor)
Trincheira	2 m
Declive	60%
Armamento/Munições	Peça de 75 mm SA 46 – 56 granadas. (Perfurantes de altas velocidades, explosivas e de fumos). Uma metralhadora coaxial Mac 34 7,62 mm (NATO). Duas metralhadoras Mac 34 7,62 mm Mac de cano curto,

	à frente e atrás (condutor e inversor). 3.600 cartuchos para metralhadora. 4 lança bomba de fumos.
Sistemas de Pontaria	Luneta
Peça	Alcance Prático: 1.500 metros
	Cadência de tiro: 8/10 tiros por minutos
Metralhadora Coaxial	Alcance Prático: 800 metros
	Cadência de tiro: 230 tiros por minutos
Sistema de elevação das armas	Hidráulico Manual
Rotação da Torre	360° - Hidráulico e Manual
Campo de tiro vertical	+13° a - 6°
Defesa individual	Uma pistola metralhadora FBP 9 mm com 90 cartuchos Seis granadas de mão defensivas
Motor	A gasolina, Panhard, 200 hp, 12 cilindros horizontais e opostos, arrefecido por ar. O motor fica situado por baixo da torre, o que obrigava a remover a torre sempre que havia necessidade de fazer reparações no motor.
Transmissão	Panhard, tração às oito rodas, três combinações de cinco velocidades para a frente e para a retaguarda. Caixa de transferência. Possibilidade de elevar as quatro rodas centrais durante os deslocamentos por estrada. As quatro rodas centrais são de alumínio. Os pneus das outras quatro rodas são de borracha maciça.
Depósito de combustível	380 litros
Consumo por Km	0,5 litros
Relação Peso/Potência	13,3 hp/Ton
Suspensão	Barras de torsão e amortecedores
Pressão unitária	0,7 Kg/cm ²
Velocidade Máxima	105 Km/h
Velocidade de cruzeiro	50 Km/h
Velocidade Máxima em TT	40 Km/h
Autonomia	Em estrada: 630 Km
Sistema elétrico	12 Volts DC
Rádio e Intercomunicação	Emissor-recetor ERM 212 100 Watts

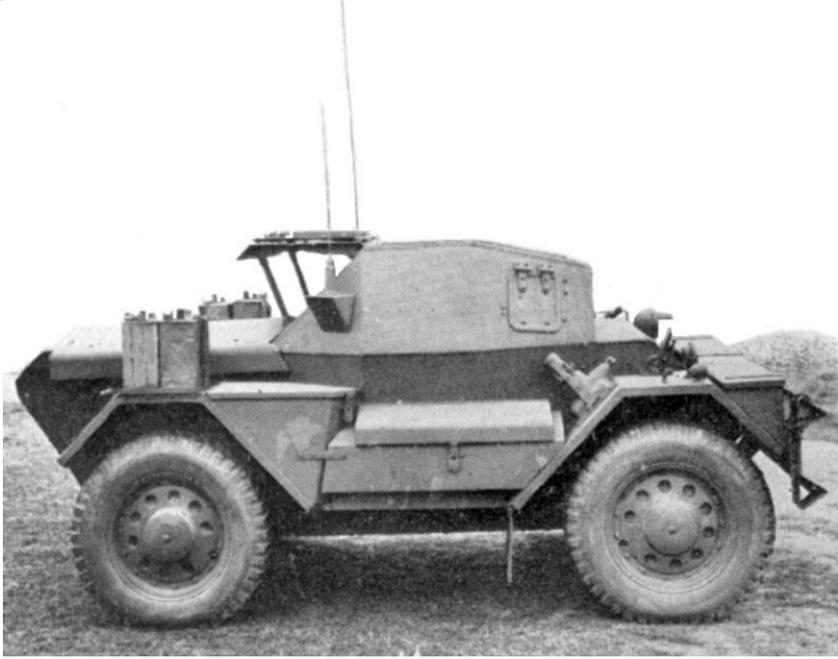
	<p>Amplitude modulada</p> <p>2 a 12 Mc/s</p> <p>Fonia e grafia (CW e MCW).</p> <p>6 canais pré-sintonizados.</p> <p>Intercomunicação (Chefe de Carro, Apontador, Condutor e Inversor)</p>
--	---

Apêndice R

VBR Daimler MKIII 3 Ton 4x4 m/1963

Tabela nº 18 – VBR Daimler MKIII 3 Ton 4x4 m/1963

Fonte: Autor adaptado de Coutinho, 2012

Características	
	
Tipo	Auto Metralhadora Ligeira
Origem	Reino Unido. Fabricada pela Daimler, do Grupo BSA.
Peso	3,215 Ton
Comprimento	2,23 m
Largura	1,72 m
Altura	1,5 m
Guarnição	2 homens (Chefe de Carro e Condutor)
Blindagem	8 a 16 mm
Declive	60%
Vau	1,1 m
Altura ao solo	20,3 cm
Armamento/Munições	Uma metralhadora Dreyse e 1.200 cartuchos.
Motor	A gasolina, Daimler, 2.500 cc, 55hp a 4.200 rpm, 6

	cilindros em linha e arrefecimento por líquido.
Transmissão	Caixa de 5 velocidades para a frente e uma para a retaguarda, pré-selecionadas. Tração às quatro rodas.
Depósito de combustível	Cerca de 100 litros
Relação Peso/Potência	17,1hp/Ton
Suspensão	Molas e amortecedores. Pneus tipo Runflat.
Velocidade Máxima	88,5 Km/h
Velocidade de cruzeiro	50 Km/h
Velocidade Máxima em TT	40 Km/h
Autonomia	Em estrada: 322 Km
Sistema elétrico	12 Volts DC
Rádio e Intercomunicação	Os ingleses utilizavam neste veículo o emissor recetor P 19. No nosso exército não tinha rádio nem intercomunicação.

Apêndice S

VBR Panhard AML HE 60-7 4,8 Ton 60 mm 4x4 m/1965

Tabela nº 19 – VBR Panhard AML HE 60-7 4,8 Ton 60 mm 4x4 m/1965

Características	
	
Tipo	Auto Metralhadora Ligeira
Origem	França – Anciens Établissements Panhard-Levassor, S. A. e República da África do Sul
Peso	4,8 Ton – 5,5 Ton em ordem de combate
Comprimento	4,15 m
Largura	1,97 m
Altura	2,07 m
Guarnição	3 homens (Chefe de Carro, Apontador e Condutor)
Blindagem	10 a 40 mm
Declive	60%
Vau	1,1 m
Armamento/Munições	Morteiro de 60 mm de carregar pela culatra: 53 granadas de morteiro nas viaturas normais e 32 nas de comando. (granadas: HE, canister, fumos e iluminantes). Duas metralhadoras Mac 34 7,62 mm (NATO), na

	<p>versão francesa e nas primeiras cedidas pela RAS. Uma metralhadora Browning 7,62 mm (NATO) nas últimas cedidas pela RAS.</p> <p>3.800 cartuchos para metralhadora nas viaturas normais e 3.200 nas do comando.</p>
Sistema de pontaria	Luneta
Morteiro	Alcance: 300 a 2.600 m
	Cadência de tiro: 8/10 tiros por minutos
Metralhadora (s) Coaxial (ais)	Alcance prático: 800 m
	Velocidade prática de tiro: 230 tiros por minutos
Sistema de elevação das armas	Manual
Rotação da Torre	360° - Manual
Campo de tiro vertical	+85° a -6°
Defesa individual	<p>1 Pistola Metralhadora FBP 9 mm m/47 com 90 cartuchos.</p> <p>6 granadas de mão defensivas.</p>
Motor	A gasolina, Panhard, 1,99 litros, modelo 4 HD, 4 cilindros opostos, 90 hp a 4.700 rpm e arrefecimento por ar.
Transmissão	<p>Embraiagem eletromagnético Panhard, tração às quadro rodas.</p> <p>Caixa de transferência.</p> <p>Os pneus são tipo “Runflat”.</p> <p>Quando sai para todo o terreno a pressão dos pneus tem que ser reduzida a metade.</p> <p>Dispõe de um compressor para encher os pneus.</p>
Depósito de combustível	150 litros
Consumo por Km	0,25 litros
Relação Peso/Potência	17,3hp/Ton
Suspensão	Molas e amortecedores.
Altura ao solo	3,30 cm
Velocidade Máxima	92 Km/h
Velocidade de cruzeiro	60 Km/h
Velocidade Máxima em TT	40 Km/h
Autonomia	Em estrada: 600 Km
Sistema elétrico	12 Volts DC
Rádio e Intercomunicação	Viaturas de comando de origem Francesa:

	<ul style="list-style-type: none">• NA/GRC-9;• ANVRC-10;• Intercomunicação (Chefe de Carro, Apontador e Condutor). <p>Outra viatura de origem francesa:</p> <ul style="list-style-type: none">• ANVRC-10;• Intercomunicação (Chefe de Carro, Apontador e Condutor). <p>Outra viatura de origem francesa:</p> <ul style="list-style-type: none">• C-42;• Intercomunicação (Chefe de Carro, Apontador e Condutor). <p>Na fase final de vida, as AML foram equipadas com o emissor-recetor IRET PRC-239 (sem o amplificador PA-21) e para a sua alimentação e para a intercomunicação foi-se buscar a unidade de alimentação e amplificador de áudio frequência do emissor recetor WS-88, do carro de combate de origem canadiana M-4 A1.</p>
--	--

Apêndice T

Guião de Entrevista

1. Durante as suas comissões quais foram as funções que desempenhou?
2. Como decorreu a sua mobilização?
3. De que forma se articulavam os diversos tipos de unidades para a guerra contra subversiva?
4. Que tipo de missões eram executadas pelas unidades da Arma de Cavalaria?
5. Que fatores contribuía para as diferentes orgânicas das unidades de Reconhecimento?
6. Quais as principais Viaturas Blindadas de Reconhecimento utilizadas nos diversos TO?
7. Quais as razões para a discrepância entre o número de ERec e PelRec mobilizados para os diferentes TO?
8. Quais eram as diferenças entre as Companhias de Cavalaria integradas em Batalhões de Cavalaria e as Companhias de Cavalaria independentes?
9. De que maneira se relacionam a mobilização de Companhias de Cavalaria independentes e mobilização de Companhias integradas em Batalhões de Cavalaria?
10. De que forma as dificuldades de obtenção de material de guerra condicionavam as unidades de Cavalaria?
11. Quais foram as principais dificuldades com as quais se deparou?

Anexos

Anexo A

Reação a Emboscada

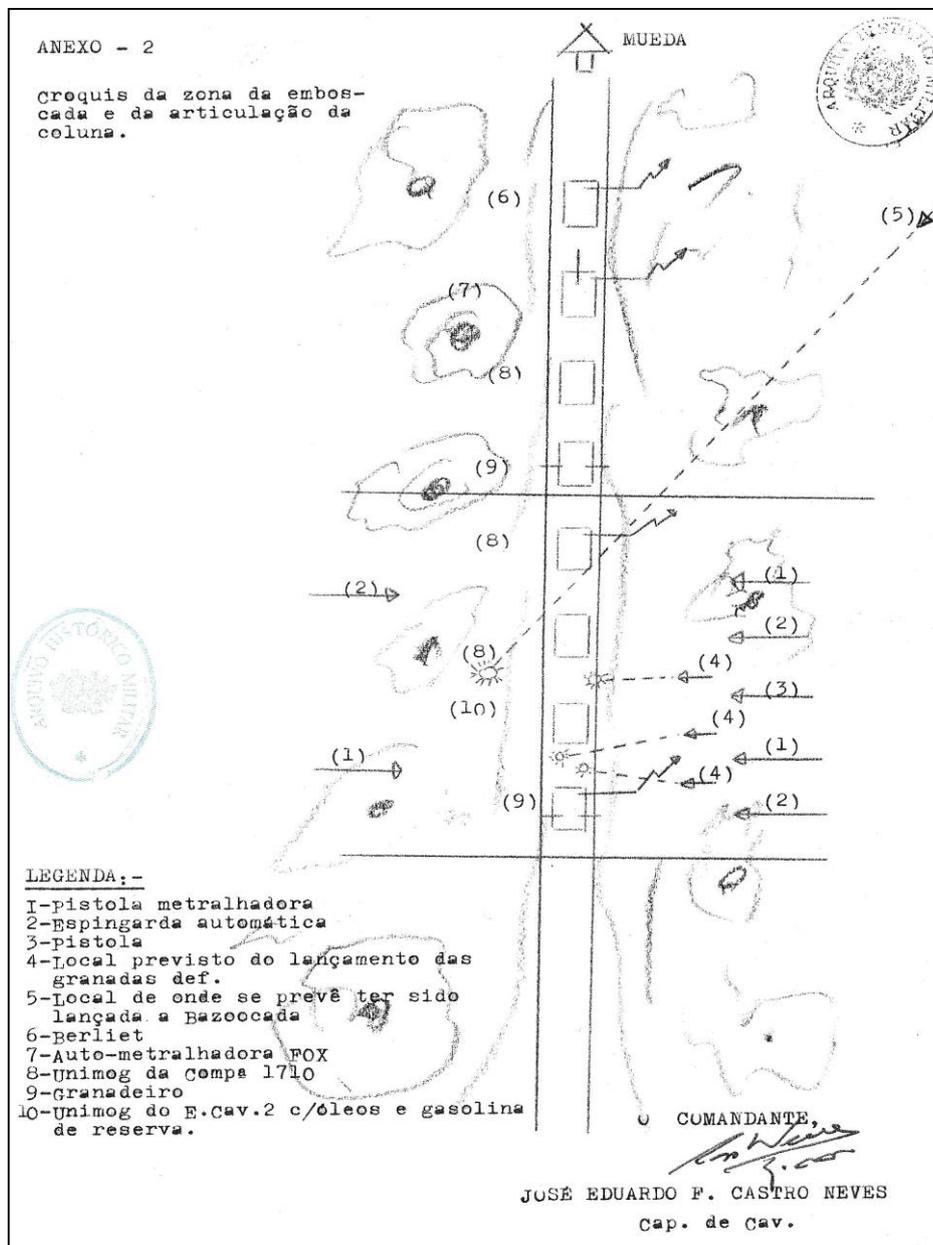


Figura nº 35 – Croquis da Zona da Emboscada e da Articulação da Coluna

Fonte: Arquivo Histórico Militar⁷⁰ (2014)

⁷⁰ Arquivo disponível em: PT/AHM/DIV/2/7/108/1

Anexo B

Composição do Esquadrão de Reconhecimento Chaimite

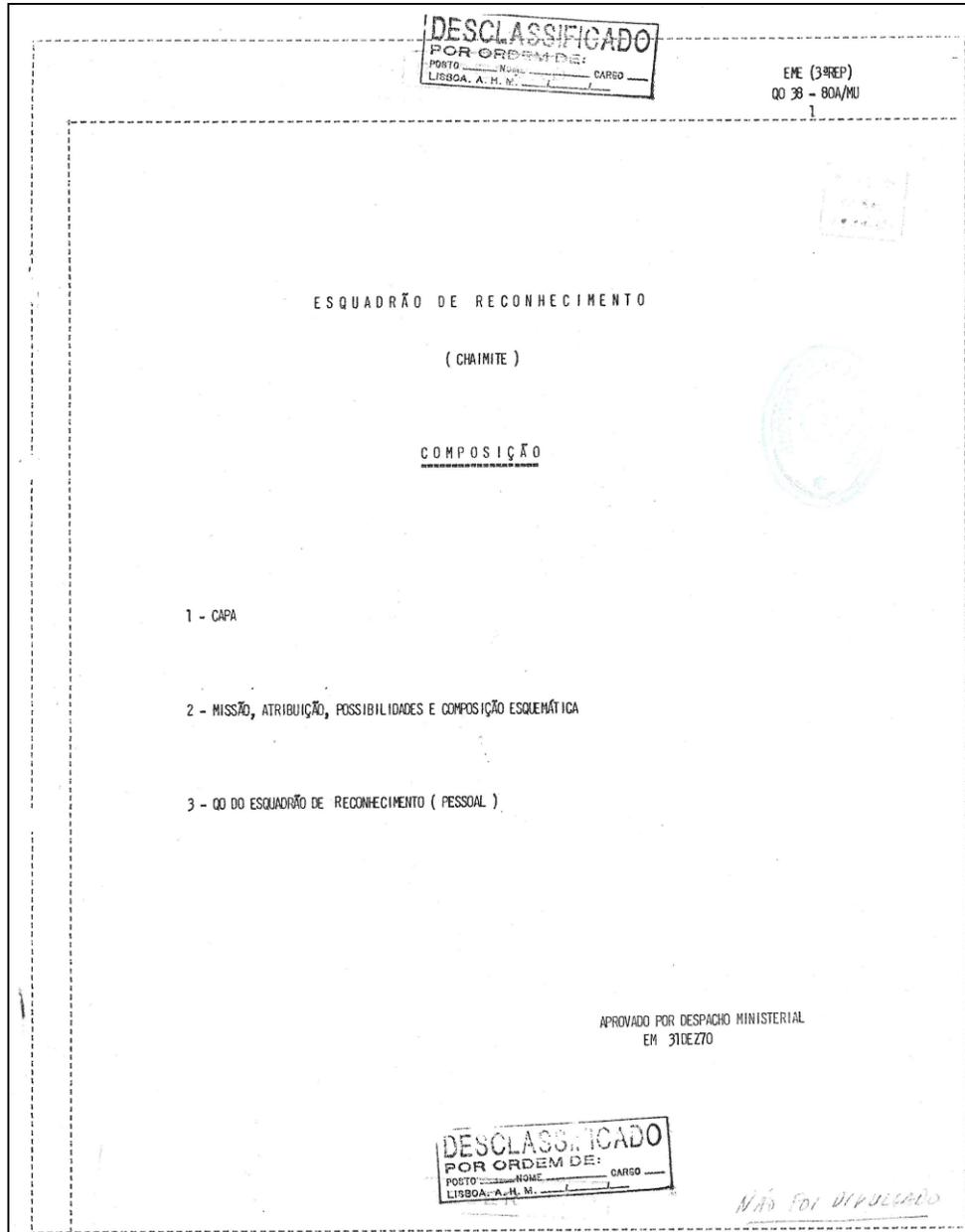


Figura nº 36 – Capa da Composição do ERec Chaimite

Fonte: Arquivo Histórico Militar⁷¹ (2014)

⁷¹ Arquivo disponível em: PT/AHM/DIV/2/10/37/01

QD 38 - 80A/MU
2

DESCLASSIFICADO
POR ORDEM DE: _____
POSTO _____ NOME _____ CARGO _____
LISBOA, A. H. M. _____

ESQUAD RÃO DE RECONHECIMENTO
(CHAIMITE)

1 - MISSÃO

ACTUAR EM QUALQUER SITUAÇÃO DE GUERRA CONVENCIONAL OU SUBVERSIVA EM MISSÕES DE:

- ESCOLTA E PROTECÇÃO DE COLUNAS
- RECONHECIMENTO
- PROTECÇÃO E VIGILÂNCIA MÓVEL DOS ITINERÁRIOS
- SOCORRO DE UNIDADES, POVOAÇÕES E INSTALAÇÕES ATACADAS OU AMEAÇADAS
- ACÇÕES DE PRESENÇA

2 - ATRIBUIÇÃO

- COMO UNIDADE INDEPENDENTE
- INTEGRADO EM GRUPOS DE RECONHECIMENTO

3 - POSSIBILIDADES

- DADA A SUA FLEXIBILIDADE PODE SER EMPREGADO EM MISSÕES DE DIVERSOS TIPOS
- ACTUAR EM CONJUNTO OU POR PELOTÕES DESTACADOS
- OS PELOTÕES PODEM SER CINDIDOS EM DOIS NÚCLEOS
- PRESTAR APOIO DE DIVERSA ORDEM A UNIDADES APEADAS
- QUANDO ENQUADRADO POR UMA FORMAÇÃO DO SVÇ DE MATERIAL PODE REALIZAR TRABALHOS DE MANUTENÇÃO DE 3º ESCALÃO

4 - COMPOSIÇÃO ESQUEMÁTICA

- VIDE VERSO

DESCLASSIFICADO
POR ORDEM DE: _____
POSTO _____ NOME _____ CARGO _____
LISBOA, A. H. M. _____



Figura nº 37 – Missão, Atribuição, Possibilidades e Composição Esquemática

Fonte: Arquivo Histórico Militar (2014)

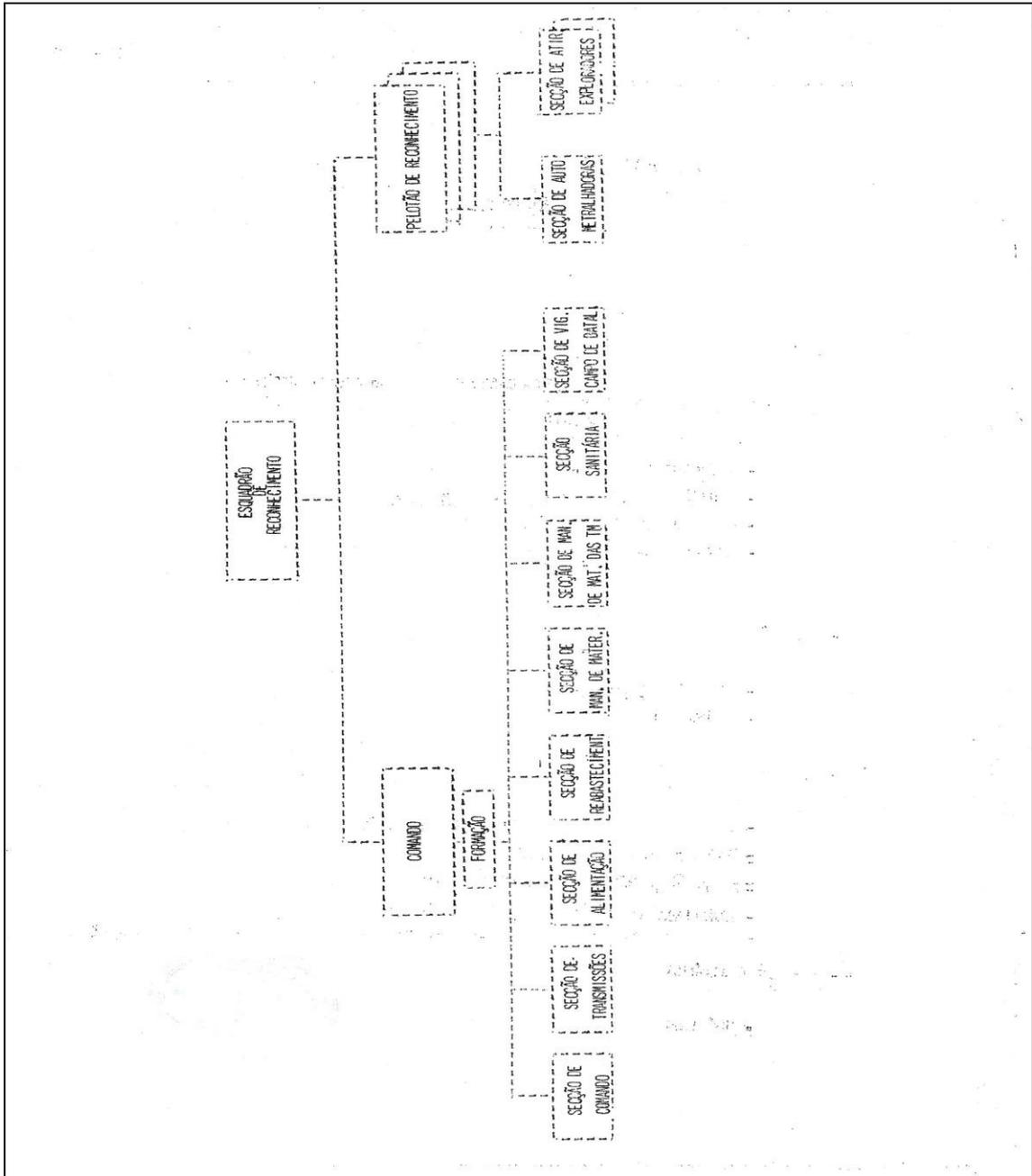


Figura nº 38 – Organograma do ERec Chaimite

Fonte: Arquivo Histórico Militar (2014)

ESQUADRÃO DE RECONHECIMENTO (CHAIMITÉ)

00 38 - 80A/MU
3/1

PESSOAL

NÚMERO DE ORDEM	DESIGNAÇÕES	ARMA OU SVÇ	ESPECIALIDADES	OFICIAIS		SARGENTOS OU FURRIELS		PRAÇAS § 1º (A)		PRAÇAS § 2º (A)		P. S. § 2º 3º (A)	
				1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	3º	VIAT CHAIMITÉ
1	1 - COMANDO												
2	A - COMANDANTE (CAP) (1)	CAV	OFICIAL DE CAVALARIA	1									
3	B - ADJUNTO (SUB)	CAV	OFICIAL DE CAVALARIA	1									
4	C - MÉDICO (SUB) (2)	SADDE	MEDICINA GERAL	1									
5	D - FORMAÇÃO												
6	1 - COMANDANTE (1º SARGENTO)	CAV	SARGENTO DE CAVALARIA	1									
7	2 - SECÇÃO DE COMANDO												
8	COMANDANTE (3)												
9	ESCRITURÁRIO	PES	ESCRITURÁRIO			1							
10	SARGENTO DE LIGAÇÃO (1)	CAV	SARGENTO DE CAVALARIA	1									
11	CLARINS	GC ARMA	CLARIM					1		2			
12	CONDUTORES AUTO	TPT	CONDUTOR AUTO - R							6			
13	CHEFE DE VIATURA / APONTADOR	CAV	REC AM LIG E VIAT-BLIND LIG	1									
14	OPERADOR RÁDIO CHAIMITÉ	CAV	APONTADOR DE AM - VIAT BL CHAIM			1							
15	MUNICIADOR CHAIMITÉ	CAV	AP DE AM - VIAT BLIND CHAIMITÉ			1							
16	CHEFE DE VIATURA CHAIMITÉ	CAV	REC AM LIG E VIAT BLIND LIG	1									
17	OP RÁDIO / MUNICIADOR CHAIMITÉ	CAV	AP DE AM - VIAT BLIND CHAIMITÉ			1							
18	CONDUTORES CHAIMITÉ	CAV	COND DE AM - VIAT BLIND CHAIMITÉ			2							
19	RESERVA DE PESSOAL (4)	QQ	QUALQUER									22	
20	AUTOMETRALHADORA CHAIMITÉ											1	1
21	VIAT BLIND P/ TPT PESSOAL (CHAIM)												↓
22	VIATURA TRANSPORTES GERAIS (a)												
23	VIATURA DE REC E LIGAÇÃO (b)												
24	3 - SECÇÃO DE TRANSMISSÕES												
25	COMANDANTE (5)	CAV	TRANSMISSÕES DE CAVALARIA	1									
26	RADIOLEGRAFISTAS	TM	RADIOLEGRAFISTA				2						
27	CIFRADORES	REC TM	OPERADOR CRIPTO				2						
28	CONDUTOR AUTO	TPT	CONDUTOR AUTO - R							1			
29	VIAT P/ TPT DE PESSOAL												
30	4 - SECÇÃO DE ALIMENTAÇÃO (6)												
31	COMANDANTE	AM ou CV	SARGENTO DE INTENDÊNCIA OU CAV	1									
32	COZINHEIROS	AM	COZINHEIRO					1		3			
33	CONDUTOR AUTO	TPT	CONDUTOR AUTO - R							1			
34	VIAT DE TRANSPORTES GERAIS												

Figura nº 39 – Quadro Orgânico do Pessoal - Página 1

Fonte: Arquivo Histórico Militar (2014)

		DESIGNAÇÕES		ARMA	OU	ESPECIALIDADES	OFICIAIS	PRAÇAS \$1º (A)		PRAÇAS \$2º (A)		Pós- \$2º (A)	VIATURA CHAMITE	NÚMERO DE ODEM	
NÚMERO DE ODEM							SARGENTOS OU FURRIEIS	1ºs. CARGOS	2ºs. CARGOS OU SOLDADOS	1ºs. CARGOS	2ºs. CARGOS OU SOLDADOS	SOLDADOS	AM	VBTP	
35		5 - SECÇÃO DE REABASTECIMENTO													35
36		COMANDANTE (7)													36
37		ESCRITURÁRIO		PES		ESCRITURÁRIO		1							37
38		CONDUTOR AUTO		TPT		CONDUTOR AUTO - R					1				38
39		VIATURA DE TRANSPORTES GERAIS													39
40		6 - SECÇÃO DE MANUTENÇÃO DE MATERIAL													40
41		a. COMANDANTE (1º SARGENTO)		MAT		MECÂNICO DE VIATURA RODAS	1								41
42		b. MANUTENÇÃO													42
43		MECÂNICO AUTO (8)		MAT		MECÂNICO AUTO	2								43
44		MECÂNICO DE ARMAMENTO		MAT		MECÂNICO DE ARM LIG E TORRE	1								44
45		AJ DE MEC AUTO RODAS (8)(9)		MAT		MECÂNICO AUTO RODAS		4							45
46		AJ DE MEC DE ARMAMENTO LIG		MAT		MECÂNICO DE ARMAS LIGEIRAS	1								46
47		AJ DE MEC DE ARMAMENTO PESADO		MAT		MECÂNICO DE ARMAS PESADAS	1								47
48		AJUDANTE DE MECÂNICO TORRE		MAT		MECÂNICO DE TORRE	1								48
49		AJ DE MEC ELECTRICISTA AUTO		MAT		MECÂNICO ELECTRICISTA AUTO	1								49
50		CONDUTORES AUTO		MAT		CONDUTOR AUTO - R					2				50
51		VIATURA DE RECUPERAÇÃO													51
52		VIAT BLIND P/TPT DE PES (CHAMITE)											1		52
53		VIATURA DE REC E LIGAÇÃO													53
54		c. REABASTECIMENTO													54
55		QUARTELEIRO		MAT		REABASTECIMENTO DE MATERIAL	1								55
56		QUARTELEIRO		MAT		REABASTECIMENTO DE MUNIÇÕES	1								56
57		SERVENTES		CAV		QUALQUER					3				57
58		CONDUTOR AUTO		TPT		CONDUTOR AUTO - R					1				58
59		VIAT DE TRANSPORTES GERAIS													59
60		d. SERVIÇOS GERAIS													60
61		LUBRIFICADOR		MAT		LUBRIFICADOR	1								61
62		7 - SECÇÃO DE MAN DE MATERIAL DE TH													62
63		COMANDANTE		TH		MECÂNICO RADIONMONTADOR	1								63
64		AJUDANTES DE RADIONMONTADOR		TH		MECÂNICO RADIONMONTADOR		2							64
65		8 - SECÇÃO SANITÁRIA													65
66		COMANDANTE		SAÚDE		ENFERMEIRO	1								66
67		AJ DE ENFERMEIRO		SAÚDE		AUXILIAR DE ENFERMEIRO				4					67
68		MAQUEIROS		SAÚDE		MAQUEIRO						2			68
69		CONDUTOR AUTO		TPT		CONDUTOR AUTO - R						1			69
70		AUTOMÁCA													70

Figura nº 40 – Quadro Orgânico do Pessoal - Página 2

Fonte: Arquivo Histórico Militar (2014)

		RESERVADO										QD 38 - 80A/MU			
		PESSOAL										3/3			
NÚMERO DE ORDEM	DESIGNAÇÕES	ARMA	OU	ESPECIALIDADES	SVÇ	PRAÇAS § 1ª(A)		PRAÇAS § 2ª(A)		P. Es. § 2ª(B)		VIAT CHAIMITE			
						OFICIAIS	SARGENTOS OU FURRIEIS	1ºs, CABOS	2ºs, CABOS OU SOLDADOS	1ºs, CABOS	2ºs, CABOS OU SOLDADOS	SOLDADOS	VIAT	VIAT	NÚMERO DE ORDEM
71	9 - SEÇÃO DE VIGIL CAMPO DE BATALHA(11)												71		
72	COMANDANTE	MAT		MECÂNICO DE RADAR		1							72		
73	OPERADORES CHEFES DE RADAR	MAT		MECÂNICO DE RADAR		2							73		
74	OPERADORES	MAT		MECÂNICO DE RADAR			2						74		
75	CONDUTORES AUTO	TPT		CONDUTOR AUTO - R			2						75		
76	VIAT DE TRANSPORTE DE PESSOAL												76		
77	S O M A					3	15	26	2	6	23	22	1	2	77
78	11 - PELOTOÃO DE RECONHECIMENTO													78	
79	A - COMANDO													79	
80	COMANDANTE (SUB) (1) (c)	CAV		OFICIAL DE CAVALARIA		1								80	
81	OPERADOR RÁDIO CHAIMITE	CAV		AP DE AM - VIAT BLINDADA CHAIMITE			1							81	
82	MUNICIADOR CHAIMITE (d)	CAV		COND DE AM - VIAT BLINDADA CHAIM			1							82	
83	CONDUTOR CHAIMITE	CAV		COND DE AM - VIAT BLIND CHAIMITE			1							83	
84	AJ DE ENFERMEIRO (10)	SAÚDE		AUXILIAR DE ENFERMEIRO								1		84	
85	AUTOMETRALHADORA CHAIMITE													85	
86	B - 1 SEÇÃO DE AUTOMETRALHADORAS													86	
87	COMANDANTE (1) (c)	CAV		SARG DE CAV AUTOMETRALHADORAS		1								87	
88	CHEFE DE VIATURA / APONTADOR	CAV		REC AM LIG E VIAT BLIND LIG		1								88	
89	OPERADOR RÁDIO CHAIMITE	CAV		AP DE AM - VIAT BLIND CHAIMITE			2							89	
90	MUNICIADORES CHAIMITE (d)	CAV		COND DE AM - VIAT BLIND CHAIMITE			2							90	
91	CONDUTORES CHAIMITE	CAV		COND DE AM - VIATURA BLIND CHAIM			2							91	
91A	AUTOMETRALHADORAS-CHAIMITE											2		91A	
92	C - 2 SEÇÕES DE ATIR-EXPLORADOR (12)													92	
93	COMANDANTES (e)	CAV		REC AM LIG E VIAT BLIND LIG		2								93	
94	AUXILIARES	CAV		ATIRADOR - EXPLORADOR			2							94	
95	APONTADORES	CAV		ATIRADOR - EXPLORADOR					2					95	
96	MUNICIADORES	CAV		ATIRADOR - EXPLORADOR						2				96	
97	ATIRADORES	CAV		ATIRADOR - EXPLORADOR						8				97	
98	CHEFES DE VIAT CHAIMITE	CAV		AP DE AM - VIAT BLIND CHAIMITE			2							98	
99	OP RÁDIO / MUNICIADOR CHAIMITE	CAV		AP DE AM - VIAT BLIND CHAIMITE			2							99	
100	CONDUTORES DE CHAIMITE	CAV		COND DE AM - VIAT BLIND CHAIMITE			2							100	
101	VIAT BLIND P/TPT DE PES (CHAIMITE)												2	101	
102	S O M A					1	4	17		2	10	3	2	102	
103	R E S U M O													103	
104	I - COMANDO					3	15	26	2	6	23	22	1	2	104
105	II - 3 PELOTOÕES DE RECONHECIMENTO					3	12	51		6	30	9	6		105
106	T O T A L					6	27	77	2	12	53	22	10	8	106
107	T O T A L G E R A L													18	107

Figura nº 41 – Quadro Orgânico do Pessoal - Página 3

Fonte: Arquivo Histórico Militar (2014)

OBSERVAÇÕES



- (1) - DEVEM SER DO CP
- (2) - A CONSIDERAR QUANDO O ESQUADRÃO ACTUA INDEPENDENTE E ISOLADO NO ULTRAMAR
- (3) - É O 1º SARGENTO
- (4) - SÓ PARA AS UNIDADES EM SERVIÇO NO ULTRAMAR, PODEM SER SUBSTITUÍDOS POR ASSALARIADOS CIVIS
- (5) - CREDENCIADOS PELA CHERET
- (6) - OS ELEMENTOS DESTA SECÇÃO, COM EXCEPÇÃO DO SARGENTO, DEVEM SER PRESENTES NA UNIDADE SUPERIOR QUANDO O ESQUADRÃO ACTUAR INCORPORADO. O SARGENTO PASSARÁ ENTÃO ÚNICAMENTE COMO COMANDANTE DA SECÇÃO DE REABASTECIMENTO
- (7) - É O COMANDANTE DA SECÇÃO DE ALIMENTAÇÃO
- (8) - COM APTIDÃO ESPECIAL DE CHAIMITE
- (9) - UM É O CONDUTOR DA VIATURA DE TRANSPORTE DE PESSOAL
- (10) - ATRIBUIR UM AJUDANTE DE ENFERMEIRO QUANDO O PELOTO DE RECONHECIMENTO ESTEJA ENQUADRADO E ACTUANDO ISOLADO, OU QUANDO ACTUA INDEPENDENTE
- (11) - NÃO SE CONSIDERA QUANDO O ESQUADRÃO DE RECONHECIMENTO FOR DESTACADO PARA O ULTRAMAR
- (12) - DEVEM SER DOTADOS COM 1 LANÇA GRANADAS FOGUETE E 1 MORTEIRO LIGEIRO DE 60, POR SECÇÃO
- (a) - ESTES §§ SÃO OS DO ARTIGO 3º DO DECRETO - LEI Nº 44864 DE 26.JAN.63
- (a) - UM PARA O COMANDO DO ESQUADRÃO E 3 PARA CADA UM DOS PELOTÕES DE RECONHECIMENTO QUANDO ACTUAM ISOLADOS
- (b) - A VIATURA DO SARGENTO DE LIGAÇÃO É EQUIPADA COM UM POSTO DE RÁDIO (TIPO AN - GRC 9 ou RT - 422)
- (c) - É TAMBÉM CHEFE DE VIATURA E APONTADOR
- (d) - CONSTITUEM RESERVA DE CONDUTORES CHAIMITE NO PELOTO
- (e) - QUANDO TRANSPORTADO NA VBTP ASSUME, CUMULATIVAMENTE, AS FUNÇÕES DE CHEFE DE VIATURA

Figura nº 42 – Observações do Quadro Orgânico do Pessoal - Página 4

Anexo C

Relatório de Situação das Unidades de Reconhecimento "Fox"

21/10-137/1

CONFIDENCIAL

S. R.

Pág. 1 de 1 Pág.

Ex.º nº. 3

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

Estado-Maior do Exército

Operatório: 3311

Ex.º nº. 31-2-71

Processo Nº. 03-02

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

REPARTIÇÃO

Telegramas: Telefone: 86 71 31

(46)

AO SENHOR

CHEFE DA 5.ª REP/EMEN/EDIFÍCIO

PARA CONHECIMENTO

CHEFE DA 1.ª REP/EMEN/EDIFÍCIO

CHEFE DA 3.ª REP/E EN/EDIFÍCIO

Sua referência

Sua comunicação de

Nossa referência

R. Museu de Artilharia - USBOA-2 - Portugal

N.º. 2440 /LM - P.º. 342.2.3.2.5

ASSUNTO: UNIDADES DE R. CONHECIMENTO "FOX" (47)

REF.º: V/nota 1493/IP de 22 MAI 71

Acerca do determinado pelo Exm.º General Vice-Chefe do EME através do seu despacho de 21 MAI 71 e constante do n.º. 3 da v/nota em epígrafe, informa-se:

1. É a seguinte a actual situação das 33 Auto Metralhadoras GMC 4x4 M/957 - CAN ("FOX") existentes no Exército:

- NO D.G.M.G.1 (inoperacional)
- NA E.P.C.2 (1 operacional e 1 inoperacional)
- NO CTIG.....10 (4 operacionais e 6 inoperacionais)
- NA R.M.E.20 (10 operacionais, 6 inoperacionais e 4 incapazes).

2. Dadas as enormes dificuldades na obtenção de sobressalentes para estas viaturas (o concurso aberto pela D.S.M. em MAR 71 para a compra de 6 motores destinados ao CTIG não teve ainda qualquer concorrente) e a inexistência em depósito dos de maior consumo, é previsível vir a verificar-se um agravamento progressivo do actual estado das Auto-Metralhadoras "FOX".

O CHEFE DA 4.ª. REPARTIÇÃO

Rui de Carvalho Ferrás

RUI DE CARVALHO FERRÁS SANTOS

CORONEL DO CEM

DISTRIBUIÇÃO

Ex.º. nº. 1 - 5.ª REP/EME

Ex.º. nº. 2 - 1.ª REP/EME

Ex.º. nº. 3 - 3.ª REP/EME

Ex.º. nº. 4 - P.º. 342.2.3.2.5

Ex.º. nº. 5 - Arquivo

CONFIDENCIAL

SPEME - Mod. 42

Figura nº 43 – Relatório sobre Unidades de Reconhecimento "Fox" em maio de 1971

Fonte: Arquivo Histórico Militar⁷² (2014)

⁷²Arquivo disponível em: PT/AHM/DIV/2/10/37/01

